



REVISTA PATTUR



Volume 1 – Número 1 - 2023



REVISPATTUR - Revista de Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho

V. 1. N. 1 (2023).

Editoras:

Profa. Dra. Raquel Faria Scalco;

Profa. Dra. Camila Heleno;

Profa. Dra. Virginia Martins Fonseca.

Contato: revistapatttur.turismo@ufvjm.edu.br

Instituição responsável:

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Faculdade Interdisciplinar em Humanidades

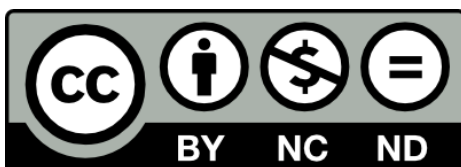
Curso de Turismo

Núcleo de Pesquisa em Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho (PATTUR)

Endereço:

UFVJM - Campus JK - MGT 367 - Km 583, nº 5000. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. Gabinete 58. Alto da Jacuba, Diamantina - MG, 39100-000

Telefone: (38) 35321200 – (38) 35321224



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial -Sem Derivações 4.0 Internacional.



Editorial REVISPATTUR – Volume 1

Raquel Faria Scalco¹
Camila Teixeira Heleno²
Virginia Martins Fonseca³

É com imensa satisfação que lançamos o primeiro volume da Revista de Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho (REVISPATTUR). A criação dessa revista científica foi uma iniciativa das professoras Raquel Scalco, Camila Heleno e Virginia Fonseca, do curso de Turismo e vinculadas ao Núcleo de Pesquisa em Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho (PATTUR), com o objetivo de difundir o conhecimento científico sobre o Turismo e temas correlatos, visando ampliar as possibilidades de divulgação científica e o intercâmbio de informações sobre a temática. Destaca-se a REVISPATTUR tem seu lançamento em um momento de luta, reflexão e esperança, após o difícil período pandêmico (e pós-pandêmico) e dentro de um contexto de redemocratização, de fortalecimento e divulgação dos fazeres da universidade pública.

Após mais de um ano de trabalhos, ver este projeto ganhar forma e corpo nos deixa muito felizes pelo passo que foi dado, mas enxergamos grandes desafios pela frente, de manter esta Revista ativa, com publicações de qualidade e que versam sobre o turismo em suas variadas abordagens, dialogando com outros campos do conhecimento e acolhendo saberes diversos.

Esse primeiro volume da REVISPATTUR conta com quatro Artigos Científicos, uma Entrevista e uma Resenha. Os trabalhos mostram a diversidade de temas e de olhares relacionados ao turismo, frutos de pesquisas desenvolvidas no âmbito da graduação e pós-graduação, por pesquisadores e estudantes de quatro importantes universidades brasileiras, a saber: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade

¹ Editora-chefe da REVISPATTUR. Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: raquel.scalco@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2042-783X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1858387591943845>.

² Editora Assistente da REVISPATTUR. Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: camila.heleno@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3203-0648>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4396875037220514>.

³ Editora Assistente da REVISPATTUR. Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: virginia.martins@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1629-8812>. Lattes: lattes.cnpq.br/0844500125867329.

Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Delta do Parnaíba (UFDPAr).

O primeiro artigo científico foi redigido pela doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ, Fernanda Costa da Silva, intitulado “Turismo de Base Comunitária no Brasil e sua condição de periferia (re)produzida pelo Estado”. O trabalho questiona se o Estado brasileiro, enquanto agente não produtor e/ou viabilizador de suporte formal e/ou legal ao TBC, seria um ator determinante enquanto produtor e/ou ratificador de uma invisibilidade do referido modo de gestão turística e, por conseguinte, dos sujeitos que o operam – notadamente Povos e Comunidades Tradicionais e agricultores familiares.

No segundo artigo científico, intitulado “Acessibilidade em meios de hospedagem para surdos e deficientes visuais e auditivos: uma análise da oferta de Diamantina-MG”, os autores Renata Coelho, Guilherme Varajão, Raquel Schwenck Soares e Katrine Silva, professores e egressos da UFVJM, investigam as adaptações dos meios de hospedagem de Diamantina-MG para receber os deficientes visuais, auditivos e surdo e concluem que poucos estabelecimentos possuem algum tipo de facilidade / adaptação para estes públicos, apontando para o descumprimentos de parâmetros legais de inclusão e para a ausência de mecanismos de fiscalização.

O terceiro artigo científico trata da “Análise dos Atrativos Turísticos dos Distritos do Entorno do Parque Nacional das Sempre-Vivas” e foi redigido por Lavinya Lara, Raquel Scalco e Virginia Fonseca. O artigo aborda os resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido em parceria entre o Curso de Turismo da UFVJM e o ICMBio, visando analisar a oferta de atrativos turísticos dos distritos de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada, que dão apoio à trilha da Travessia Inhaí – Curimataí. Este trabalho de viés aplicado, inventariou 112 atrativos nos distritos de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada, divididos em atrativos naturais, atrativos culturais e eventos programados, propondo que o conhecimento dos mesmos pode favorecer o aumento do tempo de permanência do turista na região, beneficiando as comunidades locais interessadas e envolvidas com o desenvolvimento do turismo.

Já o quarto artigo, elaborado por Alcione Nascimento, Nicolas Leite, Solano Braga e Vinicius Vieira, intitulado “A relação entre marketing e ecoturismo na comercialização de produtos e serviços turísticos no litoral do Piauí”, é fruto de um projeto de pesquisa desenvolvido na UFDPAr, com o intuito de observar, a partir de publicações locais, como o marketing tem sido utilizado para retratar e promover as atividades ecoturísticas no Polo

Costa do Delta. Os autores concluem que, ao divulgar e comercializar os produtos turísticos da região, deve haver a preocupação com os valores ambientais e com a sustentabilidade, e refletem sobre a necessidade de ações conjuntas, por meio de um planejamento integrado entre os atores da cadeia produtiva do turismo, sendo essencial que haja um elo entre o setor público, o privado e a comunidade.

O volume possui, ainda, uma Resenha de Livro, de autoria da professora da UFVJM, Maria de Lourdes Ferreira, sobre o livro “A Vida não é Útil”, de Ailton Krenak, indígena brasileiro e importante ativista pelas causas ambientais e indígenas, e recentemente nomeado para ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Na resenha, a professora aborda a importância da temática no atual cenário de enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas e de degradação ambiental, apontando para a necessidade de preservação das culturas indígenas e de repensarmos nossas relações com a natureza e com o planeta.

Por fim, a Entrevista do presente volume foi realizada por Raquel Scalco e Camila Heleno, editoras da REVISPATTUR e docentes da UFVJM, com o atual Reitor da UFVJM, o professor Heron Laiber Bonadiman, sobre a importância da universidade para Diamantina e para o Vale do Jequitinhonha, o atual cenário de retomada da democracia na nossa Universidade, e as perspectivas e desafios para os próximos anos de trabalho da atual gestão.

Desejamos a todos e todas uma excelente leitura e os/as convidamos a submeterem seus trabalhos para os próximos números da nossa REVISPATTUR!!!



Turismo de Base Comunitária no Brasil e sua condição de periferia (re)produzida pelo Estado

Fernanda Costa da Silva¹

Submissão em: 08 ago. 2023

Aceite em: 16 out. 2023

Resumo: Este trabalho aborda a (re)produção de desigualdades em relação ao Turismo de Base Comunitária (TBC), a partir de instrumentos de Estado no contexto brasileiro. Suscita-se a questão: verifica-se insuficiência de instrumentos de Estado para o TBC, a ponto de configurar uma condição de periferia, no campo das relações sociedade-Estado, quanto às comunidades que desempenham este modelo de gestão turística? Visa-se contribuir para a discussão acerca da necessidade de se estabelecer um suporte legal em território nacional, capaz de dar amparo e, por conseguinte, de fomentar o TBC. Para tanto, adotou-se pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, com levantamento de arquivo e de levantamento campo. Em certa medida, o apanhado dos resultados confirmou tanto a premissa quanto a questão suscitada, sobretudo em relação à legislação vigente e à tramitação de projetos de Lei. Em suma, ainda hoje, é possível averiguar que a relação entre instrumentos de Estado e os segmentos vulneráveis da população que atua no TBC pode reforçar vulnerabilidades e formas de exclusão. Porém, o fato de haver um levantamento categorizado, com metodologia própria em nível nacional, aponta para uma possível ruptura de muitos anos durante os quais este modo de fazer turístico esteve invisibilizado pelo Estado.

Palavras-chave: turismo; Turismo de Base Comunitária; instrumentos de Estado; periferia; planejamento turístico.

Community-based Tourism in Brazil and its status as periphery (re)produced by the State

Abstract: This paper addresses the (re)production of inequalities by the Brazilian State in relation to Community-Based Tourism (CBT). The question presented is: there is insufficient legislation and/or public policies at the national level for CBT, to the point of configuring a condition of periphery, in the field of society-State relations, regarding the communities that carry out this model of tourist management? The aim is to contribute to the discussion about the need to establish legal support in the national territory, capable of providing support and, therefore, of promoting CBT. It was applied a research with a qualitative approach, with file and field surveys. The summary of the results confirmed both the premise and the question raised, especially in relation to current legislation and the processing of draft law. In short, it is possible to verify that the relationships between the vulnerable segments of the population that work in the CBT and the laws and public policies can reinforce vulnerabilities and forms of exclusion. However, the fact that there is a categorized survey, with its own methodology at the national level, points to a possible rupture of many years during which this way of doing tourism was made invisible by the State.

Key words: tourism; Community-Based Tourism; State instruments; periphery; tourism planning.

¹ Extensionista Rural de Nível Superior na Emater/RS-Ascar (licenciada) e doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Endereço eletrônico: fernandacds@hotmail.com Orcid: [0000-0003-4791-0231](https://orcid.org/0000-0003-4791-0231) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0779716151843962>

Introdução

Este artigo aborda a condição periférica (re)produzida pelo Estado brasileiro, em relação ao Turismo de Base Comunitária (TBC). Como recorte do tema, delimita-se a relação de tal modelo turístico de gestão a sua ligação com instrumentos do Estado – como leis, políticas públicas e projetos. Não se afirma, pois, que o TBC possui natureza e/ou característica exclusivamente periférica, mas sim que esta é uma condição, a qual por vezes lhe é atribuída a partir de um Estado capitalista, mediante aplicação de seus instrumentos legais.

Parte-se do pressuposto de que a inexistência de aportes legais de Estado voltados ao Turismo de Base Comunitária é ativamente (intencionalmente) produzida, tornando-se uma alternativa não-credível ao que existe. Nessa conjuntura, este trabalho questiona se o Estado brasileiro, enquanto agente não produtor e/ou viabilizador de suporte formal e/ou legal ao TBC, seria um ator determinante enquanto produtor e/ou ratificador de uma invisibilidade do referido modo de gestão turística e, por conseguinte, dos sujeitos que o operam – notadamente Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e agricultores familiares (AFs). Nesse sentido, como objetivo geral, visa-se contribuir para a discussão acerca da necessidade de se estabelecer um suporte legal e formal, capaz de dar amparo e, por conseguinte, de fomentar o TBC no Brasil.

A abordagem justifica-se, especificamente quanto ao TBC, visto que as formas de poder e de dominação colonial ainda hoje podem ser averiguadas neste modo de gestão. Nessa perspectiva, é possível aludir a uma leitura contemporânea de Althusser (1970), a partir da qual o Estado se coloca como um agente dominador, também no cenário do turismo brasileiro, gerando instrumentos de suporte para determinados grupos em detrimento de outros. Em complemento, estudar tal temática se ampara na própria ausência de estudos sobre ela, ou seja, quando no Brasil são publicados estudos de referência de análise para leis e para políticas públicas (e.g. Pires, 2019), o setor turístico raramente está contemplado ou, quando está, é expresso de modo insipiente, sobretudo no que se refere ao TBC e aos segmentos a ele relacionados (Relatório Final, 2022).

Pelo exposto, este artigo está estruturado de modo a apresentar, no capítulo seguinte, a discussão teórica de suporte ao tema proposto, amparada em estudos de turismo, democracia, planejamento e políticas públicas. Na sequência, apresenta-se a metodologia empregada,

seguida por resultados e discussões destes. Por fim, são expostas as considerações finais do trabalho.

Referencial Teórico

O suporte teórico deste trabalho ampara-se em conceitos-chave, a saber: TBC, condição de periferia e instrumentos do Estado. A revisão da literatura em relação a eles será exposta nesta seção, na ordem supracitada.

Em relação ao TBC, adota-se aqui a compreensão de que este consiste em um modelo (ou modo) de gestão turística protagonizado pela comunidade e que sua aplicabilidade pode se dar em diversos segmentos turísticos e distintos recortes espaciais (Brasil, 2021). Em complemento, sua prática também se qualifica como um meio de fortalecimento de movimentos de resistência territorial (Santos, Miller, & Sayago, 2023).

Suas primeiras expressões são referenciadas a partir de práticas rurais e em comunidades indígenas na América Latina – então denominadas de Turismo Rural Comunitário (TRC) –, nos anos 1980 (Alves, 2013). Trata-se de um modo de gestão significativo em países africanos e da América Latina, com pouca expressão em países europeus – tanto de práticas como de estudos (Alves, 2013). Levando-se em conta sua natureza de desenvolvimento, qual seja, predominantemente por comunidades geralmente periféricas, e/ou de baixa renda e/ou formadas por maiorias minorizadas – como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc. –, é coerente que tal modelo emergja na realidade brasileira.

No Brasil, é possível verificar que o desenvolvimento do TBC ocorre, em larga medida, relacionado aos segmentos de Afroturismo, Etnoturismo (ou Turismo Étnico), Turismo Rural (bem como segmentos afins a este, como Agroturismo e Turismo Rural na Agricultura Familiar) e em expressões afins ao Turismo Cultural². Também por isso, percebe-se que sua relação é intrínseca com o que se considera como periferia. Neste estudo não se considera periferia apenas como uma condição geográfica, mas como uma condição social, econômica e de plataforma. Por isso, é importante aludir a Spivak (2000), que desenvolveu o conceito de “violência epistêmica”, segundo o qual os subalternos incorporariam as

² Conforme dados disponíveis em pesquisas e/ou notícias de consulta aberta. Disponível em: <<https://bit.ly/mbtr>>. Acesso em: 30 de março de 2023; Disponível em: <<https://www.sprintdados.com.br/turismorural>>. Acesso em: 05 de julho de 2023; Disponível em: <www.dadosefatos.turismo.gov.br>. Acesso em 05 de julho de 2023; Disponível em: <<https://embratur.com.br/noticias/>>. Acesso em 05 de julho de 2023.

desigualdades das relações Norte-Sul global, de modo que as camadas mais baixas da sociedade seriam constituídas por modos de exclusão, por exemplo, de mercado. Ter-se-ia, então, um cenário no qual as formas de colonialidade estariam perpetuadas, verificando-se um colonialismo também no campo político (Araújo, 2014) e, por conseguinte, uma colonialidade do poder (Maldonado-Torres, 2009).

Nesse sentido, emerge a necessidade de reflexão sobre os espaços considerados como periféricos, os quais, para Roy (2017), transformam-se também em espaços de trânsito turístico. Não raramente, observa-se que os recortes nos quais ocorrem fluxos turísticos de TBC são subalternizados em Estados capitalistas. Neles, tem-se o que as agências nacionais caracterizam como desigualdades sociais, as quais “referem-se às diferenças observadas nas chances individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados” (Pires, 2019, p. 53). Nesse contexto, os espaços subalternos não estão localizados apenas no que costumeiramente se identifica como favela na realidade brasileira, mas estão, inclusive, completamente conectados e inseridos na malha urbana. Contudo, ocupados por uma classe oposta à tida como elite, ainda assim são dotados de uma subalternidade, incluindo-se aí a esfera de promoção turística, de legislação, de projetos e de políticas públicas que os cerca. Portanto, do ponto de vista da promoção turística, são atrativos invisibilizados pelo Estado e, do ponto de vista espacial, não raras vezes ainda se constituem como espaços periféricos e/ou subalternos, tal qual preconiza a teoria de Roy (2017).

Estendendo-se tais teorias para as dinâmicas sociais, é possível perceber a relação análoga ao “Norte/Sul” também nos instrumentos legais de Estado (como leis, políticas públicas e projetos). Tais colocações são representativas para dar vasão à discussão do que se está considerando como periferia neste estudo e de como esta condição pode (ou está) relacionada ao turismo, notadamente ao modelo de TBC. Chega-se, então, ao terceiro conceito-chave deste trabalho, qual seja, instrumentos do Estado para o turismo, de maneira especial para o TBC.

Primeiramente, é importante ressaltar que o contexto ora abordado se volta a um cenário de capitalismo de forte influência liberal e que se apresenta como democracia, duas metainstituições nas quais a maioria das sociedades modernas desenvolvem suas estruturas e entre as quais não há compatibilidade intrínseca. Isso porque: “na medida em que o liberalismo (...) e o capitalismo se referem a direitos individuais e a democracia se refere a direitos coletivos, os dois estão em posições fundamentalmente contraditórias” (Howlett et al., 2013, p. 65).

Também como teoria base da discussão proposta, é imperativo suscitar a reflexão acerca do próprio papel do Estado. De acordo com Poulantzas (1980, p. 33), o “Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais”, bem como desempenha um papel determinante na “organização das relações ideológicas e da ideologia dominante”. Tal papel estatal aplica-se, por óbvio, também às relações verificadas no setor turístico, sendo possível perceber as discrepâncias de tratamento entre grupos de sujeitos que atuam no TBC, em relação aos que atuam em modos de turismo tidos como convencionais e/ou massificados. Assim, é possível fazer uma relação desta realidade com a abordagem neopluralista, segundo a qual diferentes grupos não são igualmente influentes e/ou não possuem o mesmo acesso aos governos, por conta de seus distintos níveis de poder social (Menezes & Campos, 2013).

Especificamente sobre instrumentos do Estado nessas relações, ainda antes de se tratar de aplicação de lei, de políticas públicas ou de projetos, é oportuno refletir sobre os passos pregressos contidos na “ideia do mapeamento social, ou da centralidade da dimensão de localização social na configuração de privilégios e desvantagens a que estão sujeitos indivíduos e grupos situados em diferentes pontos do mapa social” (Medeiros, 2019, p. 83). Ou seja, anteriormente à alguma aplicação de lei, faz-se cabível (por exemplo, mediante políticas públicas) mapear os sujeitos e seus territórios, de modo que o Estado consiga se comunicar com as diversas comunidades, aplicando então as intervenções necessárias no planejamento e na gestão (Santiago & Heemann, 2015).

Concomitantemente às questões de mapeamento, é oportuno referenciar o que expõem Sousa Santos e Avritzer (2002, p. 59) sobre a relevância dos processos de libertação e de democratização. Para os autores, ambos os processos parecem partilhar um elemento comum:

(...) a percepção da possibilidade da inovação entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão. Em geral, estes processos implicam a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, a redefinição de identidades e vínculos e o aumento da participação, especialmente no nível local.

Em complemento, os autores afirmam que os processos supracitados tendem a ser objeto de disputa política. O que se verifica, assim, é que sobretudo em realidades capitalistas, consolidou-se uma concepção de democracia liberal, a partir da qual se busca uma estabilização mediante o controle, sendo este eminentemente aplicado a categorias de indivíduos tidos como periféricos. Em última instância, pode-se aludir também ao que expõe Rancière (2014), para quem a sociedade democrática é uma fantasia, cuja organização é

pautada para sustentar as oligarquias, de modo que não existe governo democrático propriamente dito. Daí a relação proposta para com o setor turístico, notadamente no que se refere às expressões de TBC.

Especificamente quanto ao turismo, a partir de 2003, dada a criação do Ministério do Turismo, as políticas públicas exclusivas ao setor passaram a ser desenvolvidas e aplicadas por esta pasta. Desde então, tem se formado um arcabouço legal no setor, o qual não preconiza, na prática, um desenvolvimento equânime, quando das relações entre os diferentes grupos sociais envolvidos, tal qual foi indicado ser necessário pelo próprio Estado brasileiro, desde o lançamento do primeiro Plano Nacional de Turismo (Brasil, 2003).

Nesse contexto, nota-se haver relações de poder desiguais e móveis (Raffestin, 1993), as quais “dificultam a ascensão, o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de segmentos socialmente vulneráveis ou tradicionalmente excluídos” (Pires, 2019, p. 16). Tais relações de poder díspares evidenciam um referencial setorial do turismo brasileiro dotado de práticas excludentes e/ou elitizadas, especialmente para seus trabalhadores já mais fragilizados na organização econômica e social³ – como povos e comunidades tradicionais (PCTs)⁴, agricultores familiares (AFs)⁵ e moradores e/ou trabalhadores de comunidades urbanas e rurais.

Sobretudo quando se faz referência ao trabalho de TBC, é relevante destacar que tanto leis, como políticas públicas e projetos devem ser compreendidos não somente a partir do resultado, como também “através do seu processo de elaboração e implementação” (Menezes & Campos, 2013, p. 44), ou seja, levando-se que em conta que o TBC não é apenas para as comunidades, mas sim com e a partir delas, a concepção (formação) de instrumentos oficiais afins a ele deve abarcar tais agentes sociais. Essa perspectiva alinha-se aos preceitos do pluralismo, segundo os quais os grupos de interesse político são os mais relevantes para a construção de instrumentos afins a eles (Howlett et al., 2013).

Nessa conjuntura, o que se averigua é que na ausência de instrumentos legais de abrangência nacional que amparem o TBC, é crescente o número de estados e de municípios que vêm adotando seus instrumentos próprios, notadamente a partir de 2018⁶. Contudo, para este trabalho, não serão avaliados tais instrumentos locais ou estaduais, mas será exposto

3 Um estudo progressivo a este, relacionado ao tema, com foco nos trabalhadores de Turismo Rural, pode ser conferido em Costa da Silva (2021).

4 Povos e Comunidades Tradicionais são descritos(as) na Lei 6.040/2007. Disponível em: <Decreto nº 6040 (planalto.gov.br)>, com acesso em 06 de fevereiro de 2023.

5 Agricultores(as) familiares são descritos(as) na Lei 11.326/2006. Disponível em: <Lei nº 11.326 (planalto.gov.br)>, com acesso em 06 de fevereiro de 2023.

6 Uma compilação de leis e de políticas públicas de TBC no Brasil pode ser conferida no repositório “Tecendo TBC”, disponível em: <abre.ai/tecendotbc>.

material de caráter nacional, cuja metodologia de análise será explicada no capítulo seguinte e cujos resultados se encontram no capítulo subsequente.

Metodologia

Em medida substancial, a metodologia empregada neste artigo alinha-se, também, com uma visão de análise de política pública positivista, uma vez que esta assinala ser necessário, para além da análise técnica, o “estudo de uma gama de outros fatores, incluindo os conflitos decorrentes de diferentes valores e interesses” (Howlett et al., 2013, p. 23). Em complemento, o trabalho em questão vislumbra tratar da promoção da democracia e da participação pública, além de partir do pressuposto de não haver entendimento inquestionável ou único ao problema suscitado, especialmente dado o tema relativamente novo estudado no campo do turismo.

Tal alinhamento dá-se em dois níveis: micro e macro. No primeiro, porque o estudo se debruça em estudos e instrumentos reais já em vigor, ao passo que no segundo nível foca-se em possíveis metas e compreensões mais amplas (Howlett et al., 2013). Em suma, a metodologia se volta à pesquisa aplicada, do tipo multidisciplinar qualitativa (Dencker, 1998). Foram realizados levantamento de arquivo e levantamento de campo, conforme detalhamento a seguir:

- a) levantamento de arquivo, em fontes primárias - averiguação de leis e de projetos de leis (PLs) em tramitação na Câmara dos Deputados⁷ e no Senado Federal⁸ (coleta entre 2020 e primeiro semestre de 2023);
- b) levantamento de arquivo, em fontes secundárias - sistematização de dados (em janeiro de 2023) oriundos de site oficial de projeto nacional, gerido pelo Ministério do Turismo (MTur), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)⁹; e
- c) levantamento de campo - coleta de entrevista semiestruturada on-line (realizada em 08 de fevereiro de 2023), aplicada de forma síncrona a quatro profissionais do Mtur, com atuação no projeto supracitado (ou seja, escolhidos por conveniência).

A apresentação dos resultados se dará a seguir. Os dados afins à legislação serão apresentados resumidamente, de modo descritivo. As publicações oficiais serão expostas a

⁷ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>>. Acesso em 13 de julho de 2023.

⁸ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em 13 de julho de 2023.

⁹ Disponível em: <<https://bit.ly/mbtr>>. Acesso em 30 de março de 2023.

partir de dados de conteúdo dos repositórios de Internet e de figuras ilustrativas contidas nestes. Já as entrevistas serão elucidadas mediante emprego de discurso indireto.

Resultados e discussão

Atualmente¹⁰, os instrumentos de Estado em vigência, que podem ter relação com o TBC, são a Política Nacional de Turismo (PNT) e a Portaria n° 39/2017¹¹. Em tramitação (até junho de 2023), constam os seguintes Projetos de Lei (PLs): n°2.951/2020, n°4.339/2019, n°4.032/2020 e n°4.395/2020¹².

Acerca da Política Nacional de Turismo (PNT), avalia-se haver uma dificuldade e/ou impossibilidade de formalização de trabalhadores de pequeno porte, quando estes prestam serviços de cadastro obrigatório, previsto pelo Cadastur, visto que este solicita, obrigatoriamente, a existência de CNPJ (entreve especialmente para AFs, bem como para PCTs e demais trabalhadores do TBC, para os quais nem sempre é vantajoso e/ou necessário manter um CNPJ). Como consequência, a inexistência de tal Cadastro pode gerar fiscalização, passível de multas. Em adição, a falta do Cadastro inviabiliza acesso a políticas públicas, como linhas de crédito (ex: Fundo Geral do Turismo – Fungetur¹³).

Sobre a Portaria n°39/2017, esta estabelece as regras e os critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, tendo como principal critério a categorização turística. Pondera-se que tomar exclusivamente o sistema de categorização turística como critério de aporte de recursos seja inadequado. Isso porque, além de atribuir categorias mais altas a lugares com maior número de equipamentos turísticos específicos (o que não significa, na prática, que automaticamente haja melhor fluxo ou potencial turístico), tal metodologia pode vir a ratificar uma condição de precariedade de acesso a recursos, para destinos já menos desenvolvidos.

Quanto ao Projeto de Lei n°2.951/2020, o qual visa incluir no rol de prestadores de serviços turísticos os produtores rurais que exerçam, em caráter complementar, as atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo, avalia-se que apenas inserir o

¹⁰ Dados coletados e sistematizados até junho de 2023.

¹¹ Especificamente em alusão a tal política pública (categorização turística), em janeiro de 2023 foi informado, por técnico do Ministério do Turismo, que dada a alternância de governo, poderia haver revisão de tal procedimento.

¹² Todos os documentos citados estão no portal da Câmara dos Deputados, disponível em: <Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)>.

¹³ Detalhes sobre o Fungetur podem ser verificados à página do MTur. Disponível em: <<https://www.rs.gov.br/carta-de-servicos/servicos?servico=1314>>, acessada em 06 de fevereiro de 2023.

trabalhador do Turismo Rural na Lei nº11.771/2008, tal como sugere a redação inicial do PL, sem, contudo, citar outras leis complementares ao cenário em questão, não gera benefício automático a este trabalhador podendo, até mesmo, ocasionar problemas futuros a ele – como impostos.

No que se refere ao PL nº4.339/2019, o qual contempla como uma de suas propostas a vedação da divulgação ou promoção de prestadores de serviços turísticos não devidamente cadastrados no Ministério do Turismo, portanto, via Cadastur, novamente aborda-se o tema da exclusão e da precarização de atores já periféricos no setor. Ou seja, considerando que grande parte de trabalhadores do TBC não possui tal registro (por ele requerer CNPJ), em consequência, há de se considerar substanciais prejuízos a tais prestadores de serviços.

Já sobre o PL nº4.032/2020, o qual visa tornar a exploração do Turismo Rural, de forma complementar ou acessória às demais atividades rurais, tributáveis pela Receita Federal Brasileira¹⁴, avalia-se que apenas com o teor resumido contido neste PL não há como propor taxação, via Receita Federal Brasileira, se não houver regulamentação (por exemplo, mediante uma Instrução Normativa, ou de um Decreto) e legislação adequada para o Turismo Rural no País. Novamente, verifica-se um potencial risco a trabalhadores, que mesmo declarando a atividade continuarão descobertos por uma série de outros aspectos legais do turismo brasileiro, como, por exemplo, em relação ao Cadastur. Em complemento, a redação do PL gera uma contradição no campo legal, visto que desde 2015 o Turismo Rural é tratado como atividade econômica ancilar à exploração agroeconômica, conforme Lei 13.171, e porque existe uma Instrução Normativa, de nº83/2001, a qual estabelece que não se considera atividade rural o montante das receitas oriundas da exploração do Turismo Rural.

Por fim, tem-se também em tramitação o PL nº4.395/2020. Este propõe a instituição de uma Política Nacional de Fomento ao Turismo Rural. Porém, constata-se que o texto não traz as prerrogativas necessárias ao desenvolvimento do Turismo Rural, sem que os trabalhadores deste segmento sejam prejudicados, nos termos da atual PNT e, por conseguinte, do Cadastur.

Ao analisar-se o teor de tais documentos¹⁵, é importante ponderar que as regras e os recursos disponibilizados pelas instituições impactam decisivamente na estruturação dos territórios e/ou nas relações, de modo a restringir ou facilitar uma determinada atividade, bem

¹⁴ É oportuno informar que este PL vem sendo divulgado, pelo portal da Câmara dos Deputados, de modo deturpado, como pode ser verificado na matéria disponível em < <https://www.camara.leg.br/noticias/880238-comissao-aprova-proposta-que-regulamenta-o-turismo-rural>>. Acesso em 26 de março de 2023.

¹⁵ Ratifica-se que o conjunto de análises volta-se, também, para PLs afins ao segmento do Turismo Rural, visto ser este expressivamente relacionado ao modo de gestão do TBC na realidade brasileira.

como uma determinada trajetória de sujeitos e/ou de grupos sociais (Pires, 2019). Dessa forma, também no cenário nacional turístico, as leis e as políticas públicas têm atendido a determinados grupos, em detrimento de outros, elucidando-se aí, cada vez mais, processos estruturados por relações de poder, portanto horizontais, configurando não apenas hierarquias, mas desvantagens (Santos, 2018; Howlett et al., 2013), envolvendo as instituições e as redes estabelecidas pelos atores nos distintos espaços – físicos e sociais. Em adição, verifica-se que muitos dos PLs, se aprovados, poderão ratificar relações desiguais, impondo assim barreiras ao desenvolvimento de agentes já mais vulneráveis e excluídos (Howlett et al., 2013; Pires, 2019).

Além de leis em vigor e de PLs em tramitação, também é objeto de estudo desta pesquisa o projeto iniciado em 2022, a partir de parceria com a UFRN e o MTur. Trata-se do “Mapa Brasileiro do Turismo Responsável”¹⁶, o qual objetiva mapear roteiros, experiências e destinos turísticos, relacionados a boas práticas de sustentabilidade, TBC e segurança. No portal oficial do projeto, a proposta é colocada também como meio para que venha a ser utilizada enquanto base para fomento de investimentos públicos, motivo essencial pelo qual são feitas análises a seu respeito neste artigo.

No site são contabilizadas dez comunidades relacionadas ao TBC, compostas prioritariamente por PCTs. Elas estão localizadas nos estados do RJ, do ES, de SP, de SC, do RS, da PB, do MA, e no DF (fig. 1 e fig. 2). Verifica-se não haver totalidade de correspondência direta com estados e/ou municípios nos quais há lei ou política pública de TBC (Quadro 1). Visto que onde se verifica uma lei e/ou uma política pública de TBC, possivelmente há uma prática comunitária deste tipo, pondera-se possíveis problemas alusivos ao levantamento.

Outra imprecisão de correspondência é verificada se o registro do Mapa Brasileiro do Turismo Responsável for comparado ao levantamento do Projeto Bagagem¹⁷. Este consiste em uma Organização Não Governamental (ONG), focada em promover o TBC como ferramenta para valorização e desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro. O referido levantamento foi realizado em 2020 e nele foram registradas 87 iniciativas de TBC (fig. 3), sendo a maior concentração averiguada na região Sudeste (39 iniciativas), seguida pela região Norte (20 iniciativas), Região Nordeste (17 iniciativas) e Região Sul (11 iniciativas).

¹⁶ Disponível no portal do Mapa Brasileiro do Turismo Responsável: <<https://bit.ly/mbtr>>. Acesso em: 30 de março de 2023.

¹⁷ Os dados estão em documento não publicado oficialmente (sem ficha catalográfica ou registro), o qual pode ser conferido em: <<https://projctobagem.org/site/pt/>>.

Fig. 1 – Resumo de levantamento feito por MTur/ UFRN: tipologia e abrangência



Fonte: Adaptação de Mapa Brasileiro do Turismo Responsável (Brasil, 2023).

Fig. 2 – Mapeamento de TBC feito por MTur/ UFRN: representação de distribuição no Brasil



Fonte: Adaptação de Mapa Brasileiro do Turismo Responsável (Brasil, 2023).

Quadro 1 – Comparação entre levantamento feito por MTur/ UFRN e existência de instrumento legal.

Estado	Registrado por MTur e UFRN	Existência de lei e/ou política pública
Bahia		X
Distrito Federal	X	
Espírito Santo	X	X
Goiás		X
Maranhão	X	X
Minas Gerais		X
Pará		X
Pernambuco	X	
Rio de Janeiro	X	X
Rio Grande do Sul	X	
Santa Catarina	X	

Fonte: Autora (2023).

Fig. 3 – Resumo de levantamento do Projeto Bagagem



Fonte: Adaptação de Projeto Bagagem (2022).

A esse respeito, a equipe do MTur responsável pelo projeto afirma que o Mapa consiste em um trabalho atualizado continuamente. Em complemento, ainda esclarece que os dados postados serão aprimorados e que mais produtos serão lançados ainda em 2023 – como materiais educativos e informativos – e que a equipe do projeto está ciente de que o registro até o momento exposto não dá conta da realidade brasileira afim ao tema – o lançamento teve de ser feito, mesmo com dados aquém da realidade¹⁸, em virtude de disponibilidade de recursos e de cronograma a ser cumprido.

De acordo com as pessoas entrevistadas, integrantes do projeto no MTur, para composição das informações foi adotada uma abordagem metodológica variada. Houve emprego de pesquisa quantitativa e qualitativa, com diversidade de ferramentas utilizadas, conforme expresso no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Metodologia do Mapa do Turismo Responsável para coleta de dados de TBC.

Tipologia	Ferramenta/ Método	Forma de aplicação/ execução
Quantitativa	Questionário	Aos órgãos oficiais de turismo estaduais, por meio de um questionário, elaborado na plataforma Google Forms, encaminhado por e-mail.

¹⁸ Também é possível afirmar que os números não dão conta da totalidade, ou da maior parte das práticas e/ou de comunidades de TBC no Brasil, analisando-se, por exemplo, apenas o estado da Bahia. No site, constam somente três registros de TBC neste estado, sendo que apenas na Rede Batuc são listadas mais de vinte práticas. Esta Rede consiste em um grupo voltado ao TBC, ao Turismo Responsável e à Economia Solidária do turismo na Bahia. Disponível em: <https://www.instagram.com/rede_batuc/>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2023.

		Com os representantes e/ou responsáveis pelas boas práticas de TBC
Qualitativa	Pesquisa bibliográfica	Base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na qual foram selecionadas vinte teses de doutorado e 47 dissertações de mestrado, totalizando 67 obras até julho de 2022. Base de dados “Publicações de Turismo”, resultando em 208 artigos. Plataforma do Google Livros e no Google, nas quais foram encontradas trinta obras.
		Estudos de caso, nos quais foram identificados os municípios com iniciativas de Turismo de Base Comunitária.
	Entrevistas	Sete entrevistas com especialistas de TBC, por videoconferência, com uma média de duração de 1h30 cada.
	Carta ofício	Consulta aos gestores de unidades de conservação (UCs).
	Pesquisa eletrônica exploratória	Bases do Google, Facebook e Instagram e nos sites oficiais do Prêmio BRAZTOA de Sustentabilidade e do mapeamento de Inovações Sociais para o Turismo Sustentável da ASHOKA.

Contudo, ainda assim, o cenário atualmente expresso no site do projeto sinaliza alguns problemas a serem contornados. Por exemplo, em relação à coleta qualitativa com emprego de entrevistas, chama atenção o baixo número de aplicações (sete), o qual não corresponde sequer à metade do número de estados brasileiros. Assim, pondera-se a necessidade de se aplicar ao menos uma entrevista por estado, como forma de se ter um apanhado mais representativo da diversidade de TBC também nesta tipologia de estudo.

Sobre o baixo números de práticas e de comunidades de TBC registrado, a equipe do MTur informou que para além de questões de cronograma, diversos atores acionados não quiseram ter sua comunidade e/ou seu nome relacionados com a gestão à época vigente (em 2022). Assim, nesta interlocução, não foi possível comunicar de modo eficiente, a todos os atores acionados, que o trabalho se tratava de um projeto de Estado, e não de governo.

A esse respeito, é cabível destacar que as mesmas ferramentas e técnicas devem ser empregadas de modos distintos, considerando os cenários e os sujeitos abordados (especialmente quando estes consistem em PCTs), conforme indicam Lopes (2016) e Gomes (2012). Ou seja, se por um lado há de se manter o rigor científico, preservando o padrão de ferramentas, por outro lado, na aplicação destas deve haver certa adaptabilidade, levando-se em conta os públicos aos quais a pesquisa é destinada, para que esta não apresente dados distorcidos. Como resultado, em certa instância, a ausência de diversas expressões de TBC no

levantamento ora analisado pode ser relacionada ao conceito de periferia, não do ponto de vista físico, mas enquanto relações desiguais e de plataforma (Roy, 2017).

Dados os resultados e suas respectivas análises, é possível retomar o que Rancière (2014) expõe, para quem nas realidades capitalistas está consolidada uma concepção de democracia liberal. Ou seja, nesse contexto, há um controle (do Estado) aplicado a categorias de indivíduos tidos como periféricos (não somente por um recorte geográfico, mas por uma condição socioeconômica e de plataforma). Nesse sentido, uma das reflexões possíveis volta-se ao fato de se ter um contexto de sociedade democrática brasileira fantasiosa, visto que sua organização sustenta, sobretudo, grupos já dominantes (aqui então identificados em um contexto de turismo convencional, oposto às práticas do TBC).

Ainda assim, como possíveis aplicações práticas oriundas das análises pregressas, sustenta-se a viabilidade de ação em dois campos, quais sejam: da organização social de grupos de interesse no tema do TBC; e do aperfeiçoamento de instrumentos legais, por parte do Estado, porém, também a partir da mobilização social dos atores de TBC. No primeiro deles, alude-se à possibilidade de os grupos não somente opinarem em plataformas virtuais (da Câmara dos Deputados e do Senado), como também em comissões temáticas geridas de modo presencial, as quais ainda discutem as tramitações de PLs e alterações de lei¹⁹. Quanto ao aperfeiçoamento de instrumentos legais, é possível que o comparativo de dados aqui expressos, se analisados por equipe afim ao tema, possa colaborar para a disseminação de informações e para melhorias – tanto no campo de leis, de PLs, como no campo de coleta, da sistematização e da exposição de dados.

Considerações finais

Este trabalho partiu da premissa de que a inexistência de aportes legais de Estado voltados ao Turismo de Base Comunitária seria ativamente (intencionalmente) produzida. Já a problemática centrou-se em verificar se o TBC ocuparia uma condição de periferia, atribuída e reforçada por instrumentos oriundos do Estado.

Em certa medida, o apanhado dos resultados confirmou a premissa e indicou uma resposta positiva quanto à questão suscitada, sobretudo em relação à legislação vigente e à

¹⁹ Qualquer cidadão pode votar em PLs e em alterações/revisões de lei nos portais da Câmara dos Deputados e do Senado. Já nas comissões temáticas, como a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados (www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur), embora não haja poder de voto, qualquer pessoa pode assistir sessões e/ou enviar propostas, por exemplo, através de documentos a deputados(as) participantes.

tramitação de projetos de lei. Particularmente neste caso, observou-se possível acirramento de relações de poder díspares (Tirelli, 2014). Em complemento, o teor das leis e dos PLs volta-se ao que afirma Rancière (2014), ou seja, tem-se um cenário no qual as minorias representam e ocupam os negócios comuns, não sendo capazes (intencionalmente?) de refletir, em suas práticas, o atendimento às questões do que neste estudo foram identificadas como comunidades periféricas – tanto do ponto de vista do recorte geográfico, mas, especialmente, quanto ao posicionamento da organização social vigente. Porém, o lançamento do projeto Mapa do Turismo Responsável e a sua possibilidade de construção coletiva sinalizam para uma viabilidade de mudança na condição de horizontalidade de relações ainda verificada.

Especificamente quanto a este levantamento feito pelo MTur e pela UFRN, embora se configure como um importante passo de visibilidade e de registro de TBC em território nacional, pondera-se ainda ser necessário avançar substancialmente, tanto na coleta de dados, como na exposição destes, fato que suscita o questionamento acerca das condições democráticas de aplicação do projeto. Ainda hoje, averigua-se que as relações entre os segmentos vulneráveis da população que atuam no TBC e os instrumentos de Estado afins a ele podem reforçar vulnerabilidades e ratificar (propositalmente?) formas de exclusão (Pires, 2019; Poulantzas, 1980). Em contrapartida, o fato de se ter um levantamento categorizado, com metodologia própria em nível nacional, aponta para uma ruptura de muitos anos durante os quais este modo de fazer turístico esteve invisibilizado pelo próprio Estado.

Pelo exposto, considerando que o objetivo geral deste trabalho se centrou em contribuir para a discussão sobre a necessidade de se estabelecer um suporte legal em território nacional, capaz de dar amparo e, por conseguinte, de fomentar o Turismo de Base Comunitária (TBC), avalia-se que a sistematização apresentada possa gerar reflexões afins ao tema. Contudo, há de se ressaltar a necessidade de pesquisas complementares mais aprofundadas e de longo prazo para o tema abordado. Como limitações deste estudo, é ponderada a ausência de resultados oriundos dos atores de TBC. Ou seja, recomenda-se que em estudos complementares sejam coletadas impressões de tais atores quanto aos instrumentos de Estado, como forma de se ter a percepção das comunidades sobre o ambiente turístico posto como democrático na economia liberal capitalista do Brasil.

Referências

Althusser, L. (1970). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Biblioteca Universal Presença.

- Alves, K. (2013). Turismo de Base Comunitária: Fundamento histórico e abordagens conceituais. In: F. P. S. Silva, (Org.). *Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: Articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno*. Salvador: EDUNEB. p. 81-92.
- Araújo, S. A. D. (2014). *Ecologia de injustiças a sul e a norte: Cartografias comparadas das injustiças comunitárias em Maputo e Lisboa*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. (2021). *Turismo de Base Comunitária*. Brasília – DF.
- Brasil. Ministério do Turismo. (2003). *Plano Nacional de Turismo: 2003-2007*. Brasília, DF.
- Brasil. Ministério do Turismo. (2023). *Mapa Brasileiro do Turismo Responsável*. Brasília, DF. Recuperado de <https://painéis.turismo.gov.br/sense/app/6c7ee682-c424-4b78-b98a-5bf04e66309f/sheet/5589e238-576d-417c-a1a4-be6ec0087667/state/analysis>
- Costa da Silva, F. (2021). Legislação brasileira relacionada ao turismo: Ações estatais promotoras da precarização do trabalho. In *Anais do 2º Seminário Virtual: Perspectivas críticas sobre o trabalho no turismo* (pp. 253-264). Arraias, TO: UFT.
- Dencker, A. F. M. (1998). *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura.
- Gomes, A. (2012). Etnobotânica e territorialidades negras urbanas da Grande Belo Horizonte: Terreiros e quintais. In: Santos, R. E. (Org.). *Questões urbanas e racismo* (pp. 276-308). Petrópolis: DP.
- Howlett, M.; Ramesh, M., & Perl, A. (2013). *Política pública: Seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integradora*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Lopes, E. B. (2016). *Manual de Metodologia*. Paraná: Gráfica Instituto Emater.
- Maldonado-Torres, N. (2009). A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In B. Sousa Santos, & M. P. Meneses, *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Medeiros, R. S. (2019). Interseccionalidade e políticas públicas: Aproximações conceituais e desafios metodológicos In R. R. C. Pires, (Org.). *Implementando desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Menezes, A. M. F., & Campos, M. F. H. C.. (2013). Políticas públicas e desenvolvimento local. In: F. P. S. Silva (Org.). *Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: Articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno*. Salvador: EDUNEB.
- Pires, R. R. C. (Org.). (2019). *Implementando desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ipea.
- Poulantzas, N. (1980). *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Projeto Bagagem. (2022). *Mapeamento das iniciativas de Turismo de Base Comunitária*. S/I: Projeto Bagagem. Recuperado de [Mapeamento de TBC by Projeto Bagagem - Issuu](#)
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- Rancière, J. (2014). *O ódio à democracia*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- Relatório Final. (2022). Brasília: Gabinete de Transição Governamental. 100p.
- Roy, A. (2017). Cidades faveladas: Repensando o urbanismo subalterno. In *E-Metropolis* (pp. 5-21). n. 31, Ano 8.
- Santiago, P. C., & Heemann, J. (2015). *Guia do Espaço Público*. Nova York. Edital Conexão Cultura Brasil Intercâmbios, da Secretaria de Economia Criativa (SEC), do Ministério da Cultura.
- Santos, A. A.; Miller, F. S., & Sayago, D. A. V. (2023). Turismo de base comunitária e o fortalecimento dos movimentos de resistência territorial: O caso na comunidade tradicional quilombola do Cumbe, Aracati, Ceará, Brasil. In: F. B Barros, F. S. Miller, & C. W. Noberto (Orgs.). *Socioantropologia de povos e comunidades tradicionais costeiras e ribeirinhas* [recurso eletrônico]. Ramalho – Belém: INEAF.
- Sousa Santos, B., & Avritzer, L. (2002). Introdução: Para ampliar o cânone democrático. In Sousa Santos, B. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, R. E. (2018). Uma leitura sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In F. L. Oliveira, & P. N. Lima Jr. (Orgs.). *Território e planejamento: Perspectivas transdisciplinares* (pp. 345-366). 1a ed. Rio de Janeiro: Letra Capital. v. 1.
- Spivak, G. C. (2000). Foreword: Upon Reading the Companion to Postcolonial Studies. In H. Schwarz, & S. Ray (Orgs.). *A Companion to Postcolonial Studies*. Malden, Oxford, Victoria: Blackwell Publishing.
- Tirelli, C. (2020). Conectando políticas públicas e território: A contribuição da perspectiva relacional. In: L. L. Lima, & L. Schabbach, L. (Orgs.). *Políticas públicas: Questões teórico-metodológicas emergentes* [recurso eletrônico] (pp. 245-267). Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV.

Esse artigo apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado em desenvolvimento na UFRJ, com financiamento da CAPES



Acessibilidade em meios de hospedagem para surdos e deficientes visual e auditivo: uma análise da oferta de Diamantina-MG

Renata Fernandes Dias Coelho¹Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão²Raquel Schwenck de Mello Vianna Soares³Katrine Souza Silva⁴

Submissão em: 19 set. 2023

Aceite em: 28 set. 2023

Resumo: Esta pesquisa, de cunho exploratório e descritivo, propôs investigar quais adaptações os meios de hospedagem de Diamantina-MG possuem para receber os deficientes visuais, auditivos e surdos, além de analisar o conhecimento dos gestores e/ou proprietários sobre o tema. Foram verificadas *in loco* as adaptações relacionadas aos serviços ofertados, incluindo ambientes internos e externos, e plataformas eletrônicas, de modo a identificar se atendem às normas e à legislação vigente, além de ter sido aplicado dois questionários aos gestores e/ou proprietários dos meios de hospedagem, sendo um para acessibilidade ao público surdo e deficiente auditivo e outro para o público de deficientes visuais. Pode-se concluir que a maioria dos meios de hospedagem de Diamantina não são acessíveis e adaptados para pessoas com deficiência visual, auditiva e surdos, além de apontar ausência de mecanismos de fiscalização e descumprimentos de parâmetros legais. Para tanto, considera-se essencial a sensibilização dos gestores e a qualificação dos atendentes dos estabelecimentos estudados.

Palavras-chave: turismo acessível; inclusão social; meios de hospedagem; deficientes sensoriais.

Accessibility in accommodation facilities for deaf and visually and hearing impaired: an analysis of Diamantina's offer

Abstract: This research, of an exploratory and descriptive nature, proposed to investigate what adaptations the accommodation facilities in Diamantina-MG have to lodge the visually impaired, hearing impaired and deaf, as well as to analyze the knowledge of managers and/or owners on the topic. The adaptations related to the services offered were verified on site, including internal and external environments, and websites, in order to identify whether they met current standards and legislation. In addition, two questionnaires were directed to managers and/or owners of the accommodation facilities, being therefore one related to accessibility for the deaf and hearing impaired public and the other related to the visually impaired public. It can be concluded that most of Diamantina's accommodation facilities are not accessible or adapted for deaf people and people with visual and, or hearing disabilities. The absence of inspection mechanisms and non-compliance with legal parameters were pointed out. Thus, the awareness of managers and the qualification of attendants in the establishments studied are considered essential.

Key words: accessible tourism; social inclusion; accommodation facilities; sensory impaired.

¹ Renata Fernandes Dias Coelho. Graduada em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: renata.ufvjm.2014@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0009-0002-7872-2137> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0277049714744121>.

² Guilherme Fortes Drummond Chicarino Varajão. Professor Associado da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: guilhermefdcv@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9197-7970> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1327402082703038>.

³ Raquel Schwenck de Mello Vianna Soares. Professora Assistente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: raquel.schwenck@ufvjm.edu.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2298-6109> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8228345173014578>.

⁴ Katrine Souza Silva. Graduada em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: katrine.sosi@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0009-0009-8606-776x> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6190320924301255>

Introdução

Existem grupos de pessoas que demandam uma visão diferenciada no seu modo de vida. Dentre esses grupos, foram escolhidos como foco desta pesquisa os deficientes visual, auditivo e o surdo. Portanto, serão abordadas algumas das questões relevantes sobre acessibilidade nos meios de hospedagem, do direito ao lazer e ao turismo, conforme definição de acessibilidade pelas Normas Brasileiras de Regulamentação / Associação Brasileira de Normas Técnicas para adaptações em meios de hospedagem NBR 9050 (ABNT, 2015). As Normas Brasileiras de Regulamentação – NBR, são elaboradas pelos Comitês Brasileiros da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Não têm força de lei, mas podem tornarem-se quando forem incluídas em uma legislação. ABNT é o Foro Nacional de Normalização por reconhecimento da sociedade brasileira desde a sua fundação, em 1940, responsável pela elaboração das Normas Brasileiras (ABNT NBR). Atua na conformidade e dispõe de programas para certificação de produtos, sistemas e regulação.

Com o objetivo de diminuir a discriminação da sociedade e de empresas, que apresentam algum tipo de barreira para a pessoa com deficiência, foram criadas leis e decretos que asseguram direitos que amparam essas minorias (Brasil, 1962, 1985, 1991, 2000, 2002, 2004, 2005a, 2005b, 2006, 2009e, 2015). Nesse processo de mobilização, o Brasil caminha a passos lentos, mas vai sendo impulsionado pelas atividades de mobilização da população com deficiência e simpatizantes pela causa.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE quanto à população de deficientes auditivos e visuais e o cego⁵, revelam que quase um quarto da população brasileira possui alguma deficiência (IBGE, 2012). A promoção por gestores e pelo empresariado da acessibilidade para surdos, deficientes visuais e auditivos se configura, não apenas como respeito às leis, mas como um investimento na qualidade da prestação de serviços e o acesso a um nicho de mercado nada desprezível numericamente.

Há, portanto, razões econômicas para direcionar serviços e produtos a esse público. Não obstante, pesquisas ainda precisam ser conduzidas para aferir as expectativas, desejos e interesses desse público (Kamio & Sassi, 2010). Segundo Devile (2009), os turistas com

⁵ Emprega-se neste escrito os termos deficiente visual caracterizando uma limitação ou perda das funções básicas do olho e do sistema visual, sendo o deficiente visual uma pessoa cega ou com baixa visão. Já para pessoa surda ou deficiente auditiva, de acordo com o Decreto n. 5.626 (Brasil, 2005b): “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. “Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (Brasil, 2005b).

deficiência apresentam um comportamento diferenciado em relação a outros consumidores. Ou seja, têm maior tendência à fidelidade, repetindo o destino e o consumo dos serviços que geraram experiência positiva. A população surda, por exemplo, demonstra grande interesse por viagens em grupo (Silva, 2013). No estudo sobre o perfil dos turistas com deficiência, do Ministério do Turismo (2013), alguns fatores influenciam na escolha de um destino, como a presença de profissionais Tradutores Interpretes de Língua de Sinais/Língua Portuguesa (TILSP) e escrita em braile em locais estratégicos, entre outros recursos que podem orientar as pessoas com deficiência auditiva, ou visual, cegos e surdos.

A motivação para a proposição desta pesquisa teve como ponto de partida indagações e observações de duas autoras deste trabalho, realizadas ao longo do percurso formativo em Turismo, oferecido pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, localizada na cidade de Diamantina-MG. Percebeu-se a quase inexistência de acessibilidade na cidade de Diamantina-MG e nos meios de hospedagem, o que exclui uma parcela de sua população e de turistas em potencial. Isso levou à reflexão sobre o abismo existente entre a realidade e aquilo previsto pelas legislações, códigos e acordos internacionais. Por que isso ocorre e o que pode ser feito para mudar tais situações de inequidade?

Em comparação com outros temas na área do turismo, percebe-se que há uma carência de estudos e pesquisas sobre a acessibilidade no Turismo para surdos e deficientes visuais e auditivos. Gestores públicos e privados ainda têm pouco conhecimento sobre as necessidades de consumo dessas pessoas, o que impossibilita a formatação de produtos e a especialização de serviços (Duarte & Pereira, 2017).

Assim, este trabalho propôs investigar quais adaptações os meios de hospedagem de Diamantina-MG possuem para receber os deficientes visuais, auditivos e surdos, e quais serviços diferenciados são ofertados a esse público. Foram verificadas *in loco* as adaptações relacionadas aos serviços ofertados, incluindo ambientes (unidade habitacional, recepção, garagem, refeitório, etc.) e plataformas (website, aplicativos, etc.), de modo a identificar se atendem às normas, como a NBR 9050 (ABNT, 2015), e à legislação vigente que amparam a população com deficiência. Ademais, por meio de entrevistas, avaliou-se o conhecimento por parte dos gestores dos meios de hospedagem em relação às necessidades dos deficientes visuais, auditivos e surdos.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa pode ser considerada como exploratória e de cunho qualitativo e quantitativo. Teve como objetivo investigar a acessibilidade nos meios de hospedagem da sede de Diamantina-MG e o conhecimento dos gestores e/ou proprietários sobre o tema.

Para tanto, após pesquisa e revisão bibliográfica sobre o tema, foram utilizados dois questionários voltados aos gestores e/ou proprietários dos meios de hospedagem, sendo um relacionado à acessibilidade ao público, surdo e deficiente auditivo, e outro para o público de deficientes visuais. O questionário foi estruturado com questões de múltipla escolha e dicotômicas, como sim ou não, concordo ou não concordo, tendo sido baseado no questionário do aplicativo do Ministério do Turismo sobre Turismo Acessível, “Guia Turismo Acessível – Um Brasil onde todos podem viajar”.

Adicionalmente ao questionário, os pesquisadores utilizaram um diário de campo para registrar observações sistemáticas sobre as estruturas da hospedagem em relação às adaptações para pessoas surdas e com deficiências visual e auditiva. A observação é a forma mais comumente empregada para estudar fenômenos, fatos e acontecimentos. “Não podemos observar tudo ao mesmo tempo. Nem mesmo podemos observar muitas coisas ao mesmo tempo. Por isso uma das condições fundamentais de se observar bem é limitar e definir com precisão o que se deseja observar” (Rudio, 2007, p.39). Assim, a observação sistemática objetiva esclarecer questões anteriormente definidas. As observações dos meios de hospedagem basearam-se na Lei n. ° 10.098 (Brasil, 2000), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida, e no Estatuto da pessoa com deficiência (Brasil, 2015).

A identificação dos meios de hospedagem de Diamantina foi feita através de consultas ao CADASTUR⁶, em janeiro de 2018, e ao inventário turístico do Circuito dos Diamantes, de acordo com modelo da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. No mesmo período também foram realizadas buscas por meios de hospedagem em Diamantina nos sítios eletrônicos, por meio do portal do Google.

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP (parecer nº. 2.719.762/2018), o projeto seguiu os procedimentos metodológicos abaixo descritos em duas etapas:

⁶ CADASTUR é o Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo executado pelo Ministério do Turismo. Permite acesso a diferentes dados sobre os prestadores de serviço turísticos cadastrados.

Etapa 1 - Levantamento dos dados: envolveu o contato, via telefone, com os 54 meios de hospedagens identificados para agendamento da entrevista *in loco*. Os meios de hospedagens foram visitados, entre os meses de fevereiro e março de 2018, para condução da observação sistemática e entrevista com gestores e/ou proprietários.

Etapa 2 - Compilação e análise dos dados: as respostas dos questionários foram transcritas para o software Excel, com a confecção de gráficos e tabelas síntese. As respostas discursivas dos gestores e/ou proprietários foram transcritas e interpretadas, segundo procedimento de análise de conteúdo, proposto por Bardin (2010), em conjunto com as observações sistemáticas registradas no diário de campo.

Dentre os 54 meios de hospedagem identificados em Diamantina por meio do CADASTUR, inventário turístico e buscas em sítios eletrônicos, constatou-se que 21 não estavam em funcionamento. Dois estabelecimentos encontrados foram excluídos da pesquisa, por estarem na zona rural do município e distantes da sede, e quatro se recusaram a responder após contato. Outros quatro estabelecimentos foram desconsiderados pela pesquisa, por não terem carimbo, conforme exigência da Resolução n. 466/12 do Comitê de Ética em Pesquisa (CNS, 2012), que solicita carimbo na carta de instituição coparticipe. Ressalta-se que alguns dos meios de hospedagem não estavam registrados no CADASTUR, ou no inventário turístico municipal, mas foram identificados por meio das buscas nos sítios eletrônicos. Assim, ao todo, 23 meios de hospedagem participaram desta pesquisa (Tab. 1).

Tabela 1 –Meios de Hospedagem de Diamantina-MG

Número de estabelecimentos que fecharam / descontinuaram as atividades	21
Número de meios de hospedagem que participaram da pesquisa	23
Número de meios de hospedagem que não possuíam carimbo	4
Número de estabelecimentos fora da sede de Diamantina, excluídos da pesquisa.	2
Número de estabelecimentos que se recusaram a participar da pesquisa	4
Total	54

Os gestores de quatro meios de hospedagem, justificaram a recusa em participar da pesquisa devido à falta de retorno das pesquisas, em geral, que são realizadas nos estabelecimentos por estudantes e pesquisadores. Alguns alegaram ausência de clareza do que é feito com as informações cedidas. Questões semelhantes já haviam sido apontadas por Medaglia (2017), que identificou um distanciamento entre a universidade e a comunidade, agravado pela linguagem técnica usada nas publicações acadêmicas.

Acessibilidade e inclusão social

Embora exista um arcabouço legislativo que respalde minorias e garanta condições dignas de vida, ainda existe grande disparidade com o empiricamente constatável. A Constituição Federal (1988), com ideais que remontam a um modelo de Estado de Bem Estar Social (Lopes, 2014), preconiza o lazer, como um direito social, e o Estado como responsável por proporcionar o acesso à cultura e a integração à vida comunitária de pessoas com deficiência; ou seja, condições longe de serem universalizadas à população. Ademais, está em tramitação na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda à Constituição, PEC 33/2021, para alterar o art. 5º da Constituição Federal, de maneira a prever o direito fundamental à acessibilidade e à mobilidade à toda a população (Câmara dos Deputados, 2023). No momento do fechamento deste artigo, a proposta ainda aguarda deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), embora já tenha sido aprovada pelo Plenário do Senado, em 2021, após sete anos de tramitação (Senado, 2023).

No Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 (IBGE, 2012), considerava-se que 45,6 milhões de pessoas, o que equivalia a 23,9% da população brasileira no período, possuíam algum tipo de deficiência. O IBGE (2012) classificou a população com deficiência em quatro tipos de deficiência, de acordo com o seu grau de severidade: visual, auditiva, motora e, também, mental ou intelectual. Dentre estas, 35,77 milhões possuem alguma deficiência visual e 9,7 milhões possuem deficiência auditiva com diferentes graus de severidade. De acordo com Sansiviero e Dias (2005, p. 5), o elevado índice de pessoas com deficiência no Brasil se deve, em maior parte, “aos acidentes de trânsito, à violência urbana, à falta de segurança no trabalho, à falta de assistência à mulher na gravidez, à desnutrição e à carência alimentar e, ainda, à falta de condições de higiene e aspectos relacionados à miséria”.

A legislação brasileira avançou muito, sobretudo no século XXI, de maneira a assegurar a acessibilidade como um direito de todos, prevendo adaptações para inclusão de pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, com o intuito de proporcionar condições mínimas para viverem de maneira independente e exercerem a cidadania (Brasil 1962, 1985, 1991, 2000, 2002, 2004, 2005a, 2005b, 2006, 2009e, 2015). Não obstante, pode-se questionar como se dá a inserção dessas pessoas na sociedade, quer dizer, quais são as condições de acessibilidade dos espaços públicos e coletivos. No decreto federal 5.296 (Brasil, 2004), acessibilidade e barreiras são definidas como:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: a) urbanística; b) edificação; c) transporte e d) comunicação.

A promoção da acessibilidade em atrativos turísticos culturais, históricos, naturais e eventos programados é fundamental para a democratização do acesso aos espaços de lazer (Luiz & Teixeira, 2016). As investigações sobre acessibilidade são predominantemente focadas em barreiras arquitetônicas, mas observa-se negligência, também, em relação à acessibilidade sensorial e comunicacional (Mesquita & Carneiro, 2012). O Museu da Língua Portuguesa, por exemplo, é acessível a diferentes públicos com deficiência, mas ainda é insatisfatório em relação à sinalização, informação e recursos para deficientes auditivos e com visão reduzida (Lélis et al., 2018). A insipiente capacidade de comunicação voltada para estes públicos se reflete até nos meios de divulgação dos destinos turísticos, como os websites (Melo & Silveira, 2013).

Outra questão que aflige as pessoas com deficiência é o fato de ainda serem invisíveis aos olhos de parte da população, quadro que é lentamente revertido pelo empoderamento e pela tomada de consciência sobre seus direitos (Santos & Duarte, 2017). Para analisar a acessibilidade é importante observar as dificuldades impostas pela deficiência às pessoas, e em que nível o ambiente faculta ou compromete sua orientação ou mobilidade (Santos, 2012).

Deve-se dar particular importância à concessão de autonomia às pessoas com deficiência; quer dizer, conceder acesso às pessoas sem que haja necessidade de guia ou acompanhante para auxiliá-los (Moriwaki & Neiman, 2011). Para Duarte e Souza (2013), há também necessidade de maior capacitação dos guias e intérpretes. Sasaki (2009, p. 11-14) descreveu as seis dimensões que norteiam os estudos sobre acessibilidade e inclusão:

Dimensão arquitetônica: Acesso fácil nos aeroportos, terminais rodoviários, espaços urbanos, hotéis e similares, museus, teatros, transportes coletivos, parques ecológicos, parques temáticos, locais de eventos, acampamentos, etc.

Dimensão comunicacional: Adequação das sinalizações de locais (em atenção aos cegos e pessoas com baixa visão) e contratação de intérpretes da língua de sinais junto aos trabalhadores em serviços e locais de lazer.

Dimensão metodológica: Substituição da forma tradicional (que não leva em consideração as necessidades especiais de certas pessoas) a fim de que os gestores de serviços de lazer estabeleçam novas propostas e acordos com os seus usuários que têm deficiência.

Dimensão instrumental: Adequação nos aparelhos, equipamentos, ferramentas e outros dispositivos que fazem parte dos locais de lazer. Tradicionalmente, os agentes do lazer ignoram as limitações físicas, sensoriais e mentais de algumas das pessoas com deficiência.

Dimensão programática: Eliminação das barreiras invisíveis existentes nos decretos, leis, regulamentos, normas, políticas públicas e outras peças escritas; barreiras estas que se apresentam implicitamente, mas que na prática impedem ou dificultam para certas pessoas a utilização dos serviços de lazer.

Dimensão atitudinal: Educação da sociedade como um todo e, especialmente, dos profissionais com poder de decisão, mas ainda preconceituosos a respeito de pessoas com deficiência, e que por isso deixam de abrir oportunidades de lazer para este segmento populacional.

Conforme exposto por Sasaki (2009), a acessibilidade é complexa e multidimensional. Tal forma de análise é passível de ser feita para as mais variadas situações e atividades, a exemplo do lazer que em suas múltiplas formas está em interface com o turismo.

Turismo acessível

Sendo um fenômeno de amplas proporções culturais, sociais e econômicas, o turismo pode ser entendido “como a soma de fenômenos e relações originados da interação de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs, no processo de atrair e receber turistas e outros visitantes” (Goeldner et al., 2002, p.23). O turismo pode contribuir para a integração da sociedade, contrabalanceando possíveis déficits e privações (Krippendorf, 2009).

Assim como as pessoas em geral anseiam ter experiências turísticas, as pessoas com deficiência têm idênticas necessidades e desejos (Mesquita & Carneiro, 2012). Universalizar o acesso a atrativos e serviços constitui um desafio acrescido a esse segmento, para além dos entraves econômicos. Eliminar as barreiras é fundamental para o turismo inclusivo (Pereira, 2011), de modo que qualquer deficiente deveria poder acessar os produtos e serviços como qualquer outro turista (Devile, 2006).

O turismo acessível tem ganhado crescente atenção, sendo alvo de ações do Ministério do Turismo (2010a, 2010b, 2016). Essa vertente foi impulsionada pelos megaeventos que o Brasil sediou: a Copa das Confederações, em 2013; a Copa do Mundo, em 2014; e as Olimpíadas, em 2016. Desde o ano 2000, houve produção de materiais para o bom atendimento ao turista com deficiência ou com mobilidade reduzida, que podem ser acessados no sítio eletrônico do Programa Turismo Acessível do Ministério do Turismo (2023).

Nesse sítio encontra-se o aplicativo “Guia Turismo Acessível – Um Brasil onde todos podem viajar”, aplicativo criado pelo Ministério do Turismo disponível para a população, com objetivo de fornecer informação sobre acessibilidade em estabelecimentos comerciais, pontos turísticos, meios de hospedagem, entre outros. Está disponível para dispositivos

móveis, como tablets e celulares, de maneira a possibilitar a avaliação dos estabelecimentos nas categorias de deficiência visual, auditiva, física ou motora, e mobilidade reduzida.

Em 2009, o Ministério do Turismo em parceria com a Associação de Valorização de Pessoas com Deficiência - AVAPE⁷ e a prefeitura de Socorro-SP, desenvolveram um projeto que resultou na criação de quatro cartilhas (Brasil, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d). Essa cidade paulista foi alvo de múltiplas iniciativas, voltadas aos turistas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, para tornar acessível a infraestrutura pública e adaptar as organizações hoteleiras. Apesar dos aspectos que ainda podem ser melhorados, Socorro-SP é considerado o destino referência do Brasil para atendimento desse público (Borda et al., 2013).

Estudo da acessibilidade em meios de hospedagem

A despeito de uma série de previsões pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), há pouco conhecimento sobre as necessidades de consumo desse público diferenciado, que precisa de adaptações para seu bem-estar e lazer. O decreto nº 9.296 de 2018 (Brasil, 2018) previa que, no mínimo, dez por cento dos dormitórios dos meios de hospedagem apresentassem, em até quatro anos, características construtivas e os recursos de acessibilidade específicas. O prazo para tais adaptações foi prorrogado para dezembro de 2024 (Brasil, 2022).

Diversos autores identificaram que um dos grandes gargalos para o devido atendimento ao público com deficiência é a falta de conhecimento e/ou baixa qualificação dos recursos humanos dos serviços relacionados ao turismo (Borda et al., 2013; Luiz & Teixeira, 2016; Sansiviero & Dias, 2005; Silva, 2013). Os funcionários dos meios de hospedagem, investigados por Duarte e Pereira (2017), não receberam treinamento para atender aos deficientes visuais. Segundo Devile (2006, p. 148), a reversão desse cenário deve ser feita “sensibilizando os vários intervenientes, não só os atores com responsabilidade neste domínio, mas também a sociedade em geral”.

Em pesquisa realizada na Cidade de Natal-RN foi constatada grande deficiência, tanto estrutural quanto humana, para atendimento às pessoas deficientes visuais (Santos, 2012). Esse estudo, que avaliou 16 hotéis de 4 a 5 estrelas, trouxe recomendações de transformação ou inserção de sinalização e equipamentos, além de também apontar a necessidade de treinamentos de funcionários.

⁷ Fundada em 1982, a Avape é uma organização filantrópica de assistência social que atua no atendimento e na defesa de direitos das pessoas com deficiência (AVAPE, 2012).

Em determinados estados e municípios existe legislação própria que determina quantitativos de unidades habitacionais para cada hóspede, a exemplo de Brasília-DF que determina 4%, e da disponibilização de cardápios em braile, no caso de restaurantes e bares do Rio de Janeiro (Duarte & Pereira, 2017). Em pesquisa conduzida em Brasília-DF, constatou-se que a maioria dos proprietários e gestores dos meios de hospedagem apenas adaptou o estabelecimento a fim de cumprir a legislação (Duarte & Borda, 2013). Quase um terço dos hotéis adaptados sequer menciona em suas informações eletrônicas que dispõem desse serviço. Ainda que os hotéis de Brasília-DF atendam aos requisitos para cadeirantes, a maior parte não é acessível aos deficientes visuais (Duarte & Pereira, 2017). O descumprimento das normas tem sido atribuído, por vários autores, à ausência de fiscalização (Duarte & Sousa, 2013; Duarte & Pereira, 2017).

O Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem - SBClass, tem como objetivo nortear o hóspede quanto à escolha de um meio de hospedagem em seu destino. Os meios de hospedagem são classificados de 1 (uma) a 5 (cinco) estrelas nas categorias de: Hotel, Resort, Hotel Fazenda e Cama e Café (Ministério do Turismo, 2010c). Entretanto, não há nesse sistema qualquer menção sobre as diferentes formas de acessibilidade aos serviços prestados.

Resultados e discussão

Situada a 290 quilômetros de Belo Horizonte - MG, Diamantina é particularmente visada por turistas devido ao seu conjunto arquitetônico colonial mineiro, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2013). Desde 1999, tendo sido reconhecida como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO, observou-se na cidade a intensificação das atividades turísticas (Costa, 2009).

Diamantina se destaca pela imagem musical que transmite, refletida em seu plano de marketing (Strategy Consultores, 2011). As vespertatas, um dos principais atrativos da cidade, têm suas origens no final do século XIX (Fernandes & Conceição, 2007); na atualidade foram transformadas em “um produto turístico, isto é, uma mercadoria produzida para o consumo por meio de referências sógnicas” (Alves & Nascimento, 2014, p. 138). A cidade mineira assim atrai públicos diferenciados, mas destaca-se a marcante presença de pessoas idosas, uma vez que 25% dos seus visitantes estão acima de 45 anos (Araújo, Varajão & Dias, 2020), sendo que, em períodos de Vespertata, 33% dos visitantes podem ter 52 anos ou mais (Silveira & Medaglia, 2013).

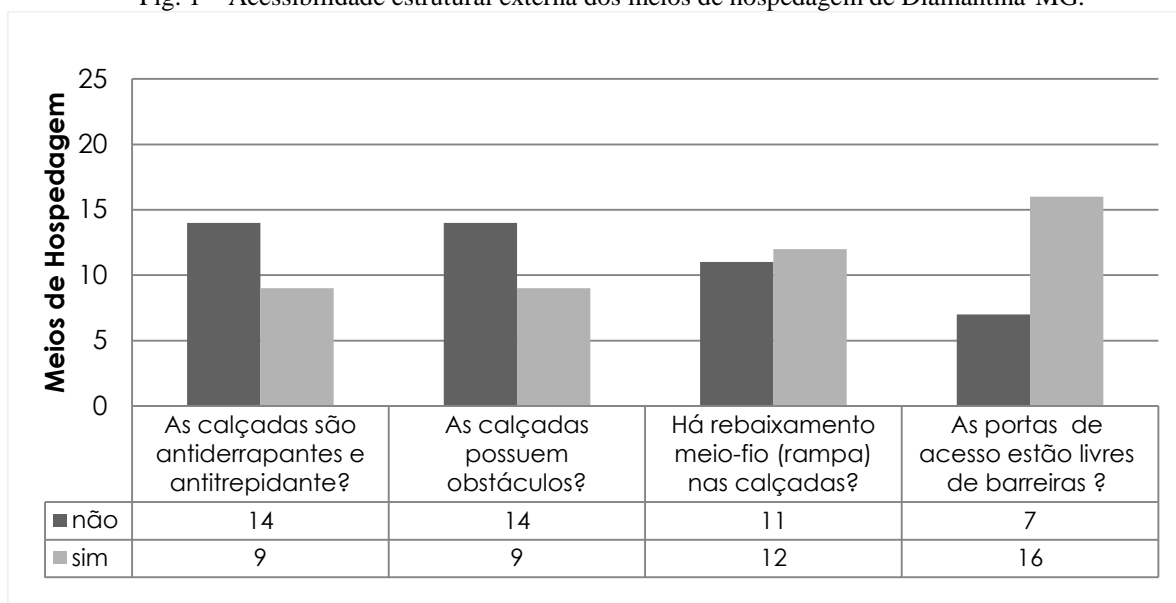
Considerada, pelo Ministério do Turismo, como capaz de induzir o desenvolvimento regional, Diamantina foi selecionada como um dos 65 destinos indutores do Brasil. Desse modo, recebeu investimentos técnicos e financeiros do Ministério, além dos investimentos oriundos do PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo (Martins, 2010). Diamantina também foi alvo de diferentes ações de financiamento para a recuperação de imóveis e praças, a exemplo do Programa Monumenta, do IPHAN (Diogo, 2009).

A despeito dos recentes investimentos de requalificação urbana, o centro colonial diamantinense segue em sua maior parte inadaptado às pessoas com deficiência e detentores de dificuldade de locomoção. São desafios inerentes aos conjuntos históricos preservados que, mesmo tendo sido reformados, ainda permanecem inadequados, a exemplo de São Luiz do Maranhão-MA (Santos & Duarte, 2017; Santos et al., 2016). A pesquisa de Magagnin e Menezes (2016), sobre acessibilidade espacial no centro histórico de Santos-SP, também sugere entraves e desafios comuns à Diamantina. Cidades turísticas litorâneas também não garantem autonomia e independência para todas as pessoas, pois não promovem rotas acessíveis (Oliveira et al., 2016).

Em todos os empreendimentos pesquisados constatou-se ausência de vagas reservadas e sinalizadas para veículos de pessoas com deficiência, perto do acesso principal. Portanto, contrariam a Resolução nº 236/2007 do Conselho Nacional de Trânsito, que também define percentuais das diferentes vagas pelas resoluções nº 303 e 304/2008 (CONTRAN, 2007, 2008a, 2008b).

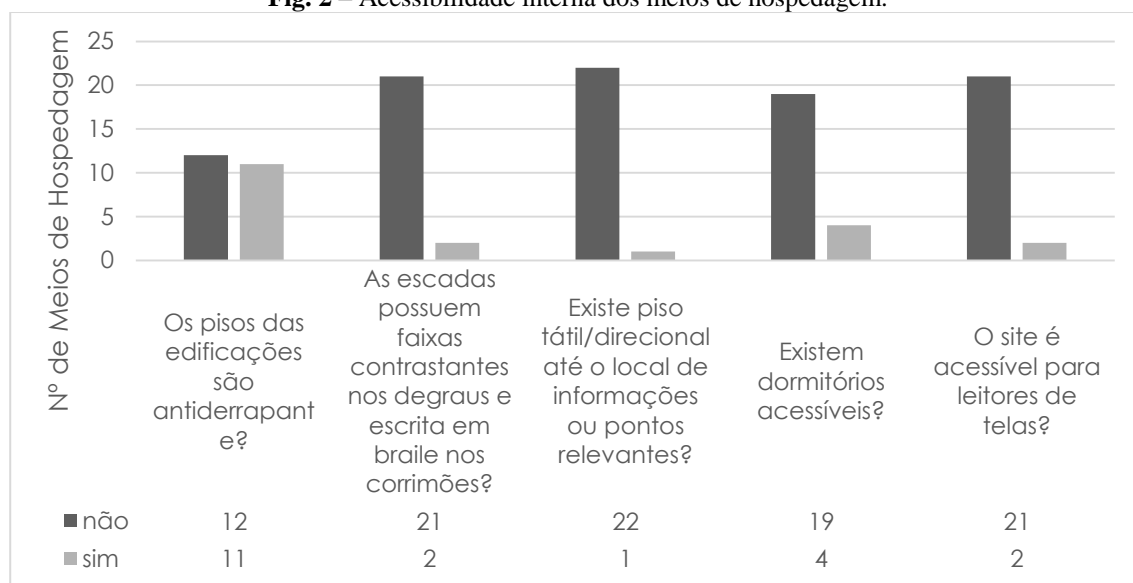
Quanto aos acessos dos meios de hospedagens, nove empreendimentos apresentaram pisos antiderrapantes e antitrepidante e desobstruídos de obstáculos, enquanto 14 não possuem tal adaptação. É importante ressaltar que as adaptações das áreas externas aos meios de hospedagem situadas no conjunto arquitetônico tombado de Diamantina estão sujeitas à avaliação do IPHAN, nem sempre sendo possível atender plenamente às resoluções normativas. O rebaixamento das calçadas (meio fio) está adequado para quase metade (12) dos meios de hospedagem pesquisados. Em relação às portas de acesso estarem livres e desimpedidas de obstáculos, apenas sete empreendimentos não atenderam a ABNT/NBR 9050 (2015) (Fig. 1).

Fig. 1 – Acessibilidade estrutural externa dos meios de hospedagem de Diamantina-MG.



Sobre a segurança da circulação dos clientes em áreas internas dos meios de hospedagem, constatou-se a presença de piso antiderrapante em 11 estabelecimentos. Todavia, apenas dois apresentaram faixa contrastante, nos degraus das escadas, e somente um estabelecimento acusou ter piso tátil de alerta e piso tátil direcional. Não foi identificado, em nenhum meio de hospedagem, a sinalização sonora e braile nos corrimões, a despeito de serem apresentados pela ABNT/NBR 9050 (2015) (Fig. 2).

Fig. 2 – Acessibilidade interna dos meios de hospedagem.

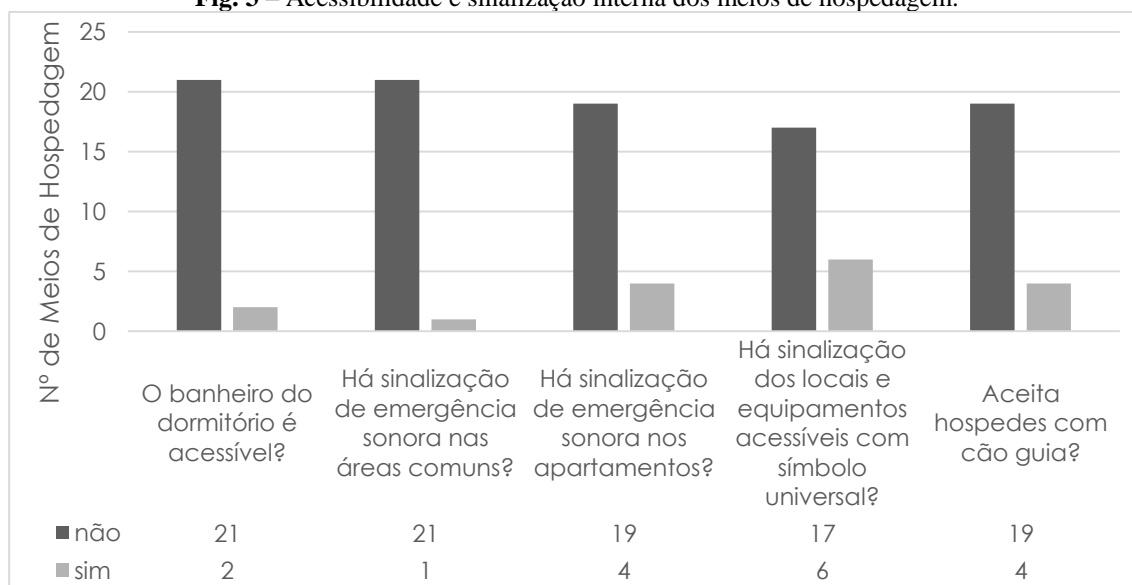


Ao observar quais meios de hospedagem possuem dormitórios acessíveis, apenas quatro, dentre os 23 pesquisados, afirmaram possuir. De acordo com a ABNT/NBR 9050

(2015), ao adaptar o interior de uma unidade habitacional (UH), deve-se iniciar pela entrada, pela parte externa da porta, fixando o número do quarto em números grandes, braile ou em alto relevo, em uma altura em que o cliente possa ter acesso. A lâmpada no interior da UH deve acender ao ser acionada a campainha ou alarme sonoro de alerta de emergência. As maçanetas, tanto da porta de entrada como as do banheiro e varandas, também devem ser em barra e não em forma circular.

A figura 3 apresenta questões relacionadas à acessibilidade interna dos meios de hospedagem. Os banheiros de seis estabelecimentos são acessíveis, mas faltam diversos elementos para que sejam considerados adaptados, além de barras e assento sanitário específicos. Em nenhum estabelecimento foi encontrada campainha de emergência em nível um pouco acima do rodapé da parede. Outras tecnologias assistivas, como telefone com visor, teclado e/ou visualização luminosa (Brasil, 2009f) são inexistentes. Placas em braile nos registros de água quente e frias nos chuveiros tampouco foram identificadas. Somente dois empreendimentos acusaram possuir sinalização dos locais e equipamentos acessíveis com símbolos nacionais, e apenas um apresentou sinalização sonora nos apartamentos.

Fig. 3 – Acessibilidade e sinalização interna dos meios de hospedagem.



A despeito do preconizado pela legislação, somente quatro estabelecimentos atestaram conceder o acesso do cão guia dos hóspedes às dependências. Constatou-se desinformação por parte dos gestores em relação a esse assunto, uma vez que o cão guia não pode ser confundido com outros animais de estimação, que muitas vezes não são tolerados nos estabelecimentos. A pessoa com deficiência visual tem o direito de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão guia (Brasil, 2006).

Em relação ao acesso à informação, somente dois meios de hospedagem eram acessíveis para leitores de telas no momento em que a pesquisa foi efetuada. Ou seja, ao acessarem o site do meio de hospedagem para ter mais informações ou realizar reservas, os deficientes visuais tinham a opção de ouvir a descrição das informações. A adequada comunicação é fundamental para a integração dos clientes, cegos ou com grande deficiência visual, e para a promoção da sensação de pertencimento local.

Não houve utilização da linguagem em braile em nenhum dos 23 meios de hospedagem pesquisados. O braile poderia ser utilizado nas sinalizações dos espaços de trânsito e convívio dos estabelecimentos, além das unidades habitacionais. Os cardápios dos restaurantes e/ou serviço de bar não estão nessa linguagem, tampouco estão com letras grandes e cores contrastantes em alto relevo. As convenções em braile estão previstas pela legislação (Brasil, 1962) e as formas adequadas de comunicação constam nas resoluções da ABNT (2008, 2015).

Conforme outras pesquisas apontaram (Borda et al., 2013; Luiz & Teixeira, 2016; Sansiviero & Dias, 2005; Silva, 2013) é um entrave para o desenvolvimento do turismo a baixa, ou inexistente qualificação dos recursos humanos para atender às pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. De acordo com as informações fornecidas pelos gestores entrevistados, nenhum empreendimento possui atendentes qualificados ou treinados para o atendimento, além de não possuírem um profissional tradutor intérprete de Libras/Língua Portuguesa. Ou seja, além desses estabelecimentos da cidade mineira em estudo estarem dissonantes da legislação vigente, deixam de também aproveitar um importante nicho de mercado, ao não oferecer serviços acessíveis.

Considerações finais

Esta pesquisa, de cunho exploratório e descritivo, pode ter significativa importância para o turismo em Diamantina e região, pois verificou-se *in loco* as condições de acesso e permanência nos meios de hospedagem aos deficientes visuais, auditivos e surdos. Oferecer produtos e serviços acessíveis não são apenas estratégias importantes para aumentar o número de consumidores e satisfazer nichos de mercado; o acesso ao turismo é uma forma de democratização da cultura e do direito ao lazer, prerrogativas da Constituição Federal. Há ainda a PEC 33/2021 (Brasil, 2023), em tramitação, que visa incluir a acessibilidade e a mobilidade como um direito fundamental.

Como se comunicar com as mãos e se expressar se nenhum profissional entende Libras? Como garantir autonomia aos deficientes visuais e cegos se não há avisos e informações em braile? Como garantir segurança aos clientes se não há dispositivos sonoros e luminosos nos estabelecimentos? São algumas questões que uma parcela da população terá que enfrentar ao se hospedar nos meios de hospedagem de Diamantina analisados por este trabalho. A acessibilidade estrutural é facultada em alguns empreendimentos e equipamentos, mas, na maioria, não há condições de transitar com segurança e autonomia em seu interior e/ou usufruir dos serviços ofertados.

Trata-se de um desafio adicional aos conjuntos arquitetônicos coloniais tombados, que têm a tarefa de aliar preservação com acessibilidade e inclusão. Sugerimos que, para propor alternativas aplicáveis à realidade brasileira, sejam estudados experiências e casos internacionais, a exemplo dos países europeus e da Austrália, que ainda possuem necessidades de mudança e adequação, mas já servem como referência de êxito em diferentes aspectos.

Diversos obstáculos estruturais e de comunicação nas dependências dos meios de hospedagem que desfavorecem turistas cegos e deficientes visuais e auditivos foram assinalados por esta pesquisa. Para além de apontar ausência de mecanismos de fiscalização e descumprimentos de parâmetros legais, consideramos essencial a sensibilização dos gestores e a qualificação dos atendentes dos estabelecimentos estudados.

Espera-se que esta pesquisa possa embasar futuras ações, como projetos de extensão universitária, e, principalmente, políticas públicas de capacitação e sensibilização para Diamantina, em particular, e para o Brasil, em geral.

Assim como outros estudos identificaram, existe a tendência dos serviços se adequarem somente quando existe legislação específica acompanhada de fiscalização. Enaltecemos o devido atendimento desse segmento de mercado como sendo um diferencial competitivo e que, na maioria das situações, é menosprezado. As tendências inovadoras deste século, com destinos turísticos e cidades inteligentes (Li et al., 2017), propiciam o surgimento dinâmico de diferentes produtos e serviços em plataformas virtuais e de co-criação, como TripAdvisor, Airbnb, CouchSurfing, etc.

O censo demográfico do IBGE (2012), indica que quase um quarto da população brasileira possui algum tipo de deficiência e o contínuo aumento da expectativa de vida confirma a tendência de demanda por serviços especiais.

Sugere-se que temas e dados específicos da população com deficiência sejam tratados nas pesquisas em turismo, a exemplo das pesquisas de demanda turística, que na maioria das vezes não detalham o perfil dessa população.

Este trabalho abordou a acessibilidade em meios de hospedagem, mas esse assunto deveria ser estendido, em futuras pesquisas, a todos os serviços que compõem os produtos turísticos, como os meios de transporte, agências, atrativos, etc.

Referências

- Alves, M. C., & Nascimento, A. F. (2014). Controvérsias analíticas sobre a turistificação da musicalidade diamantinense: o caso das vespertas. *Cenário*, 2(2),123-139. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/15201>
- Araujo, H. R., Varajão, G. F. D. C., & Dias, E. J. (2020). Perfil de visitantes de Diamantina, Minas Gerais, Brasil. *Revista Mundo, Mercadotecnia y Desarrollo Sostenible*, 2, 130-152.
- Associação Brasileira de Norma Técnica (2008). *NBR 15599: Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços*. Rio de Janeiro: Moderna. Recuperado de https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/pessoa_com_deficiencia/NBR15599.pdf
- Associação Brasileira de Norma Técnica (2015). *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos* (3a ed.) Rio de Janeiro: Moderna. Recuperado de https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf
- Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (2012). *Portal*. Recuperado de <https://avaped.com.br/portal/>
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Borda, G. Z., Duarte, D. C., & Serpa, A. B. B. (2013). Turismo para todos: Acessibilidade e inclusão social no Brasil – o caso do destino turístico da cidade de Socorro (São Paulo). *Cenário*,1(1), 30-44. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/15207>
- Brasil (1962). *Lei nº 4.169, de 04 de dezembro de 1962*. Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4169-4-dezembro-1962-353980-norma-pl.html>
- Brasil (1985). *Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985*. Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7405.htm
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil (1991). *Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991*. Poder Legislativo. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8160.htm
- Brasil (2000). *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm
- Brasil (2002). *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm
- Brasil (2004). *Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm
- Brasil (2005a). *Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005*. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm
- Brasil (2005b). *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta A Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>
- Brasil (2006). *Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006*. Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em

- ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5904.htm
- Brasil (2009a). Ministério do Turismo. *Turismo Acessível: Introdução a uma Viagem de Inclusão*. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo. Recuperado de <https://accessibilidade.net.br/downloads/cartilhas/Cartilha-1-Verde.pdf>
- Brasil (2009b). Ministério do Turismo. *Mapeamento e Planejamento – Acessibilidade ao Destino Turístico*. Volume II. Brasília: Ministério do Turismo. Recuperado de <https://accessibilidade.net.br/downloads/cartilhas/Cartilha-2-Azul.pdf>
- Brasil (2009c). Ministério do Turismo. *Turismo Acessível: Bem Atender no Turismo Acessível*. Volume III. Brasília: Ministério do Turismo. Recuperado de <https://accessibilidade.net.br/downloads/cartilhas/Cartilha-3-Vermelha.pdf>
- Brasil (2009d). Ministério do Turismo. *Bem Atender no Turismo Adaptado de Aventura*. Volume IV. Brasília: Ministério do Turismo. Recuperado de <https://accessibilidade.net.br/downloads/cartilhas/Cartilha-4-Laranja.pdf>
- Brasil (2009e). *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Recuperado de <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/818741/decreto-6949-09>
- Brasil (2009f). Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. *Tecnologia Assistiva*. Brasília: CORDE. Recuperado de https://www.galvaofilho.net/livro-tecnologia-assistiva_CAT.pdf
- Brasil (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Brasil (2018). *Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018*. Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9296-1-marco-2018-786225-publicacaooriginal-154945-pe.html>
- Brasil (2022). *Decreto nº 11.303, de 22 de dezembro de 2022*. Altera o Decreto nº 9.296, de 1º de março de 2018, que regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.303-de-22-de-dezembro-de-2022-453260382>
- Câmara dos Deputados (2023). *Portal da Câmara dos Deputados: PEC 33/2021 (Fase 1 - CD)*. Proposta de Emenda à Constituição. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2301270>
- Conselho Nacional de Saúde (2012). *Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012*. Publicada em 13 de junho de 2013, no Diário Oficial da União, revoga a Resolução nº 196/96, de 10 de outubro de 1996. A referida Resolução aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga também as Resoluções nº 303/2000 e nº 404/2008. Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Conselho Nacional de Trânsito (2007). *Resolução nº 236: Aprova o Volume IV - Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito*. (2007). Recuperado de https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-236-2007_106052.html
- Conselho Nacional de Trânsito (2008a). *Resolução nº 303 de 21 de maio de 2007*. Dispõe sobre as vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas idosas. Recuperado de https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-303-2008_108323.html
- Conselho Nacional de Trânsito (2008b). *Resolução nº 304 de 18 de dezembro de 2008*. Dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção. (2008). Recuperado de https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-contran/resolucoes/resolucao_contran_304.pdf
- Costa, E. B. (2009). *A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina (MG)*. [Dissertação de Mestrado / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo]. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05022009-150209/pt-br.php>
- Devile, E. L. (2006). A Acessibilidade da Oferta Turística para Pessoas Portadoras de Deficiências: O caso do Município de Lousã como exemplo de boas práticas. *Turismo & Desenvolvimento*, 139-148. Recuperado de <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/13815>
- Devile, E. L. (2009). O desenvolvimento do turismo acessível: dos argumentos sociais aos argumentos de mercado. *Turismo & Desenvolvimento*, 11, 39-46. Recuperado de <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/13485>

- Diogo, E. (2009). *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Programa Monumenta. Brasília: Iphan. Recuperado de http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColReg_RecuperacaoImoveisPrivadosCentrosHistoricos_m.pdf
- Duarte, D. C., & Borda, G. Z. (2013). Acessibilidade e sustentabilidade: a experiência da hotelaria de Brasília. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 7(3), 365-383. Recuperado de <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/635>
- Duarte, D. C., & Pereira, J. C. R. (2017). Acessibilidade para pessoas com deficiência visual: um levantamento preliminar nos setores hoteleiros sul e norte de Brasília. *Cenário*, 5(9), 63-82. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/19434>
- Duarte, E. E., & Sousa, M. (2013). Deficiência e equiparidade: um panorama da acessibilidade aos deficientes visuais no Corredor Cultural de Mossoró (RN). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 6(3), 612-629. Recuperado de <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6266>
- Fernandes, A. C., & Conceição, W. (2007). *La Mezza Notte: o lugar social do músico diamantinense e as origens da Vesperata*. Diamantina: UFVJM.
- Goeldner, C. R., Ritchie, J. R. B., & McIntosh, R.W. (2002). *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. (8ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência*. Censo demográfico 2010. Recuperado de http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2013). *Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Kamio, L., & Sassi, O. C. (2010). Inclusão social no turismo. *Revista Multidisciplinar da Uniesp*, 9, 127-31. Recuperado de <https://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20180403122037.pdf>
- Krippendorf, J. (2009). A maquinaria das férias ou o ciclo da reconstrução: O complexo Universo das motivações da viagem. In: Krippendorf, J. *Sociologia do Turismo: Para Uma Nova Compreensão do lazer e das Viagens*. (3ª ed.). São Paulo: Aleph.
- Lélis, E. C., Barros, I. T., & Costa, R. Y. A. (2018). Estudo da acessibilidade no Museu da Língua Portuguesa. *Marketing & Tourism Review*, 3(2), 1-29. Recuperado de <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/mtr/article/view/4404>
- Li, Y., Hu, C., Huang, C., & Duan, L. (2017). The concept of smart tourism in the context of tourism information services. *Tourism Management*, 58, 293-300. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/J.TOURMAN.2016.03.014>
- Lopes, N. J. B. (2014). Direito, Constituição e Estado de Bem-Estar Social: algumas aproximações. *Revista Jus Navigandi*, 19(3865). Recuperado de <https://jus.com.br/artigos/26563/direito-constituicao-e-estado-de-bem-estar-social-algumas-aproximacoes>
- Luiz, F. I., & Teixeira, J. C. (2016). A Acessibilidade de Idosos e as Unidades de Conservação: reflexões rumo à democratização dos espaços públicos de lazer. *Revista Turismo - Visão e Ação*, 18(1), 164-92. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261056059008>
- Magagnin, R. C., & Menezes, P. A. (2016). Acessibilidade Espacial no Centro Histórico de Santos (Brasil): As dificuldades enfrentadas pelos idosos. In: Euro-American Congress Rehabend, 2016, Espanha. *Anais*. Burgos; p.1 – 10. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8914365>
- Martins, B. N. (2010). *Análise da Concepção e Implementação do PRODETUR NE II em Municípios Mineiros: Dilemas das Relações Governamentais*. [Monografia de Graduação em Administração Pública / Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro]. Recuperado de <http://monografias.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/1723/1/An%C3%A1lise%20da%20concep%C3%A7%C3%A3o%20e%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20do%20PRODETUR%20NE%20II%20em%20munic%C3%ADpios%20mineiros.pdf>
- Medaglia, J. (2017). *Os desafios do uso qualificado da informação em Turismo: o caso da pesquisa de demanda turística real de Diamantina/MG*. [Tese de Doutorado em Ciência da Informação / Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais]. Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ARLGA9>
- Melo, F. V. S., & Silveira, D. S. (2013). Os Cegos Conseguem ‘Enxergar’ Destinos Turísticos na Internet: Uma Análise da Acessibilidade dos Websites Oficiais dos Estados Brasileiros. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 7(2), 281-95. Recuperado de <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/586>
- Mesquita, S. M. V., & Carneiro, M.J. (2012). A acessibilidade à interpretação para deficientes visuais em museus de Lisboa. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(17), 1441-52. Recuperado de <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/13199>
- Ministério do Turismo (2010a) *Guia - Turismo Acessível: Um Brasil onde todos podem viajar*. Recuperado de <https://turismoacessivel.gov.br/ta/sobre.mtur?windowId=58e>

- Ministério do Turismo (2010b). *Dicas para atender bem: Turistas com Deficiência*. Brasília: Governo Federal.
- Ministério do Turismo (2010c). *Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass)*. Cartilha do processo de classificação. Recuperado de <https://docente.ifrn.edu.br/anelasque/cartilha-sbclass#:~:text=O%20SBClass%20%C3%A9%20um%20instrumento,meios%20de%20hospedagem%20deseja%20utilizar>
- Ministério do Turismo (2013). *Estudo do Perfil de Turista - Pessoas com Deficiência: Documento Técnico*. Recuperado de <http://www.turismo.gov.br/assuntos/5054-turismo-acessivel.html>
- Ministério do Turismo (2016). *Guia Turismo Acessível: Um Brasil onde todos podem viajar*. Recuperado de <https://turismoacessivel.gov.br/ta/index.mtur?windowId=f03>
- Ministério do Turismo (2023). *Programa Turismo Acessível*. Sítio Eletrônico. Recuperado de <https://turismoacessivel.gov.br>
- Moriwaki, E. M., & Neiman, Z. (2011). Acessibilidade para Pessoas com Deficiência Visual em Unidades de Conservação: Estudo de caso do Parque Estadual do Jaraguá (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 4(4), 523-523. Recuperado de <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5958/3820>
- Oliveira, J. P., Franzen, L. I., & Varella, B. G. (2016). Acessibilidade como critério de qualidade do espaço turístico: estudo de caso da área central de Balneário Camboriú-SC. *Revista Turismo: Visão e Ação*, 3(18), 660-69. Recuperado de <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/9197>
- Pereira, M. (2011). Turismo e Inclusão Social: uma avaliação acerca da acessibilidade aos portadores de necessidades físicas e visuais nos equipamentos turísticos de Belém, PA. *Caderno Virtual de Turismo*, 11(2), 253-66. Recuperado de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/660>
- Rudio, F. V. (2007). *Introdução Ao Projeto de Pesquisa Científica*. (4a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Sansiviero, S., & Dias, C. M. M. (2005). Hotelaria e Acessibilidade. *Turismo-visão e Ação*, 7(3), 439-53. Recuperado de <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/508>
- Santos, K., & Duarte, D. C. (2017). A Acessibilidade em Cidades Históricas: Um estudo no centro histórico de São Luís - MA. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 27(0), 352-62. Recuperado de <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/8435>
- Santos, L. (2012). *Acessibilidade a Hospede com Deficiência Visual em Hotéis: soluções de inclusão de pessoas cegas e baixa visão*. [Dissertação de Mestrado / Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/15035>
- Santos, S. R., Souza Neto, V. R., Pereira, L. R. S., Gândara, J. M. G., Xavier da Silva, S. R. (2016). Destino Turístico Inteligente: Acessibilidade no Centro Histórico de São Luís – Maranhão, um estudo sobre a Reputação Online no TripAdvisor. *Marketing & Tourism Review*, 1(2), 3-27. Recuperado de <https://doi.org/10.29149/mtr.v1i2.3843>
- Sassaki, R. K. (2009). Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação*, ano XII, 10-16. Recuperado de https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319
- Senado Federal (2023). *Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2014*. (PEC da Acessibilidade). Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos. Recuperado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/118042/pdf>
- Silva, M. (2013). Acessibilidade em Turismo: a acessibilidade dos surdos aos serviços turísticos de Goiânia - GO. *Turismo em Análise*, 24(2), 354-73. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i2p354-373>
- Silveira, C. E., & Medaglia, J. (2013). *Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas*. Diamantina: UFVJM. Recuperado de http://www.ufvjm.edu.br/cursos/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=75&Itemid=912
- Strategy Consultores. (2011). *Plano de Marketing Viva Diamantina*. Belo Horizonte: Strategy Consultores.

Esse artigo é resultado de projeto de pesquisa registrado na UFVJM, sem financiamento, entre os anos de 2018 e 2019.



Análise dos atrativos turísticos dos distritos do entorno do Parque Nacional das Sempre-Vivas

Lavinya Gonçalves Lara¹
Raquel Faria Scalco²
Virginia Martins Fonseca³

Submissão em: 11 set. 2023

Aceite em: 28 set. 2023

Resumo: O Parque Nacional das Sempre-Vivas (PNSV) foi criado no ano de 2002, localizado na Serra do Espinhaço, abrangendo parcialmente os seguintes municípios: Diamantina, Bocaiuva, Buenópolis e Olhos D'água, na região da Trilha Transespinhaço. A estruturação do trecho dessa trilha que passa dentro do PNSV, ligando Inhaí à Curimataí é considerada uma das necessidades prioritárias no Conselho Consultivo do Parque (CONVIVAS), e embasou a definição do principal objetivo desta pesquisa em parceria com o Curso de Turismo da UFVJM, para identificar e analisar a oferta de atrativos turísticos dos distritos de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada, do entorno do PNSV. Se trata de uma pesquisa descritiva, com coleta de dados por meio da pesquisa bibliográfica, documental e trabalhos de campo. Foram inventariados um total de 112 atrativos, divididos em atrativos naturais, atrativos culturais e eventos programados, evidenciando o significativo potencial turístico dos distritos e, neste sentido, compreende-se que os objetivos do projeto foram contemplados, na medida em que os dados compilados podem auxiliar os órgãos gestores e as comunidades envolvidas, para definição de estratégias de desenvolvimento local.

Palavras-chave: inventário turístico; turismo de base local; Inhaí, Curimataí; São João da Chapada.

Analysis of tourist attractions in the districts surrounding the Sempre-Vivas National Park

Abstract: The Sempre-Vivas National Park (PNSV) was created in 2002, located in the *Serra do Espinhaço*, partially covering the following municipalities: Diamantina, Bocaiúva, Buenópolis e Olhos D'água, in the region of Transespinhaço Trail. The structuring of this section of this trail that passes within the PNSV connecting Inhaí to Curimataí is considered one of the priority needs in the Consultative Council of the Park (CONVIVAS), and was the basis for defining the main objective of this research in partnership with the Tourism Program of the UFVJM, to identify and analyse the offer of tourist attractions in Inhaí, Curimataí and São João da Chapada districts, around the PNSV. As a descriptive research, it includes data collection via bibliographical and documentary research, and field work. A total of 112 attractions were inventoried, divided into natural and cultural attractions, and scheduled events, showing significant tourist potential of the districts. In such a way, the project objectives were encompassed, insofar as the compiled data may assist management bodies and the communities involved in defining local development strategies.

Key words: tourist inventory; locally-based tourism; Inhaí, Curimataí; São João da Chapada.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: lavinayalara@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9786-2446> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4540299368257749>

² Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: raquel.scalco@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2042-783X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1858387591943845>

³ Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: virginia.martins@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1629-8812> Lattes: lattes.cnpq.br/0844500125867329

Introdução

O Parque Nacional das Sempre-Vivas (PNSV) é uma unidade de conservação (UC) federal de proteção integral, criada em 2002, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) abrangendo parcialmente os municípios de Bocaiúva, Buenópolis, Diamantina e Olhos D'Água, nas mesorregiões Jequitinhonha, Central Mineira e Norte de Minas, no estado de Minas Gerais. De acordo com seu Plano de Manejo, esta UC foi criada com o “objetivo de assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e turismo ecológico em sua área” (ICMBio, 2016a, p. 25).

O turismo na região do Parque ocorre de forma constante e espontânea (ICMBio, 2016a), porém sem a interlocução com o Parque, tendo como principais atividades as visitas às cachoeiras, caminhadas e cavalgadas. A UC apresenta diversos pontos de interesse para o turismo, como lapas, pinturas rupestres, formações rochosas, rios, picos, calçamentos antigos e suas belas paisagens. Segundo o ICMBio (2016a), existe a necessidade de ordenamento do uso público do PNSV visando estabelecer o turismo de base comunitária na região da UC, como possibilidade de renda alternativa para as comunidades presentes no entorno do Parque.

Posto isso, foi criado um grupo de trabalho do Conselho Consultivo do Parque⁴ que, discutindo a implantação do uso público na UC teve como uma das ações a ser priorizada a travessia entre os distritos de Inhaí e Curimataí, com acesso à trilha também pelo distrito de São João da Chapada, cortando o Parque de leste à oeste na sua porção sul, com um percurso de aproximadamente 55km. Muitas ações já foram realizadas com este objetivo, dentre elas o projeto de pesquisa desenvolvido pelo Curso de Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sobre o levantamento dos serviços turísticos e infraestrutura dos distritos que dão apoio à trilha (Inhaí, Curimataí e São João da Chapada), concluído em 2018 (UFMG, 2018a). Assim, ficou pendente a realização do levantamento dos atrativos turísticos para complementar o Inventário da Oferta Turística, sendo que o objetivo do projeto de pesquisa que deu origem a este artigo foi identificar e analisar a oferta de atrativos turísticos destes distritos, do entorno do PNSV.

Neste sentido, sublinha-se a importância da iniciação científica para graduandas e graduandos do ensino superior, principalmente quando há possibilidade de subsídio financeiro

⁴ O Conselho do PNSV foi criado em 2010 e o referido grupo de trabalho, em 2017.

para proporcionar ao estudante a devida dedicação à pesquisa. Este projeto foi realizado com apoio financeiro de uma bolsa Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), para a discente atuar, entre os anos de 2021 e 2022, o que contribuiu significativamente em sua trajetória acadêmica, sua perspectiva profissional e seu desenvolvimento pessoal. Segundo a discente, para uma turismóloga em formação, nada se compara a adquirir novas perspectivas e olhares a partir do contato com pessoas de diferentes lugares; afinal, é sobre se reconhecer, se ressignificar e se entender enquanto ser neste vasto mundo. Essa experiência fez com que a mesma desfizesse medos e inseguranças diversos em prol de adquirir conhecimentos e aprendizados que a auxiliaram a compreender a necessidade de um turismo que seja ético, responsável, e, sobretudo, transformador.

Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa descritiva, cujo método escolhido para a coleta de dados foi a utilização de formulários adaptados da metodologia do Ministério do Turismo para a realização do Inventário da Oferta Turística, fazendo a descrição e análise apenas dos atrativos turísticos (Fichas da Categoria C) dos distritos de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada. Ressalta-se que o levantamento da Infraestrutura (Fichas da Categoria A) e dos Equipamentos e Serviços Turísticos (Fichas da Categoria B) já havia sido realizado pelo curso de Turismo da UFVJM e concluído em 2018.

Como procedimentos metodológicos, primeiramente, foi feita uma pesquisa bibliográfica para fundamentar teoricamente a pesquisa, estudando temas como: turismo, impactos do turismo, planejamento turístico, oferta turística, Inventário da Oferta Turística, atrativos turísticos, Unidades de Conservação e Uso Público em UCs.

Na sequência, foi realizada a pesquisa documental para obter dados de Inventários da Oferta Turística já realizados, buscando informações sobre os atrativos turísticos existentes nestes locais, e junto ao Parque Nacional das Sempre-Vivas, também.

Com o intuito de envolver as comunidades dos distritos no processo, assim como validar os dados coletados na pesquisa documental e identificar outros atrativos turísticos existentes nas localidades, foram realizados trabalhos de campo nos distritos de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada. Neste momento, foram realizadas reuniões com as comunidades que tinham como objetivo discutir o projeto e fazer o levantamento inicial dos atrativos de cada distrito a partir da visão dos moradores locais, considerando a compreensão dos mesmos acerca do que era um atrativo turístico nos locais que consideravam pertencentes

aos seus distritos. Além disso, nestes momentos todos os atrativos turísticos foram visitados, foram preenchidas as fichas de inventário dos mesmos, além de registro fotográfico e uso do GPS para coleta das coordenadas geográficas. Essa etapa teve início em outubro de 2019 e teve que ser paralisada em março de 2020, em função da pandemia do COVID-19, retornando, então, em abril de 2022.

Destacamos que, houve menção de vários atrativos localizados nas comunidades tradicionais (Macacos, Quartel de Indaiá, Vargem do Inhaí e Pé-de-Serra) do entorno do PNSV. No entanto, diante do prazo exíguo para os trabalhos de campo e frente aos desafios impostos pela pandemia do COVID-19, não foi possível contemplar os mesmos neste projeto. Justifica-se que, em se tratando de comunidades tradicionais, é essencial seguir os protocolos previstos pela Convenção OIT nº169/1989, que tem vigência no Brasil desde 2003, e mesmo que tenha sido realizado um contato prévio com algumas lideranças destas localidades, e que tenha sido manifestado o interesse das mesmas nesta pesquisa, não houve compatibilidade de agenda entre todas as partes envolvidas para viabilizar, seguindo os protocolos necessários à presente iniciativa.

Sublinha-se que após cada trabalho de campo, as informações levantadas eram tratadas, digitadas e agrupadas em um documento único para cada distrito, constituindo assim o Inventário dos Atrativos Turísticos das localidades. Foram, ainda, produzidos mapas temáticos das localidades com seus atrativos, através do um Sistema de Informação Geográfica utilizando o software ArcGIS e as bases de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do Instituto Prístino. Ao final do processo, os inventários e o relatório final do projeto, impressos e em formato digital, foram entregues às comunidades e podem ajudar na gestão e desenvolvimento do turismo nestes locais.

Durante toda a execução da pesquisa, houve o envolvimento de discentes e docentes do Curso de Turismo, Curso de Geografia e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), assim como o envolvimento de analistas ambientais do ICMBio e de membros voluntários das comunidades localizadas no entorno do Parque Nacional das Sempre-Vivas.

Resultados e discussão

De acordo com Ruschman, “A oferta turística de uma localidade é constituída da soma de todos os produtos e serviços adquiridos ou consumidos pelo turista durante a sua estada em uma destinação” (2006, p. 138). Já o Ministério do Turismo classifica a oferta

turística em três grandes categorias: infraestrutura de apoio ao turismo, serviços e equipamentos turísticos e atrativos turísticos, entendidas como:

Categoria A – Infraestrutura de Apoio ao Turismo: Instalações e serviços, públicos e privados, que proporcionam o bem-estar dos residentes e também dos visitantes, tais como sistema de transportes, de saúde, de comunicação, de abastecimento de água, de energia e tantas outras estruturas básicas e facilidades existentes nos municípios.

Categoria B – Serviços e Equipamentos Turísticos: Conjunto de estabelecimentos e prestadores de serviços que dão condições para que o visitante tenha uma boa estada: hospedagem, alimentação, diversão, transporte, agenciamento, etc.

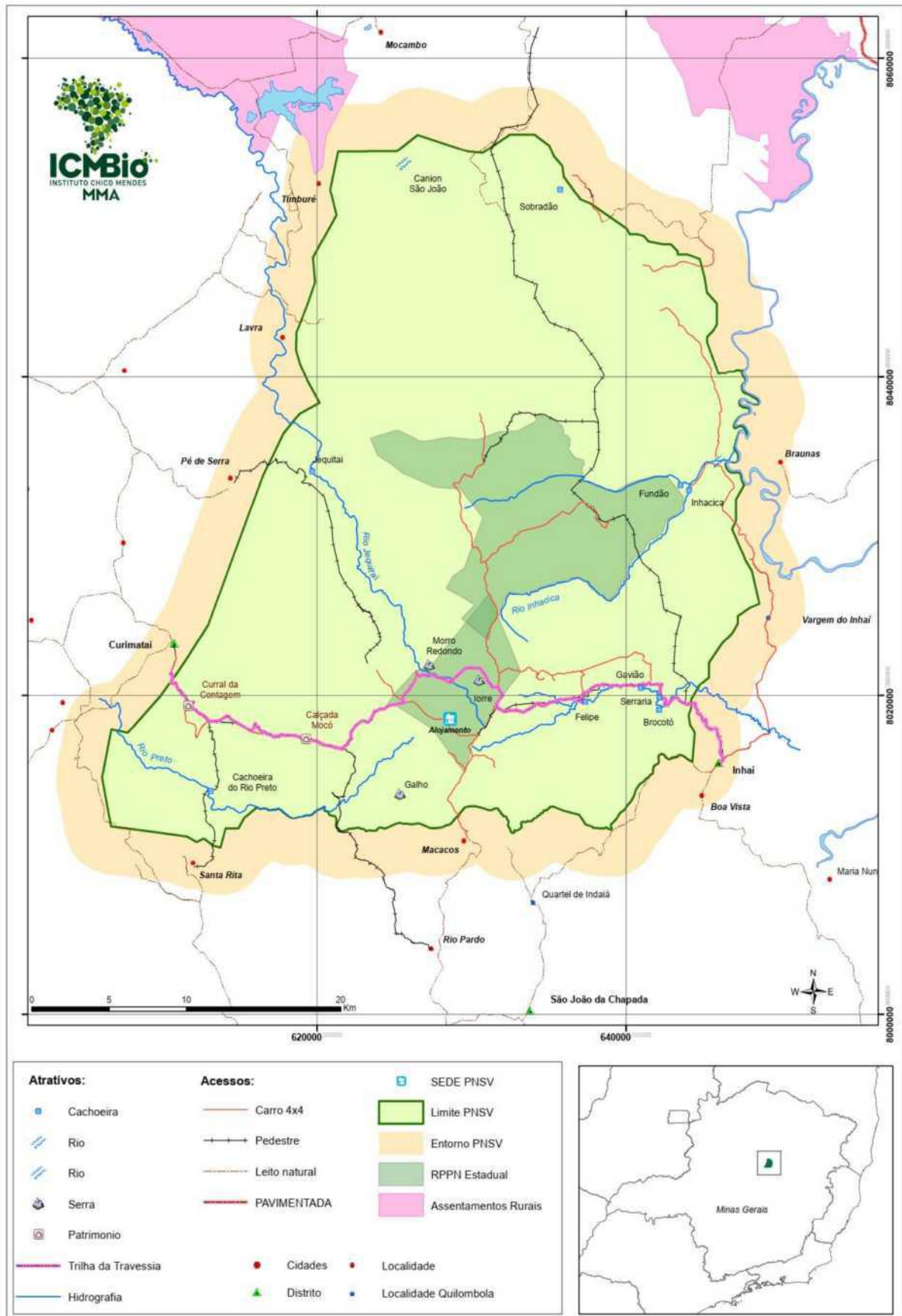
Categoria C – Atrativos Turísticos: Elementos da natureza, da cultura e da sociedade – lugares, acontecimentos, objetos, pessoas, ações – que motivam alguém a sair do seu local de residência para conhecê-los ou vivenciá-los. (Ministério do Turismo, 2011, p. 25)

O Inventário da Oferta Turística consiste no levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável (Ministério do Turismo, 2011, p. 20).

Ainda segundo o Manual de Inventariação da Oferta Turística (Ministério do Turismo, 2011), a grande categoria de Atrativos Turísticos é subdividida em 5 subcategorias, a saber: Atrativos Naturais (aspectos do relevo, hidrografia e unidades de conservação); Atrativos Culturais (conjuntos arquitetônicos, comunidades tradicionais, sítios arqueológicos e paleontológicos, feiras e mercados, arquitetura civil, religiosa, militar, ruínas, museus e equipamentos culturais, gastronomia típica, artesanato, formas de expressão e personalidades); Atividades Econômicas (extrativista, agropecuária, industrial, comercial ou tecnológica); Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas (Parques Tecnológicos, centros de pesquisa, usinas e barragens, planetários, aquários, viveiros); e Eventos Programados (eventos técnicos e científicos, competições, encontros, festas e celebrações).

O Parque Nacional das Sempre-Vivas foi criado no ano de 2002, por meio do Decreto s/nº de 13 de dezembro de 2002, e dentre as principais motivações de sua criação está o fato do PNSV fazer parte da área de abrangência da Serra do Espinhaço, cordilheira que engloba os estados de Minas Gerais e Bahia, região de grande relevância no que se refere à proteção do cerrado brasileiro, devido ao alto nível de endemismo da região e a presença de expressivas áreas naturais conservadas (ICMBio, 2016a). Além disso, a região do Parque se destaca por abranger um grande divisor de águas das bacias do rio Jequitinhonha e São Francisco e pela grande quantidade de nascentes presentes na área. Na figura 1 é possível visualizar a localização dos distritos, os limites da UC e a demarcação da trilha da travessia.

Fig. 1 – Mapa do Parque Nacional das Sempre-Vivas, com a trilha da travessia entre Inhaí e Curimataí



Fonte: ICMBio, 2020 citado por Ferreira et al., 2022.

A trilha da travessia entre Inhaí e Curimataí cruza a UC em sua região sul, de Leste à Oeste, com um percurso total de 55Km, percorridos, em geral, em 4 dias, com 3 pernoites em áreas de camping selvalgem. Esta trilha possui grande potencial em termos de análises de paisagens e de riqueza de micro-ambientes (áreas de floresta estacional semidecidual, áreas em regeneração, capões de mata e matas de galeria, campos rupestres, cerrado, mata seca). Acredita-se que este seja o maior potencial em termos de temática a ser utilizada em uma possível interpretação desta trilha. De forma complementar, tem-se os atrativos naturais, como as Cachoeiras do Brocotó, Gavião, Felipe, Córrego do Inhaí, Rio Jequitaí, Campos de Canelas de Ema Gigantes, Campos de Flores Sempre-vivas, Serra do Galho, Mirantes, Cavernas e Lapas. Além disso, ressaltam-se seus aspectos histórico-culturais, tais como a passagem dos viajantes naturalistas pelo local, os calçamentos antigos, o Curral de Pedras, os tropeiros, as pinturas rupestres e o uso de algumas áreas por populações tradicionais.

Atualmente, os municípios que abrangem o PNSV se destacam pelo setor de serviços, com empreendimentos e atividades desenvolvidas em alguns segmentos do turismo, em especial o cultural, ecoturismo, turismo de aventura e turismo solidário. Para o ICMBio (2016a), dentre as atividades econômicas que podem compor as alternativas para um desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno da UC, está o artesanato, o extrativismo e o turismo. As principais atividades de turismo realizadas são caminhadas, cavalgadas e visitas às cachoeiras, devido, principalmente, à presença de várias nascentes, riachos e rios e do relevo acidentado da Serra do Espinhaço. Neste sentido, destaca-se que há demanda para visita à unidade, o que indica tanto a necessidade de estruturação do PNSV para a promoção dessas atividades, quanto de aproximação da instituição com as comunidades do entorno e empreendedores turísticos para viabilizá-las (ICMBio, 2016a). Além disso, vem sendo implementada na região a Trilha Transespinhaço, considerado um dos maiores projetos da Rede Trilhas, que tem como objetivo promover as trilhas de longo curso como instrumento de conservação da biodiversidade e conectividade de paisagens no Brasil (Brasil, 2018).

Assim, aponta-se para a necessidade de ordenamento do uso público no PNSV, visando estabelecer o Turismo de Base Comunitária na região da UC e como forma de gerar uma possibilidade de renda alternativa para as comunidades que vivem em três dos distritos que estão no entorno do parque.

O distrito de Inhaí, pertencente ao município de Diamantina, está localizado a cerca de 55km da sede. Seu surgimento está relacionado à atividade de garimpo de ouro e diamante no início do século XVIII (ICMBio, 2016b). Atualmente, a população vive do comércio local,

agricultura familiar, artesanato e da pecuária. O distrito localiza-se a 790 metros de altitude e a vegetação é típica do cerrado.

O distrito possui vários atrativos naturais como os rios Inhaí e Caeté Mirim, assim como cachoeiras, como a do Brocotó, do Galvão, serras, mirantes e pinturas rupestres. Por ser uma vila histórica, possui casarões e igreja do período colonial. A principal construção da cidade é a igreja de Sant'Ana, que foi erguida ainda no século XVIII, e tombada pelo IPHAN, em 1952. Além disso, há tradição de festas religiosas e populares, artesanato e gastronomia típica, banda de música, entre outros aspectos que atraem turistas para o distrito. Apesar do potencial turístico, a estrutura do distrito não é voltada para o turismo, possuindo poucos meios de hospedagem e dificuldade de acesso a de seus alguns atrativos.

Ao todo, no distrito de Inhaí, foram inventariados 52 atrativos, dos quais 14 são atrativos naturais, 27 atrativos culturais e 11 eventos programados (Tabela 1), bem como a localização dos atrativos turísticos inventariados (Figura 2).

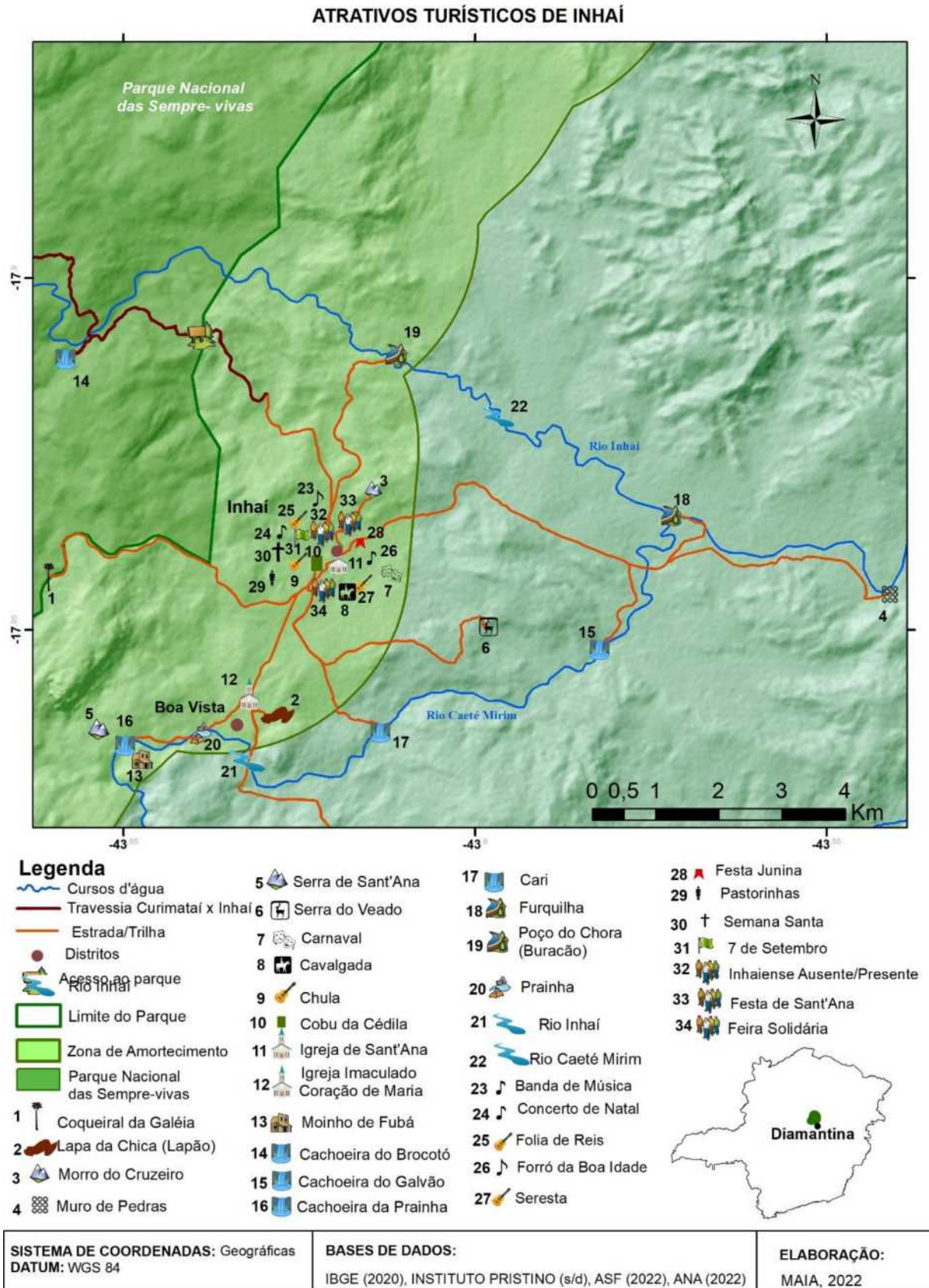
Analisando os dados, percebe-se que os atrativos culturais são os que mais se destacaram quantitativamente no distrito de Inhaí, representando 52% do total de atrativos inventariados. Todavia, estes, por si só, não são capazes de atrair expressivo fluxo de visitantes, podendo ser considerados atrativos complementares àqueles que contêm maior poder de atratividade, como os atrativos da categoria eventos programados, principalmente as festas tradicionais, como a Festa de Sant'Ana, a Folia de Reis e a Cavalgada, que já atraem um bom número de visitantes ao distrito e são indutores de fluxo turístico para Inhaí. Os atrativos naturais possuem beleza cênica e expressivo potencial turístico, mas carecem de estruturação mínima para o uso público. Alguns deles estão localizados em propriedades privadas, e o acesso aos mesmos é considerado difícil, com trilhas de mata fechada e estradas em estado ruim de conservação. Além disso, há baixa quantidade de equipamentos e serviços de apoio ao turismo.

Tab. 1 – Atrativos turísticos de Inhaí por categoria

Categoria	Quantidade	%
Atrativos naturais (C.1)	14	27%
Atrativos culturais (C.2)	27	52%
Eventos programados (C.5)	11	21%
Total	52	100%

Fonte: Elaborado pela equipe do projeto, 2022.

Fig. 2 – Mapa dos Atrativos Turísticos de Inhaí



Fonte: Elaborado pela equipe do projeto, 2022.

Já o distrito de Curimataí, pertencente à Buenópolis, está situado na mesorregião Central Mineira, distante 41km da sede do município. A história do povoado está diretamente relacionada com a extração de ouro e diamante em meados do século XVIII. Possui cerca de 2130 habitantes, com uma área aproximadamente de 930,2 quilômetros quadrados (UFMG, 2018b). O distrito está localizado entre a Serra do Cabral e a Serra do Espinhaço, destacando-se o Cerrado, os Campos Rupestres e a Mata Seca (ICMBio, 2016a; UFMG, 2018b). Com um relevo variado, Curimataí está a aproximadamente 600 metros de altitude e é banhado pelo rio de mesmo nome. No distrito, destacam-se seus atrativos naturais, com cachoeiras, cascatas, rios, serras, mirantes, entre outros.

A Igreja Nossa Senhora da Conceição, o Curral de Pedras e o conjunto histórico de Moinhos são alguns atrativos culturais do local. Ao visitar Curimataí pode-se identificar a passagem de cursos d'água pela rua principal do distrito, com jardins e plantas frutíferas ao longo do tecido urbano. Além disso, muitas fachadas das casas mantêm sua arquitetura original, característica dos séculos XVIII e XIX. Existe oferta de pousadas, receptivos familiares de acomodação simples, serviços de guia com roteiros já estruturados, restaurantes, produção de artesanato (produtos naturais locais, doces de leite e de frutas da época e queijos). Os mesmos já haviam sido inventariados em projeto desenvolvido pela UFMG. A população acredita na possibilidade do turismo para alavancar a economia local, sendo que alguns moradores já participaram de cursos relacionados ao tema. Foram inventariados em Curimataí 29 atrativos turísticos, sendo 14 atrativos naturais, 12 atrativos culturais e 3 eventos programados (Tabela 2).

Tab. 2 – Atrativos turísticos de Curimataí por Categoria

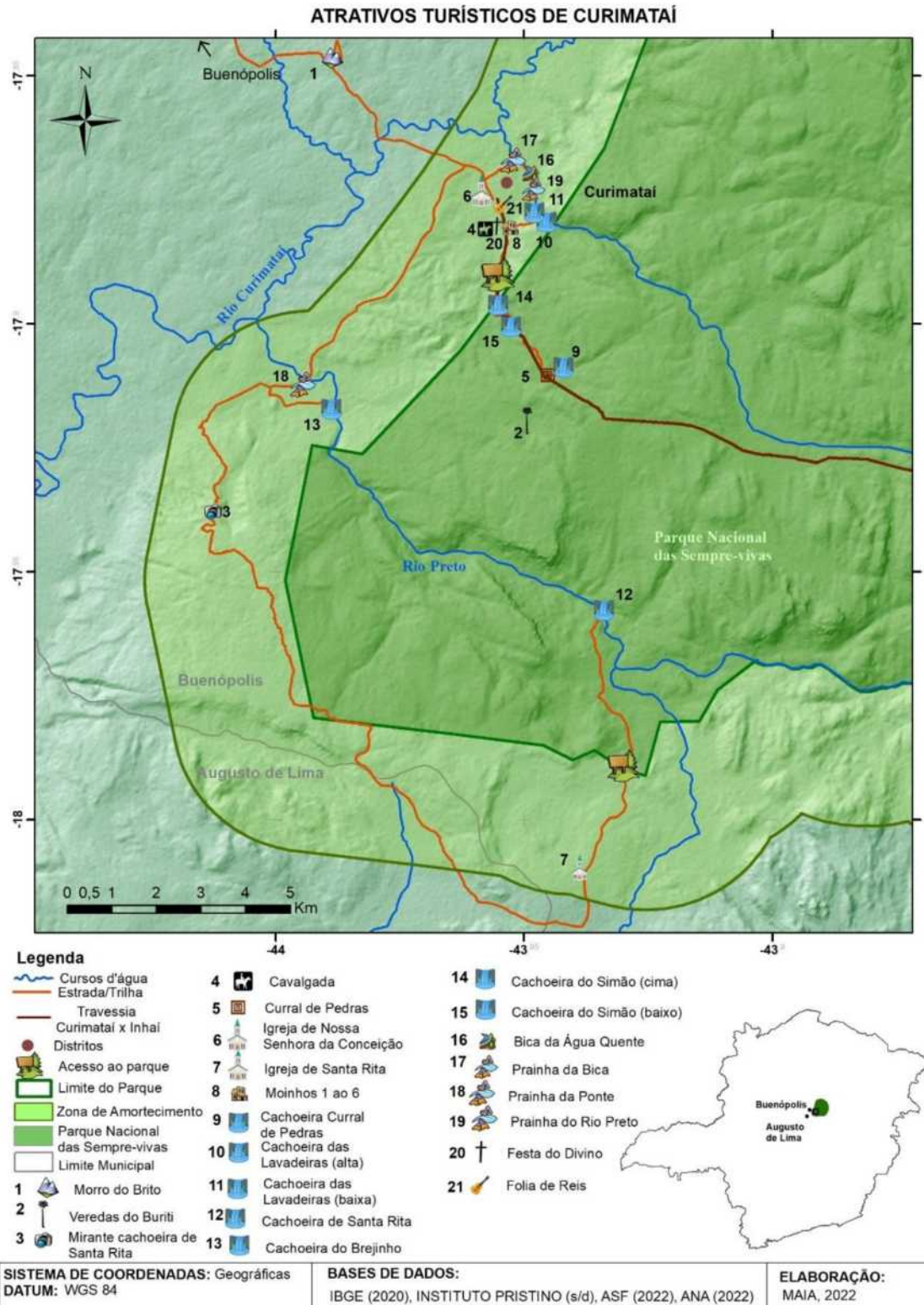
Categoria	Quantidade	%
Atrativos naturais (C1)	14	48%
Atrativos culturais (C2)	12	42%
Eventos programados (C5)	3	10%
Total	29	100%

Fonte: Elaborado pela equipe do projeto, 2022.

Percebe-se que a quantidade de atrativos naturais e culturais inventariados no distrito estão equilibradas, entretanto, por estar localizado próximo a uma região onde existe outra UC, o Parque Estadual da Serra do Cabral, o distrito atrai muitos visitantes interessados pelo turismo de natureza. Contudo, compreende-se que os atrativos culturais também têm grande importância para o distrito, e devem ser aprimorados para complementar a experiência do visitante. Dentre os atrativos naturais inventariados, as cachoeiras de Santa Rita, Brejinho e Lavadeiras (parte alta e baixa) merecem destaque. Salienta-se que a estrutura nos atrativos naturais é limitada, seja na sinalização turística ou na manutenção das trilhas, o que dificulta o

uso público pela própria comunidade e visitantes. Dos atrativos culturais destacam-se a arquitetura religiosa, o Curral de Pedras, a gastronomia típica, a produção de artesanato bem como eventos programados (cavalgada, Folia de Reis e Festa do Divino).

Fig. 3 – Mapa dos atrativos turísticos de Curimataí



Fonte: Elaborado pela equipe do projeto, 2022.

Dentre os três distritos analisados, Curimataí é a localidade que aparenta estar mais organizada para desenvolver o turismo, perceptível em ações e comportamentos da própria comunidade. Os serviços e equipamentos turísticos oferecidos ao turista, que foram inventariados pela UFMG, mesmo que simples, com oferta de receptivos familiares e pousadas, restaurantes, serviços de guia de turismo e condutores na região, etc, diferenciam a experiência. A localização dos atrativos turísticos inventariados em Curimataí encontra-se na figura 3, acima.

Por fim, São João da Chapada é um distrito de Diamantina, localizado a 34km da sede, com aproximadamente 1.515 metros de altitude, situado no divisor de águas das bacias hidrográficas do Rio Pardo, afluente do Rio das Velhas; e do Ribeirão Caeté-Mirim, afluente do Jequitinhonha. Dentre as características ambientais da região destaca-se a presença de serras com afloramentos rochosos. Sua vegetação é composta por campo rupestre e gramíneo lenhoso, típicos do cerrado (Martins, 2019). O processo de ocupação de São João da Chapada remonta ao período colonial, estando ligado à atividade de mineração de ouro e diamante, no século XVIII, nos arredores do córrego São João. A atividade econômica que está mais fortemente ligada à história do distrito é o garimpo, seguida de atividades de agricultura, criação de gado e coleta e venda de sempre-vivas. O distrito de São João da Chapada possui uma cultura rica, artesanato e gastronomia típicos, casario colonial associada a paisagens exuberantes, além da tradicional Banda de Música Santa Cecília. Todavia, o distrito possui uma estrutura simples e caseira para receber o turista, necessitando de melhorias para que o turismo se consolide como atividade econômica para a comunidade. Foram inventariados, neste distrito, 31 atrativos turísticos (Tabela 3).

Tab. 3 – Atrativos turísticos de São João da Chapada por Categoria

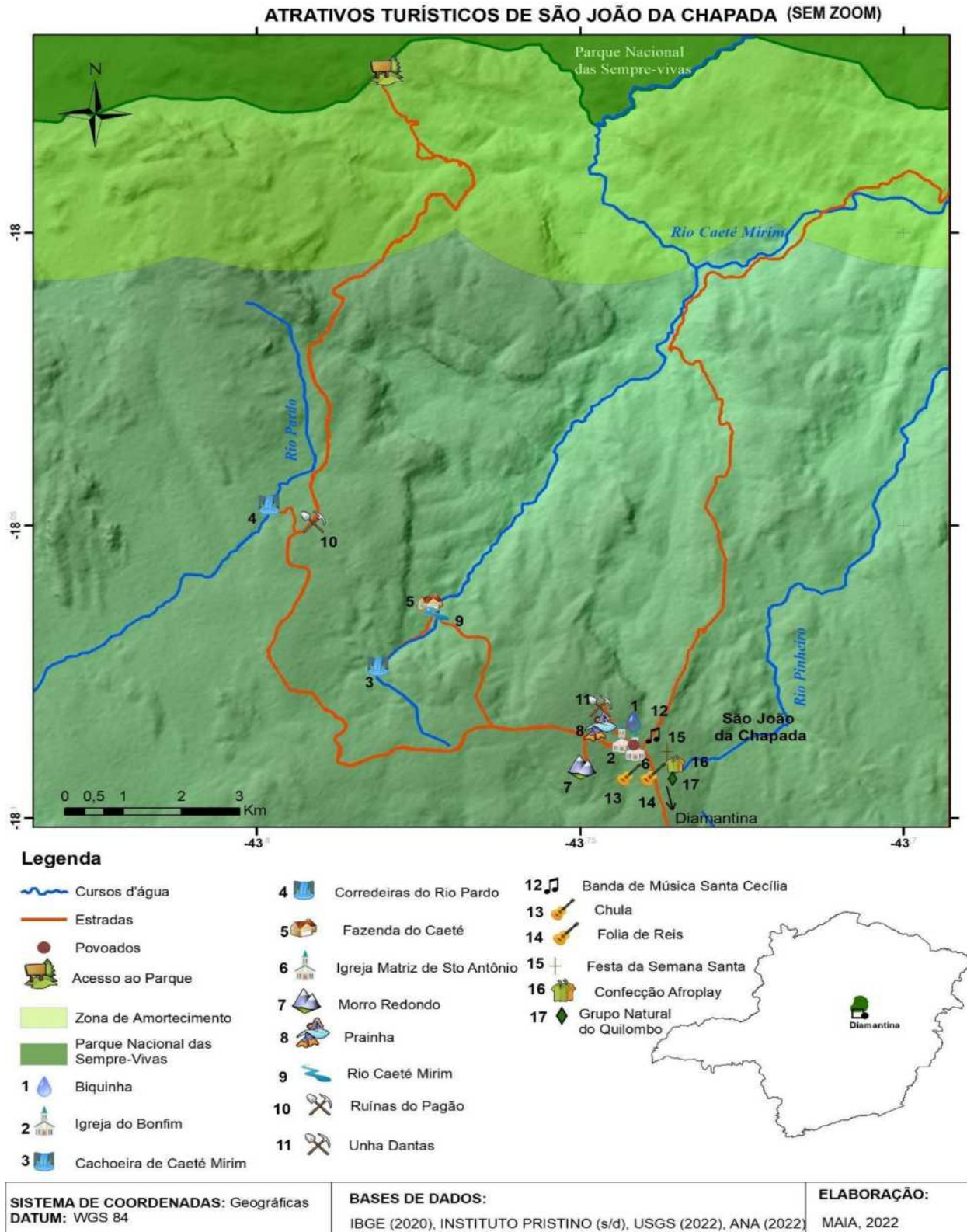
Categoria	Quantidade	%
Atrativos naturais (C.1)	5	16%
Atrativos culturais (C.2)	24	77%
Eventos programados (C.5)	2	7%
Total	31	100%

Fonte: Elaborado pela equipe do projeto, 2022.

A quantidade de atrativos culturais presentes no distrito representa 77% da oferta do distrito, principalmente relacionados ao artesanato e à gastronomia típica, destacando as potencialidades para a criação de produtos e roteiros turísticos com viés histórico-cultural, e contribuindo na permanência das tradições e costumes locais. Os eventos programados também possuem destaque, já que as festas tradicionais ocorrem, em sua maioria, há mais de um século. Atualmente a Semana Santa e a Folia de Reis são os eventos responsáveis por mais atrair visitantes. Por fim, os atrativos naturais complementam a oferta de atrativos,

conforme pode ser observado na figura 4, que trata da localização dos atrativos turísticos inventariados.

Fig. 4 – Mapa dos atrativos turísticos do distrito de São João da Chapada



Fonte: Elaborado pela equipe do projeto, 2022.

De modo geral, notou-se que os atrativos identificados na localidade não possuem estrutura para o uso público, carecendo de sinalização turística e manutenção adequada das vias de acesso e das trilhas. Também não há profissionais especializados atuando no distrito, caso dos guias de turismo e condutores, fato que prejudica o desenvolvimento do turismo na região. Além disso, muitos atrativos, principalmente aqueles relacionados à produção associada ao turismo (artesanato e gastronomia típica) são produzidos e comercializados de modo informal. A existência de produções familiares e informais deste tipo, somadas à inexistência da estrutura mínima nos atrativos, tende a dificultar a implementação do turismo em São João da Chapada, principalmente por causa da baixa qualificação dos serviços.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo divulgar os resultados do projeto de iniciação científica desenvolvido no âmbito do curso de Turismo da UFVJM, com o intuito de levantar e analisar a oferta de atrativos turísticos nos distritos de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada, no entorno do Parque Nacional das Sempre-Vivas. Frisa-se que estas localidades dão apoio à trilha de longo percurso (travessia) entre Inhaí e Curimataí, posto que estes atrativos podem favorecer o aumento do tempo de permanência do turista na região, beneficiando as comunidades locais interessadas e envolvidas com o desenvolvimento do turismo. A realização do inventário da oferta de atrativos turísticos dos distritos foi pensada enquanto uma estratégia de diálogo com as comunidades e a gestão do PNSV, visando fortalecer os vínculos e colocar a própria comunidade enquanto protagonista do projeto.

Foram inventariados nos distritos de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada um total de 112 atrativos, divididos em atrativos naturais, atrativos culturais e eventos programados. Assim, evidencia-se o significativo potencial turístico dos distritos e, neste sentido, compreende-se que os objetivos do projeto foram contemplados, na medida em que os dados compilados podem auxiliar os órgãos gestores e as comunidades envolvidas para definição de estratégias de desenvolvimento local.

Entretanto, algumas questões referentes aos distritos devem ser levadas em consideração, tais como: 1) a necessidade de estruturação dos atrativos para o uso público, atentando-se para questões que irão garantir a integridade física das comunidades, dos atrativos e dos visitantes, visando minimizar impactos negativos ao meio natural, cultural e social. Assim, destaca-se como particularidade deste projeto de pesquisa, que 2) os atrativos identificados para análise foram determinados a partir do entendimento das próprias

comunidades sobre o que era importante e atraente em cada distrito, evidenciando aspectos relacionais ao território de cada grupo social. Por fim, mas não menos significativo, 3) os atrativos localizados em comunidades tradicionais e, ou com acesso por propriedades privadas não analisados nesta iniciativa, não necessariamente implicam que não há interesse em promover a atividade turística.

Assim, considerando as premissas de uma pesquisa científica, frisa-se a importância de se fundamentar as informações que podem contribuir na gestão do turismo nas localidades, bem como estreitar as relações entre comunidades e gestão da UC. Diante do conhecimento da realidade de cada distrito, é possível planejar estratégias e ações de desenvolvimento das atividades turísticas atentas à realidade das localidades e, principalmente, em consonância com o Turismo de Base Comunitária, no intuito de fomentar o uso público de forma responsável e contribuir positivamente com as comunidades envolvidas.

Diante da intenção de aumentar o tempo de permanência dos turistas que realizam a travessia entre Inhaí e Curimataí, é importante ressaltar que nas três localidades trabalhadas identificou-se a necessidade de estruturação turística, tais como:

- O desenvolvimento de cursos de capacitação para interessados em prestar serviços turísticos, sob demanda das comunidades;
- A estruturação dos atrativos para o uso público;
- A mobilização e envolvimento das comunidades quanto à importância da apropriação e manutenção da integridade dos patrimônios locais; do protagonismo para a gestão turística no entorno de áreas protegidas; e das possibilidades de inclusão social e preservação ambiental a partir da UC;
- Ações de planejamento do turismo que incluam formatação de roteiros participativos e colaborativos; dentre outros aspectos.

Após a conclusão de todas as fases do projeto, foram realizadas reuniões presenciais nos três distritos com o intuito de fazer as devolutivas sobre o projeto e entregar o Inventário da Oferta de Atrativos Turísticos para cada comunidade. A partir desses encontros, novos projetos e ideias já surgiram em função de demandas expostas pelas comunidades, tais como: Oficina de Planejamento Turístico, Oficina de Confecção de Placas de Sinalização Turística e Curso de Receptivos Familiares.

Desta forma, está posta a compreensão de que esta estratégia de realização do inventário da oferta turística dos atrativos localizados no entorno da UC pode atender às demandas locais de estabelecimento do uso público no PNSV e em seu entorno, bem como fomentar ações que favoreçam o diálogo entre a gestão do PNSV e as comunidades.

Destaca-se, ainda, que esta pesquisa foi desenvolvida visando possibilitar que o turista possa, além de fazer a travessia, conhecer os atrativos turísticos e a realidade de cada distrito e sensibilizar as comunidades locais quanto a importância de serem os protagonistas do fenômeno do turismo no entorno do PNSV. Tal proposta surgiu com o objetivo de promover o envolvimento e a interação da comunidade local com os visitantes por meio de estratégias de incentivo ao uso público na região. Assim, o presente projeto contribuiu para um maior conhecimento sobre o potencial turístico dos distritos que dão apoio à travessia entre Inhaí e Curimataí, no interior do Parque Nacional das Sempre-Vivas, uma vez que a atividade turística se configura dentre as possibilidades e os objetivos de criação da UC.

A análise da oferta de atrativos turísticos destes distritos, que inclusive envolveu outros discentes do Curso de Graduação em Turismo, Licenciatura em Geografia e do Mestrado Em Ciências Humanas, da UFVJM, além da bolsista, proporcionou aos mesmos uma experiência acadêmica complementar, já que aprenderam técnicas de pesquisa em gabinete e em campo, assim como utilizar os formulários do INVITUR (Inventário da Oferta Turística) do Ministério do Turismo e outros equipamentos, como o Global Positioning System (GPS). Este projeto possibilitou a estes discentes envolvidos um maior conhecimento da região em que estão inseridos, incentivando o pensamento crítico dos mesmos, imprescindível para sua formação acadêmica e profissional.

Quanto aos docentes envolvidos, o projeto possibilitou uma maior interação com os discentes vinculados ao projeto e com as comunidades locais. Já em relação aos membros da comunidade que foram envolvidos nesta iniciativa, a participação dos mesmos permitiu a eles um intercâmbio com a academia, promovendo o conhecimento e utilização da técnica de Inventariação da Oferta Turística, bem como permitiu a sistematização das informações turísticas destes distritos, fundamental para uma atuação mais responsável e organizada do turismo nestes locais. Neste sentido, considera-se que os objetivos propostos nesta pesquisa foram plenamente alcançados. Desta forma, será possível continuar desenvolvendo e apoiando ações em prol do desenvolvimento do turismo no interior e entorno do PNSV e contribuindo com o alcance da missão institucional da UFVJM:

Promover o desenvolvimento científico, econômico e sociocultural da sua região, assegurando o ensino de qualidade em diferentes áreas do conhecimento, respeitando a natureza, inspirado nos ideais da democracia, da liberdade e da solidariedade, visando produzir, integrar e divulgar conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade e o desenvolvimento sustentável da sua região. (UFVJM, 2017, p. 13-14).

Referências

- Brasil. (2018). *Serra do Espinhaço terá trilha de longo curso*. Recuperado de: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/serra-do-espinhaco-tera-trilha-de-longo-curso>
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. (2016a). *Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre-Vivas*. Brasília.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. (2016b). *Plano de Ação do Conselho Consultivo do Parque Nacional das Sempre-Vivas (CONVIVAS)*. Diamantina/MG.
- Ferreira, P. L., Scalco, R. F., & Martins Fonseca, V. (2022) O Inventário da oferta turística como estratégia de diálogo com a comunidade: Um estudo de caso sobre o Parque Nacional das Sempre-Vivas e seu entorno. *Revista Biodiversidade Brasileira*, 1, 284-304.
- Martins, M. L. (2020). A economia da “sempre-viva” em São João da Chapada (Diamantina, MG), meados do século XX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 11(22), 235–262. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10818>
- Ministério do Turismo (2011). *Inventário da Oferta Turística*. Ana Clévia Guerreiro Lima (Coordenador). Brasília.
- Ruschmann, D. V. M. (2006). *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. 13ª edição. Campinas: Papyrus.
- Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. (2018a). *Inventário dos serviços turísticos e da infraestrutura de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada: Relatório final de projeto de pesquisa*. Curso de Turismo. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte.
- Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. (2018b). *Inventário de serviços turísticos e infraestrutura, Distrito de Curimataí*. Curso de Turismo. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte.
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. (2017). *Plano de Desenvolvimento Institucional: 2017–2021*. Diamantina/MG.

Iniciação científica de graduação, financiado com bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).



A relação entre marketing e ecoturismo na comercialização de produtos e serviços turísticos no litoral do Piauí

Alcione dos Santos Nascimento¹
Nicolas Vieira Leite²
Solano de Souza Braga³
Vinicius Boneli Vieira⁴

Submissão em: 11 set. 2023

Aceite em: 23 out. 2023

Resumo: O marketing é uma área fundamental para o planejamento do turismo, fornece ferramentas que permitem acompanhar a dinâmica do setor turístico, e construir uma imagem autêntica, a partir da criação de valor e uma marca correspondente aos anseios locais. Construído a partir de uma pesquisa básica e bibliográfica, este trabalho tem como objetivo identificar e analisar a relação entre ecoturismo e marketing na elaboração e comercialização de produtos turísticos no âmbito do litoral piauiense. Em especial foi abordado em artigos científicos como o marketing tem sido utilizado para retratar e promover as atividades ecoturísticas no Polo Costa do Delta. Um dos resultados da pesquisa é que, há uma relação dialógica entre a forma como a atividade turística ocorre no espaço estudado e a forma como a divulgação é realizada. Observou-se também que há uma necessidade de ações conjuntas e um planejamento integrado entre os atores que atuam na atividade turística do litoral piauiense.

Palavras-chave: Ecoturismo; Marketing; Piauí.

The relationship between marketing and ecotourism in the commercialization of tourist products and services on the coast of Piauí

Abstract: Marketing is a fundamental area for tourism planning, it provides tools that allow you to monitor the dynamics of the tourism sector, and build an authentic image, through the creation of value and a brand corresponding to local desires. Built from basic and bibliographical research, this work aims to identify and analyze the relationship between ecotourism and marketing in the development and commercialization of tourist products within the Piauí coast. In particular, scientific articles have addressed how marketing has been used to portray and promote ecotourism activities in the Costa do Delta Hub. One of the results of the research is that there is a dialogical relationship between the way in which tourist activity occurs in the space studied and the way in which dissemination is carried out. It was also observed that there is a need for joint actions and integrated planning between the actors involved in tourism activities on the coast of Piauí.

Key words: Ecotourism; Marketing; Piauí.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Delta do Parnaíba (UFDPar). Endereço eletrônico: alcikel@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5690-2831> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7132041086277341>

² Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Delta do Parnaíba (UFDPar). Endereço eletrônico: nickleite1@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4633-0833> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9787423799430684>

³ Professor Adjunto do Curso de Turismo e no Mestrado em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Endereço eletrônico: solanobraga@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6231-4756> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3774316982731542>

⁴ Professor Assistente do Curso de Turismo da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Endereço eletrônico: viniciusboneli@ufpi.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3834-5683> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0246902049266303>

Introdução

A massificação do turismo, promovida pelo volume de comercialização de roteiros e pacotes turísticos, vem passando por mudanças estruturais nas últimas décadas, resultado da alta competitividade, expansão das tecnologias da informação e comunicação, bem como pela crescente busca por roteiros personalizados (Reginatto, 2017). Ainda, de acordo com Serrano (1997), a busca por roteiros personalizados é, na sua maioria, para destinos com grande interesse ecológico e paisagístico e/ou considerados exóticos. Considera-se que o turismo ecológico e/ou paisagístico possibilita ao visitante o contato direto com a natureza e com os seres vivos, bem como elementos históricos e culturais, por isso, acredita ser um segmento bem procurado.

Segundo Costa (2010), o crescimento do turismo a nível mundial desperta interesses diversos acerca dos diversos segmentos presentes no turismo. Os segmentos do turismo podem ser determinados a partir dos elementos de identidade da oferta e das particularidades da demanda (Brasil, 2008). Entre os diversos segmentos de turismo, o que se baseia em atividades realizadas em meio à natureza, o ecoturismo, é o que mais tem crescido, e tende a continuar em evolução, superando outros segmentos (Ezequias, 2022). Esse avanço pode ser resultado das experiências e vivências que os visitantes têm no campo, já que o referido segmento permite o contato direto com a natureza. Assim, a disseminação e promoção do ecoturismo provocam o interesse das pessoas em conhecer esse tipo de experiência.

Para Teles (2011, p. 15) o ecoturismo “é o segmento de turismo de natureza que mais cresce e que trata a natureza como elemento motivador”. Os visitantes praticam o ecoturismo, em geral, de forma consciente, sem provocar grandes impactos no ambiente (Zurita et al., 2019). Já o Ministério do Turismo do Brasil (2008, p. 55), dispõe que “o diferencial mais importante dos produtos ecoturísticos é a agregação do valor intrínseco dos recursos naturais”. De fato, as questões relacionadas à sustentabilidade e valorização dos recursos podem ser consideradas um dos tripés para o ecoturismo. Torna-se indiscutível, portanto, que a imagem e a marca do produto estejam ligadas aos princípios do ecoturismo e da sustentabilidade, sendo fundamental que elas, também, se associem a uma conduta e à ações responsáveis e preocupadas com a sustentabilidade do meio (Teles, 2011).

Nesse contexto, toma-se como referências neste estudo o litoral do Estado do Piauí, uma região turística denominada como Polo Costa do Delta, na encontra-se a APA (Área de Proteção Ambiental) do Delta do Parnaíba (que se estende entre os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará), APA Estadual Foz do Rio Preguiças-Pequenos Lençóis, a RESEX (Reserva

Extrativista) Marinha do Delta do Parnaíba, estas consideradas unidades de conservação protegidas por lei (fig. 1), além de outros atrativos locais. De acordo com Silva (2004) o segmento do ecoturismo na região do Delta do Parnaíba possui um destaque e apresenta um crescimento da atividade desde a década de 1990, favorecendo assim maior fluxo de turistas e movimentando a economia local (Braga & Guzzi, 2021).

Fig. 1: Unidades de conservação do Polo Delta do Parnaíba.



O Delta do Parnaíba é considerado o único delta em mar aberto nas Américas, formado por uma rica biodiversidade, além de diversas praias, campos de dunas e manguezais que favorecem a diversidade de paisagens naturais (Silva et al., 2020). No entanto, destaca-se a necessidade de compreensão de como estes atrativos naturais do litoral do Piauí estão sendo promovidos e comercializados no mercado turístico.

Os autores Perinotto e colaboradores (2017, p. 2) pontuam que “a importância da divulgação da imagem de um destino turístico é primordial para o turista, pois antes de sair de seu local de moradia, ele tem que se sentir atraído e motivado a sair”. Desse modo, podemos visualizar o importante papel da divulgação para os destinos, de uma forma mais abrangente, a função essencial do marketing. No contexto do ecoturismo, o marketing deve demonstrar responsabilidade social, envolvendo a instituição, no caso do destino, para fortalecer a

identidade. Essa abordagem do marketing deve ser guiada pelos princípios éticos, legais e de responsabilidade social e ambiental (Brasil, 2008).

Considera-se o marketing como um instrumento essencial na promoção e valorização dos destinos turísticos, pois contribui na criação de valor e atrai a atenção para o destino. É fundamental que o profissional envolvido tenha como referência central a responsabilidade, a ética e a legalidade. O visitante ou turista, na posição de cliente, ao conhecer o local, terá como expectativa as informações veiculadas no material promocional comercializado. No entanto, como problema desta pesquisa, busca-se responder a seguinte pergunta: qual a relação entre o ecoturismo e o marketing na elaboração e comercialização de produtos turísticos no litoral piauiense?

O ecoturismo continuará a se expandir e ganhar destaque diante sua importância como prática sustentável no âmbito de um fenômeno global (Roseta & Sousa, 2019). Por isso, é essencial que as ações de marketing e promoção estejam alinhadas aos objetivos sustentáveis e responsáveis. Diante do exposto, o estudo tem como objetivo realizar uma análise da relação entre ecoturismo e marketing na elaboração e comercialização de produtos turísticos no âmbito do litoral piauiense, em especial, observando a partir das publicações locais, como o marketing tem sido utilizado para retratar e promover as atividades ecoturísticas no Polo Costa do Delta.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, construída a partir de materiais já publicados em livros, revistas, assim como de materiais digitais. O estudo é composto por cinco seções, a primeira constitui os aspectos introdutórios, a segunda apresenta os conceitos teóricos a respeito do ecoturismo e o marketing. A terceira seção discute sobre a metodologia de pesquisa, seguida de discussão e considerações finais, sendo estas a quarta e quinta seção, respectivamente.

Ecoturismo: a relação entre turismo e meio ambiente

De acordo com o Ministério do Turismo, o ecoturismo é caracterizado pelo “contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre” (Brasil, 2008, p. 18). Nesse sentido, compreende-se que o ecoturismo tem como objetivo possibilitar diversos tipos de experiências entre os visitantes e o meio ambiente.

Nesse tipo de segmento, o visitante pode realizar múltiplas atividades dentro do campo, como fazer caminhadas, explorar, de forma sustentável, os recursos naturais, trocar

experiências com a população residente, conhecer a cultura, histórias e memórias da comunidade, banhar em cachoeiras e riachos, presenciar o pôr do sol, entre outras. Segundo Rodrigues (1999, p. 98), o ecoturismo pode ser caracterizado como uma forma de turismo alternativo e tem como características principais as viagens para espaços naturais com pouca ou nenhuma alteração antrópica e que os principais objetivos dessas viagens são: “estudar, admirar e desfrutar da paisagem, da fauna e da flora, da mesma forma que pretende a integração dos viajantes com o entorno e, em particular, com as comunidades locais”.

A prática do ecoturismo requer maiores cuidados com aspectos como a natureza, educação ambiental, gestão sustentável, preservação e divulgação da cultura e tradições e com o envolvimento da população local (Roseta & Sousa, 2019). Por isso, é imprescindível que a construção da atividade ecoturística seja pautada na responsabilidade socioambiental e de forma ordenada. O ecoturismo, comumente, é desenvolvido em áreas protegidas, em unidades de conservação (UC), comunidades tradicionais ou outros locais que possibilitam um contato maior com a natureza e atividades que envolvem aspectos ambientais e socioculturais.

O ecoturismo em áreas protegidas deve obrigatoriamente seguir as normas do “plano de manejo” que serve para orientar e reduzir os impactos das atividades de uso público dentro de uma área protegida, e fundamentalmente conservar a biodiversidade existente no território. O plano obrigatoriamente deve ser elaborado em até cinco anos a partir da data de criação da UC. Portanto, é considerado um documento indispensável para a garantia da conservação das áreas protegidas, e conseqüentemente para a gestão do turismo dentro das normas estabelecidas (Vieira, 2010; Vilani & Souza, 2020). Apesar da importância e da sua obrigatoriedade, diversas áreas protegidas não possuem um plano de manejo, como é o caso da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba e do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.

Por ser um segmento do turismo que favorece o contato com o ambiente natural, diferentemente da rotina dos grandes centros urbanos, bem como contribui para a valorização e melhoria econômica das comunidades onde está presente, é necessário um planejamento sistemático e organizado a partir de estudos técnicos. Para Rodrigues e Amarante Junior (2009), quando planejado de forma sistêmica e integrando ao ambiente, o ecoturismo reporta aos aspectos da ecologia, estética, economia e das relações sociais. O aperfeiçoamento da atividade permitirá o fortalecimento comunitário, em que o espaço sociocultural é interpretado de forma integrada. Assim, destaca-se a importância do alinhamento dos atores do turismo com os valores éticos e sustentáveis. As ações devem garantir o acesso permanente e preservar a integridade dos ecossistemas, de modo a promover relações

positivas com as comunidades tradicionais e orientar o comportamento de turistas (Romano, Panosso Netto, & Trigo, 2016).

A promoção turística, puramente comercial e desvinculada da realidade ambiental e social contribui para a perda da biodiversidade e favorece a exploração dos trabalho local. Nesse contexto, o marketing proporciona abordagens e metodologias participativas que contemplam a construção e elaboração de planos e estratégias para a criação de produtos e experiências relacionadas às práticas de turismo em áreas protegidas, como é o caso do ecoturismo. No mercado do ecoturismo, o marketing tem como o desafio integrar a empresa, seus fornecedores e a sociedade com ações fundamentadas na conservação e na responsabilidade socioambiental (Brasil, 2008).

Aspectos relacionados ao marketing

O marketing está presente em diversas as atividades humanas, essencial para as relações sociais e de troca, que são tão antigas tal qual a própria sociedade (Oliveira & Dutra, 2009). Associar o marketing à publicidade, como comerciais, anúncios e panfletos são práticas comuns, porém no ambiente de marketing essas são apenas algumas ferramentas. O marketing atua na criação da imagem de um lugar, aperfeiçoando e fortalecendo uma marca.

O Piauí é um Estado que, por exemplo, apresenta um alto potencial para a atividade turística, diante sua conformação cultural e natural, porém não possui uma imagem turística consolidada, muito menos apresenta uma marca no turismo brasileiro. O fortalecimento de uma marca depende do relacionamento do destino ou da organização turística com o mercado interno e externo que fomenta o turismo. Assim, o exemplo anteriormente citado do Estado do Piauí, diante sua condição no mercado turístico, necessita de um trabalho de construção da imagem, assim como da comunicação da marca Piauí, por meio da divulgação, promoção e comercialização de produtos turísticos piauienses (Lima, 2017). A imagem de um destino depende também do engajamento de órgãos governamentais, organizações privadas, entidades de classe, instituições de ensino, atores locais e regionais que se somam em busca de um posicionamento no turismo.

Segundo Morrison (2012), o marketing possui sete princípios centrais: (1) a orientação para o marketing, com o intuito de compreender seu conceito e agir de acordo; (2) adotar o conceito de marketing, que se direciona para a satisfação dos desejos dos clientes; (3) estar atento às novas oportunidades e buscar compreender a demanda; (4) selecionar grupos específicos com ações e planos estratégicos; (5) reconhecer que o marketing é um processo de

troca de valores, e que o valor está relacionado a algo simbólico; (6) os produtos e serviços turísticos apresentam um ciclo de vida do produto representado por diferentes fases (introdução, crescimento, maturidade e declínio); (7) o composto de marketing inclui estratégias direcionadas para o preço, praça, produto e promoção.

O marketing adquire a função de atuar no planejamento, na concepção das ideias, e mesmo antes de se iniciar os processos futuros, as ações devem estar devidamente planejadas. O planejamento de ações de marketing permite direcionar e organizar os esforços de uma organização para a realização dos seus objetivos. Os programas vinculados às ações de marketing são construídos e estruturados a partir do planejamento e do gerenciamento de recursos em longo prazo (Soares Junior, 2019).

Para a gestão dos programas e ações, utiliza-se como ferramenta o plano de marketing, que auxilia na orientação e no detalhamento dos objetivos a fim de alcançar as metas estabelecidas pelas organizações. Tanto o setor público quanto o privado necessitam deste instrumento para delimitar os passos sequenciais e alcançar os objetivos, sejam eles de ordem social, ambiental e/ou econômica. O plano de marketing, portanto, é um guia para a tomada de decisões comerciais. No entanto, historicamente, a ferramenta do plano no setor turístico apresentava um enfoque tático. Atualmente, os planos de marketing se tornaram parte integrante dos processos de planejamento estratégico (Cantalops, 2012).

No âmbito do turismo, as estratégias de marketing relacionam-se à “segmentação de mercado, a seleção de públicos-alvo, diferenciação competitiva, posicionamento de marca e definições sobre produtos, preços, distribuição, logística, comunicação e vendas da organização” (Sarquis et al., 2015, p. 302). Em relação ao segmento de ecoturismo, pode-se constatar que, assim como as demais áreas, necessita de um marketing responsável e que oriente os passos a serem dados por gestores, comunidade e sociedade como um todo. Nesta perspectiva, o marketing poderá garantir que as ações sejam alcançadas e que a imagem do destino seja fortalecida por uma marca autêntica, com atrativos e serviços de qualidade certificada, e que reverta na geração de renda, na manutenção dos ambientes e nos valores tradicionais.

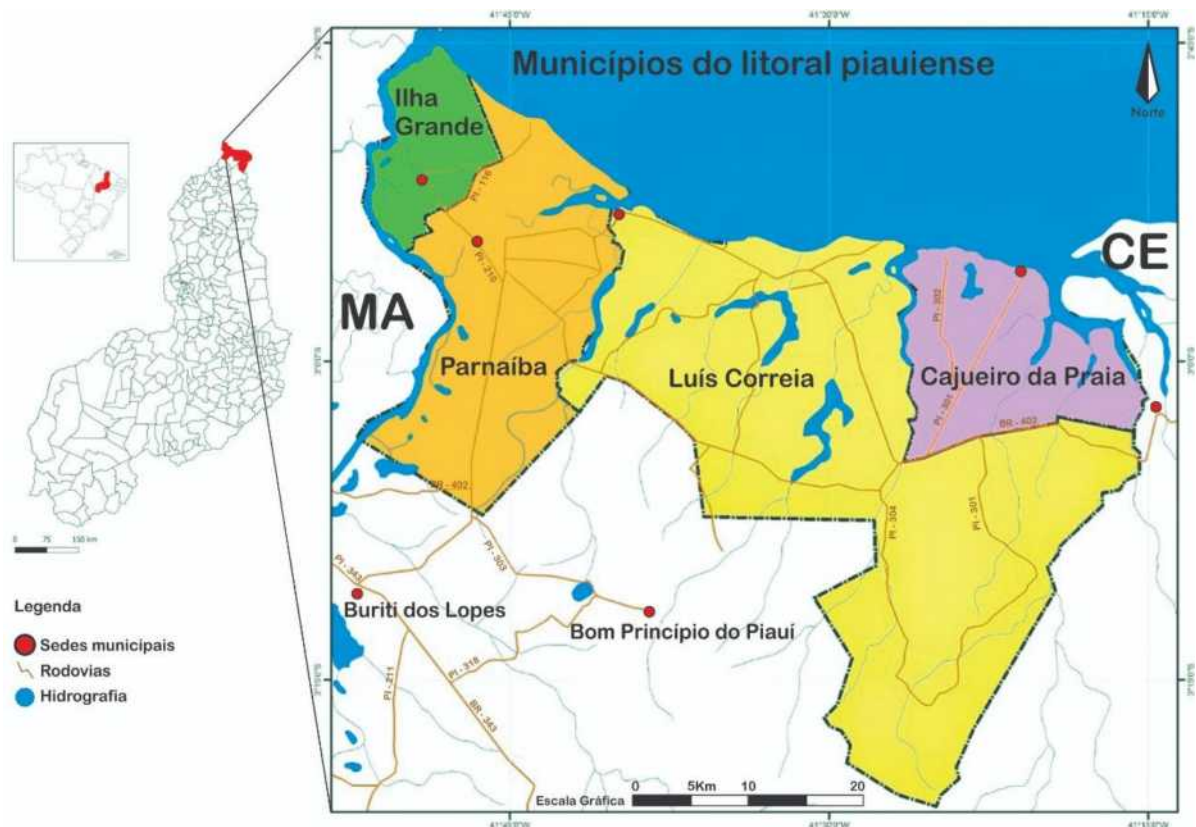
O litoral do Piauí

O Estado do Piauí está localizado no nordeste brasileiro, possui uma faixa litorânea de aproximadamente 66 quilômetros, sendo o menor litoral da região nordeste. Na porção oeste, as praias estão condicionadas fortemente ao sistema deltaico e, portanto, apresentam

características e dinâmicas naturais decorrentes do rio Parnaíba e seus afluentes. As praias na porção central e leste do litoral possuem maior infraestrutura direcionada ao turismo de sol e praia e também ao turismo de aventura, especialmente dedicado à prática do *kitesurf* e outros esportes náuticos. Na categorização política e regional do turismo, o litoral recebe a denominação de Polo Costa do Delta compondo outras seis regiões turísticas do Estado: Polo Aventura e Mistério, Polo das Águas, Polo Teresina, Polo Histórico Cultural, Polo das Origens e o Polo das Nascentes (Silva & Gontijo, 2017).

A região do Polo Costa do Delta abrange cinco municípios: Ilha Grande do Piauí, Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Buriti dos Lopes (FIGURA 2). Os municípios integram o litoral piauiense e carregam como identidade turística o Delta do Parnaíba, cuja extensão no território piauiense corresponde a 313.800 hectares (CEPRO, 2019), formado por ambientes marinho costeiro, manguezal e campos de dunas recortados por canais fluviais. A região compõem também a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, que favorece a proteção e conservação dos ambientes, e permite a produção do turismo como uma atividade econômica para as localidades e cidades do seu entorno (Lima e Silva et al., 2016).

Fig. 2 – Municípios do litoral piauiense.



Fonte: Braga e Guzzi (2021).

Os autores Oliveira e Silva (2016) retratam o Delta como “santuário ecológico”, pela sua grande biodiversidade, suas reservas, fauna e flora diversificadas, praias, belas paisagens, atrativos que fazem com que seja um local muito procurado por turistas. Assim, podemos ver o Delta como um espaço favorável à prática do ecoturismo, bem como outros segmentos que incluem o meio natural como o turismo de aventura.

Dentre os municípios mencionados, Parnaíba recebe destaque por ser considerada a segunda maior cidade do Estado, com uma população estimada de 162.159 mil habitantes (IBGE, 2022), um patrimônio histórico e natural favorável (Costa, Araújo, & Perinotto, 2019). O município de Parnaíba passou por mudanças estruturais ao longo das últimas décadas e tem se configurando como centro regional. A atividade turística está entre os principais setores econômicos de Parnaíba localizada em “(...) um litoral com paisagens únicas, biomas diversificados, contraste entre o antigo e o contemporâneo na sua arquitetura, tem uma natureza um tanto quanto protegida e conservada pela APA do Delta do Parnaíba e a RESEX com paisagens variadas” (Perinotto et al., 2017) (fig. 3).

Fig. 3 – Foto da Praia de Barra Grande, do Porto das Barcas às margens do Rio Parnaíba e da Revoada dos Guarás.



No entanto, apesar de ser considerada a cidade central da região litorânea, Parnaíba apresenta dificuldades em se posicionar como uma cidade turística, visto que “(...) os turistas a caracterizam mais como local de passagem, do que de repouso, para permanecer e/ou desfrutar de seus atrativos” (Perinotto et al., 2017, p. 24). Nesse sentido, nota-se a necessidade de estratégias integradas e a criação de uma marca, assim como o cuidado nas ações e nos mecanismos de marketing utilizados para promover os destinos. Pois não bastam atrativos, eles precisam ser uma marca do lugar, da região.

No que tange ao marketing, a existência de uma marca e a visão do turista em relação ao Piauí, em especial ao litoral e às práticas ecoturísticas, não se pode dizer que o Piauí tenha uma marca forte e estratégica. Isso fica nítido no estudo de Lima (2017), que tratou de analisar a imagem ou a falta de uma marca do litoral piauiense frente ao mercado turístico, bem como o restante do estado. Posteriormente abordaremos outros estudos sobre a imagem do produto turístico ofertado pelo estado do Piauí, com ênfase no ecoturismo e questões relacionadas às práticas no meio ecológico.

Metodologia

Conforme já utilizado por Souza, Silva e Carvalho (2010) o estudo de caráter qualitativo, possui características de uma revisão integrativa. Para tal o estudo é iniciado pela coleta de dados realizada em fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico e complementada pela experiência vivenciada pelos autores na região de estudo para a realização de uma revisão integrativa.

A abordagem do estudo é qualitativa, que segundo Flick (2013, p. 35), é aquela que “se concentra mais nos significados vinculados a alguns fenômenos ou nos processos que revelam como as pessoas lidam com eles”. Desse modo, este estudo busca fazer uma relação entre os temas, concentrando-se no conhecimento disponível sobre o assunto e suas implicações na sociedade. Para a delimitação dos objetivos, optou-se pelo caráter exploratório. O intuito do estudo exploratório é produzir familiaridade com o tema, a partir do levantamento de bibliografia, estimulando assim, a compreensão do conteúdo (Kauark, Manhaes, & Medeiros, 2010). As questões exploratórias se baseiam em situações específicas ou em uma mudança percebida (Flick, 2013).

A finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi escrito e pesquisado a respeito de determinado tema. “A pesquisa bibliográfica (...) propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (Lakatos & Marconi, 2003, p. 183). No que se refere aos elementos constitutivos da pesquisa, o estudo se iniciou com a delimitação do tema, do problema a ser tratado, levantamento preliminar dos conteúdos, seguida de busca de fontes, leituras e fichamentos e, posteriormente, a organização lógica do assunto, passos essenciais para a presente pesquisa.

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca na plataforma Google Acadêmico. Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes termos e suas

combinações na língua portuguesa: “Marketing”, “Piauí”, “Litoral”, “Turismo” e “Ecoturismo”. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português; artigos que abordassem as temáticas de ecoturismo e marketing no litoral do Piauí. Conforme descrito por Souza, Silva e Carvalho (2010), a análise dos estudos selecionados foi realizada de forma descritiva, possibilitando observar, contar, descrever e classificar os dados, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão bibliográfica.

Resultados e Discussão

O turismo é uma atividade que, dentre outros fatores, necessita que as pessoas se desloquem, e para que isso ocorra é necessário “criar mecanismo que estimulem o consumidor turista a evadir-se de seu local habitual e refugiar-se em um local que o tenha despertado o interesse em conhecê-lo” (Perinotto, 2013, p. 8). Nesse contexto, podemos perceber a importância do marketing para as atividades turísticas, ações planejadas de marketing se tornam mecanismos que estimulam o interesse do turista por visitar determinado local. Oliveira e Dutra (2009, p. 5) ressaltam que em relação a um determinado produto ou serviço, que a marca “é o que agrega dimensões que de alguma forma o diferencia de outros pontos desenvolvidos para a satisfação e necessidades dos clientes”. Os autores descrevem que essas diferenças estão relacionadas à elaboração do produto e podem ser racionais, funcionais ou tangíveis. Por fim, concluem que o processo de diferenciação pode ser baseado em características “simbólicas, intangíveis e emocionais, isto é, relacionadas ao que a marca representa” (Oliveira & Dutra, 2009, p. 5).

O turismo, pelo seu caráter intangível, só se torna um produto quando comercializado, por isso há uma estreita relação entre a atividade e a promoção/divulgação. Eis a importância de uma divulgação intensa e realista, que deve ser compatível com o que os clientes irão encontrar no destino. Assim, quanto mais confiáveis e verdadeiras forem as imagem e informações divulgadas, “mais satisfeito o turista irá sentir-se, quando estiver visualizando e convivendo com aquele lugar, porque corresponderá ao que idealizou, quando estava planejando a viagem” (Perinotto et al., 2017, p. 3).

A imagem dos destinos deve ser trabalhada constantemente, preocupando-se em repassar a verdade aos clientes e fortalecendo a marca do local, em nível nacional e/ou internacional. Importante mencionar que, a marca depende de aspectos sociais e governamentais, daí a importância de as partes interessadas articularem-se para o alcance dos

objetivos e definição das estratégias. Pois é preciso reconhecer o poder que a força das marcas tem para “trazer à mente de membros dos mercados-alvo outra palavra ou ideia associada ao slogan ou à própria marca, quase sempre positiva, que pode ser decisiva no processo de efetivação da compra” (Moreira, 2011, p. 7).

Em relação ao segmento do ecoturismo, Layrargues (2004) aponta o relevante aspecto social e econômico do ecoturismo que, além dos vínculos com a dimensão ambiental e cultural da sustentabilidade, apresenta também a dimensão socioeconômica. Dado que, envolve uma comunidade que detém valores e tradições que se convertem em valor monetário, a partir da comercialização. Por isso, a marca deve estar de acordo com a importância do segmento, tanto para a economia, quanto para os outros fatores envolvidos.

O litoral piauiense possui elevado potencial turístico, especialmente para a prática do segmento ecoturismo (Braga et al., 2022). Os ambientes naturais, as tradições, as vivências fazem do local um destino procurado por adeptos do turismo ecológico e que possibilita um contato maior com a natureza. No entanto, será que a imagem veiculada pelas empresas que comercializam o litoral, em especial o Delta do Parnaíba, reconhecido como um dos principais atrativos do Piauí, tem sido realista, sustentável, e envolvida com a comunidade local? Os autores Silva e Rocha (2014), a partir de pesquisas e observação em comunidades no Delta do Parnaíba, concluem por meio de informações coletadas com as agências de turismo locais que indicam o contraste entre a participação das comunidades nas atividades turísticas realizadas e reconhecimento que esses mesmos grupos não participam das ações de planejamento juntos aos setores públicos e privados. Os autores ainda afirmam que não existe mensuração dos benefícios que o turismo proporciona para as comunidades no Delta do Parnaíba (Silva & Rocha, 2014).

O mesmo aspecto é abordado por Braga et al., (2022) que destacam o descompasso entre o grande potencial para o ecoturismo dos municípios do litoral piauiense e a divulgação realizada pelo poder público e empresários locais voltado quase exclusivamente para o turismo de sol e praia. Em avaliação realizada pelos autores sobre a competitividade dos atrativos turísticos de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, os atrativos ecoturísticos tiveram melhor avaliação que os do segmento de sol e praia.

É amplamente reconhecido que o avanço do ecoturismo requer uma abordagem colaborativa e uma atuação conjunta, envolvendo todos os atores do processo, desde a organização dos atrativos, a criação da marca até a comercialização dos serviços, criando assim um produto coletivo. Portanto, é crucial que novos estudos sobre o tema sejam realizados no litoral piauiense, a fim de contribuir para a conscientização das comunidades e

da classe empresarial, além de contribuir com pesquisas para o poder público, que deve atuar na ordenação e estruturação da atividade.

Os autores Silva e Gontijo (2017) alertam que o turismo na região do Delta do Parnaíba precisa ser alicerçado em bases mais sustentáveis, pois a falta de infraestrutura básica e turística tem contribuído para os impactos negativos do turismo sejam uma realidade. Vale ressaltar que se a estrutura básica da região não agrada nem aos próprios moradores.

O ecoturismo, portanto, não deve ser concentrado somente para a obtenção do lucro, sem se preocupar com o bem-estar social dos atores envolvidos e do meio natural. Logo, a imagem é um fator crucial, que deve se adequar a realidade do meio, oferecendo aos clientes/turistas uma visão realista do local. Ademais, esta imagem deve ser construída em conjunto, pois todos os interessados devem estar de acordo. De acordo com a análise de Romano, Panosso Netto e Trigo (2016), chega-se à conclusão de que a abordagem do ecoturismo que, inicialmente se baseia na conservação do ambiente natural, se desvia do propósito quando assume predominantemente uma perspectiva puramente econômica, negligenciando os aspectos naturais e as tradições locais. Dito isto, torna-se evidente a necessidade de revisar a maneira como o litoral do Piauí é promovido, assegurando que essa promoção esteja alinhada com princípios fundamentais do ecoturismo.

Considerações finais

O litoral do estado do Piauí é um local com diversos atrativos, cultura e natureza. Ao comercializar o produto turístico da região, entende-se que deve haver a preocupação com os valores e com a manutenção do ambiente. O ecoturismo é um segmento que se utiliza da natureza como principal recurso, e é o contato com o ambiente natural que motiva os praticantes desta modalidade. Conforme os estudos apresentados o segmento é promissor, com crescente número de adeptos e apresenta perspectivas positivas para o futuro.

Em virtude da necessidade de conhecer a forma de divulgação e comercialização litoral do Piauí, diversos autores têm se debruçado em pesquisas e na observação do fenômeno do ecoturismo no litoral, analisando informações, imagens, sites e realizando entrevistas com as comunidades. A pesquisa bibliográfica descreveu resultados relevantes, a partir de pesquisas e trabalhos científicos já realizados sobre marketing na região, e observa que o marketing do litoral não tem sido eficiente. Além disso, o estudo contribui para a reflexão sobre a necessidade de ações conjuntas, por meio de um planejamento integrado com os atores da cadeia produtiva do turismo.

O planejamento de marketing poderá contribuir para a sustentabilidade da atividade turística no litoral do Piauí. No entanto, é necessário o acompanhamento das atividades vinculadas ao segmento do ecoturismo, que se utiliza e depende da natureza e dos seus recursos, para que riscos sejam minimizados, os danos sejam reduzidos e as ações eficazes no que concerne ao caráter social, ambiental e econômico. Nesse sentido, é imprescindível que a comunidade tenha acesso a informação e participação ativa, e que o poder público atue na formulação de políticas públicas e documentos para o ordenamento e estruturação da atividade. A classe empresarial do setor turístico na região também deve contribuir no comprometimento e respeito aos limites e à realidade local.

Diante disso, fica evidenciado que para a obtenção de resultados positivos é essencial que existam elos entre o setor público, privado e a comunidade. A atuação conjunta e de forma ordenada é fundamental para o alcance do incremento econômico e para a preservação dos recursos. Para que o ecoturismo seja de fato, uma forma de prática turística sustentável, é preciso atitudes responsáveis em todas as fases, desde a construção do produto, divulgação, comercialização e operacionalização a partir das vivências. Espera-se que mais trabalhos sejam realizados a respeito do tema, indo mais profundo em cada município, por exemplo, pois cada região tem que haver uma abordagem diferente no assunto, já que não há uma regra que funcione em toda situação ou lugar. Ainda há um longo percurso, até que haja um ordenamento e uma estruturação tanto da atividade ecoturística quanto das ferramentas e ações de marketing a serem empregadas no litoral piauiense.

Referências

- Braga, S. S., & Guzzi, A. (2021). Organização espacial da atividade turística no litoral piauiense. Mercator (Fortaleza), 20.
- Braga, S. S., Guzzi, A., Perinotto, A. R. C., & Malta, G. A. P. (2022). Análise da atratividade turística do litoral piauiense: atualização da avaliação dos atrativos turísticos, entre 2010 e 2020. *Revista Turismo em Análise*, 33(1), 29-49.
- Brasil, Ministério do Turismo. (2008). *Ecoturismo: Orientações básicas*. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo. 60 p.
- Brasil, Ministério do Turismo (1994). *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo/ Coordenação Silvio Magalhães Barros e Denise Hamú M. de La Penha*. Brasília: EMBRATUR.
- Cantallops, A. S. (2021). *Marketing Turístico*. 2. ed. Madrid: Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – Turismo – M.A. Pontes Editora Distribuidora.
- Costa, A. J. S, Araújo, D. L., & Perinotto, A. R. C. (2019). O uso da tecnologia da informação e comunicação por agências de turismo do Porto das Barcas em Parnaíba - Piauí- Brasil. *Revista Eletrônica Ciências da Administração e Turismo – RECAT*. V.7, n.1, p. 62-80, jan/jun.
- Costa, C. R. R. (2010). *Turismo e produção do espaço: uma contribuição ao estudo da geografia do turismo*. UFMA. Núcleo de Humanidades. 21 p.
- Ezequias, J. E. (2022). Os desafios do ecoturismo em Angola: tendências do desenvolvimento sustentável. *RICTS| Revista Internacional de Ciências, Tecnologia e Sociedade*, 5(1).

- Flick, U. (2013). Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Tradução de Magda Lopes, revisão técnica: Dirceu Silva. – Porto Alegre: Penso.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2021) Parnaíba/PI. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama>. Acesso em 12 de maio de 2021.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio). (2021). Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/visitaçao1/unidades-abertas-a-visitaçao/9411-area-de-protecao-ambiental-delta-do-parnaiba> Acesso em: 30/05/2021
- Kauark, F., Manhães, F. C., & Medeiros, C. H. (2010). Metodologia da pesquisa: guia prático. Itabuna: Via Litterarum.
- Kotler, P. (2000). Administração de Marketing – 10ª Edição, 7ª reimpressão – Tradução Bazán Tecnologia e Lingüística; revisão técnica Arão Sapiro. São Paulo: Prentice Hall.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003) Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. – São Paulo: Atlas.
- Layrargues, P. P. (2004). A função social do ecoturismo. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, 30(1):39-45.
- Lima e Silva, J. P., Ros, J. P., & Perinotto, A. R. C. (2016). Estudos e pesquisas em turismo: possibilidades para a APA Delta do Parnaíba-Brasil. Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, Vol. 9, n. 21. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/21/parnaiba.html>
- Lima, M. F. O. (2017). A imagem do estado do Piauí na perspectiva do marketing de lugar. Doutorado em comunicação e semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 147 p.
- Moreira, R. A. A. (2011). Marketing e turismo no Ceará: uma relação necessária. FaC- Faculdade Cearense. Vol. 4 - n° 2.
- Morrison, A. M. (2012). Marketing de hospitalidade e turismo - Tradução de All tasks . – São Paulo: Cengage Learning.
- Oliveira, Q. R., & Dutra, K. E. (2009). O marketing de relacionamento e a importância da marca. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. Curso de Administração - N. 7.
- Oliveira, W. R., & da Silva, E. V. (2016). Geografia e educação ambiental na prática do turismo sustentável: a APA do Delta do Parnaíba. Revista Equador (UFPI), Vol.5, nº2, p. 61 - 74.
- Perinotto, A. R. C. (2013). Investigando a comunicação turística de Parnaíba/PI-Brasil: Internet e redes sociais, descrição e análise. *Revista Turydes*, 6(15), 15.
- Perinotto, A. R. C., Muniz, R. A., Muniz Brito, A. S., & Borges, D. M. (2017). Comunicação turística no município de Parnaíba/Piauí/Brasil: demandas e mídias. Revista Hospitalidade. São Paulo, volume 1, n.01, p.01-28.
- Reginatto, R. M., Aguiar, C. C., & Simioni, V. (2017). Plano de Negócio: agência de viagens e turismo com roteiros personalizados. Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Rodrigues, A. B. (1999). Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. – 2ed. – São Paulo: Hucitec.
- Rodrigues, G. B., & Amarante-Junior, O. P. (2019). Ecoturismo e conservação ambiental: contextualizações gerais e reflexões sobre a prática. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo v.2, n.2.
- Romano, F. S., Panosso Netto, A., & Trigo, L. G. G. (2016). Ecoturismo – consumo ou consciência sustentável? Reflexões através da visão epistemológica do turismo. IV FCGTurH – Fórum Científico de Gastronomia, Turismo e Hotelaria.
- Roseta, P., & Sousa, B. M. (2019). O papel do marketing como potenciador do ecoturismo e desenvolvimento sustentável. LAJBM. V. 10, N. 2, P. 53-72. Taubaté, SP, Brasil.
- Sarquis, A. B., Pizzinatto, N., Giuliani, A. C., & Pontes, A. S. M. (2015). Estratégias de marketing: Estudo no setor de agências de viagens e turismo. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 9(2), pp. 298-320.
- Serrano, C. M. T. (1997). Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In: C. M. T. Serrano, H. T. Bruhns (orgs.). Viagens a Natureza: Turismo, cultura e ambiente. - Campinas, SP: Papirus.
- Setur, Secretaria de Estado do Turismo. Piauí – Governo do Estado. (2021). Disponível em: <turismo.pi.gov.br/polos/> acesso em 15 de maio de 2021.
- Silva, A. M. S., & Rocha, R. R. N. (2014). Uma reflexão sobre turismo e desenvolvimento sustentável na APA Delta do Parnaíba/PI – Rota das Emoções. (2014) *Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN), Mossoró/RN*, 3(1), ISSN 2316-1493.
- Silva, M. F. L. (2004). O ecoturismo no Delta do Parnaíba- PI e do entorno: Turismo e sustentabilidade. Monografia de Especialização – Centro de Excelência em Turismo- Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF.
- Silva, M. M. M., & Gontijo, B. M. (2017). O estado do Piauí no contexto turístico do nordeste, 2017, p. 93-114. In: Turismo e prática de responsabilidade socioambiental em empreendimentos turísticos no nordeste

- brasileiro / Luzia Neide Coriolano, Fábio Perdigão Vasconcelos, Laura Mary Marques Fernandes (Orgs.). – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 608 p.
- Silva, M. C. L., Lima, S. S., Braga, S. S., & Melo, R. S. (2020). Transformações na Rota Turística do Delta do Parnaíba (PI/MA): percurso histórico. *Revista Brasileira De Ecoturismo*, 13(4). <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2020.v13.10464>
- Soares Junior, R. A. (2021). Rastur Ecoturismo e Aventura: um plano de comunicação de marketing para o mercado Off-Road. Universidade Federal do Paraná - Trabalho de Conclusão de Curso.
- Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8, 102-106.
- Superintendência CEPRO. (2021). Piauí em números. 11. ed. Teresina, 2019. <http://www.cepro.pi.gov.br/piemnumeros.php> . Acesso em 12 de maio de 2021.
- Teles, R. M. S. (2011). *TURISMO E MEIO AMBIENTE*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- Vieira, V. B. (2010). A gestão pública municipal no desenvolvimento do turismo nas áreas legalmente protegidas de Joinville (SC). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Dissertação, 174 p, Curitiba.
- Vilani, R. M., & Souza, J. B. (2020). Parque Nacional da Tijuca: Ecoturismo e Plano de Manejo. *Anais do VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social e III Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social: Repensando os*, (4), 671-688.
- Zurita, M. J. O., León, J. P., Jara, G. C. T., Campuzano, D. D., & Guaranda, E. M. B. (2019). Estudio conservacionista del bosque protector cerro Blanco (Ecuador) respecto a la experiencia del área de conservación privada Chaparrí (Perú). *RECIMUNDO: Revista Científica de la Investigación y el Conocimiento*, 3(3), 557-584.

O artigo é resultado de projeto de pesquisa intitulado “Felicidade e Atividades Co-criativas: Contributos ao Desenvolvimento do Turismo”, concluído em 2022.



Resenha do livro: A vida não é útil

Maria de Lourdes Santos Ferreira¹

Submissão em: 01 out. 2023

Aceite em: 23 out. 2023

Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

O ano é 2023. Os ipês amarelos, já quase sem flores, anunciam a chegada da primavera. Os termômetros, em quase todo o país, passam a marca dos 30°C. Em todos os noticiários, alerta de risco de desidratação, devida ao calor e à baixa umidade do ar. Escolas suspendem aulas. Estamos em um conto de Graciliano Ramos? Não, estamos em pleno século XXI, vivendo os efeitos das mudanças climáticas, previstas por tantos, alertadas por tantos, e debatidas por tantos. Dentre tantos que alertaram para esse momento, está o indígena brasileiro, filósofo e escritor, Ailton Krenak.

Um dos principais ativistas pelos direitos dos povos indígenas no Brasil, e o primeiro indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, o autor tem se destacado como uma voz importante na defesa do meio ambiente e da justiça social. *A vida não é útil* (Krenak, 2020) e *Ideias para adiar o fim do mundo* (Krenak, 2019) são alguns dos seus textos que ganharam destaque por abordarem uma série de questões cruciais, incluindo a degradação ambiental, a preservação das culturas indígenas e a necessidade de repensarmos nossas relações com a natureza e com o planeta.

Lançado em 2020, *A vida não é útil* encontra terreno fértil para o debate, especialmente se consideramos o momento sociopolítico em que se encontra o mundo. Em contraposição a uma onda de degradação ambiental, se não incentivada por alguns governos, por eles negligenciada, tem-se movimentos mundiais em defesa do meio ambiente, dentre os quais o Acordo de Paris, Greenpeace, Movimento Fridays for Future, iniciado por Greta Thunberg em 2018, dentre tantos outros.

As reflexões apresentadas por Krenak têm a força de uma bofetada, pois corroborando os alertas apresentados no livro, temos os dados do Relatório Anual do Desmatamento no Brasil, os quais comprovam que no período de 2019 a 2022, foram desmatados 6.606.499 hectares, o equivalente a 1,5 vezes o estado do Rio de Janeiro.

¹ Professora Associada do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: lourdes.ferreira@ufvjm.edu Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1906-1375> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0008193831027772>

O livro está dividido em cinco capítulos. No primeiro, intitulado “não se come dinheiro”, o autor destaca o histórico potencial destrutivo humano, causado pelos próprios humanos. Dessa perspectiva, a humanidade está dividida em duas categorias: uma de humanos, pertencentes a uma casta privilegiada e uma de subhumanos, à qual pertencem todos aqueles que estão alijados de quaisquer privilégios (caiaçaras, indígenas, quilombolas e todos os demais seres, humanos ou não, que não pertençam à classe privilegiada). Em nome de um suposto progresso, a casta que se considera melhor do que as outras destrói todos os que não pertencem a ela. O autor reflete sobre as consequências globais causadas pela degradação ambiental e que expõem a condição de vulnerabilidade a que estão sujeitas todas as pessoas, independente da casta à qual pertençam. Essa vulnerabilidade foi evidenciada pelo corona vírus, cuja letalidade se dá, principalmente, pelo ataque ao sistema respiratório; se faltar o ar, independente de quanto dinheiro as pessoas possam ter, elas morrerão. Daí a ideia central do capítulo: não se come dinheiro.

No segundo capítulo, “sonhos para adiar o fim do mundo”, o autor usa o termo sonho de maneira metafórica para refletir sobre a maneira como os sonhos podem guiar nossas ações. Ele analisa seus significados especialmente da perspectiva da cultura indígena, destacando o sonho como sendo uma instituição que prepara as pessoas para se relacionarem com o cotidiano e também como um lugar de veiculação de afetos. Ele defende que diante dos desafios ambientais, sociais e culturais que enfrentamos, é vital mantermos nossa capacidade de sonhar e de imaginar um futuro melhor. Ao falar em sonhos para adiar o fim do mundo Krenak enfatiza a necessidade de reconectar-se com valores mais profundos e com a natureza, de reconsiderar nossas prioridades e de adotar um modo de vida mais consciente e sustentável. Ele sugere que ao sonhar com um mundo melhor, podemos nos inspirar a tomar medidas positivas para preservar o meio ambiente e construir um futuro mais harmonioso e equitativo.

No terceiro capítulo, intitulado “a máquina de fazer as coisas”, o autor traz para a pauta a relação entre o consumismo e o preço a ser pago por isso. Nesse contexto, a "máquina" é uma metáfora para a sociedade de consumo em que vivemos, onde as pessoas frequentemente são incentivadas a comprar, usar e descartar, aumentando cada dia mais a demanda pela produção e, com isso, exaurindo os recursos do planeta. O autor afirma que não é o vírus (corona vírus) que veio para devorar o mundo, mas sim, nós, os humanos, com nossa ganância, que viemos para destruir o mundo. Neste capítulo, o autor dialoga com o pensamento de vários outros escritores e filósofos, dentre eles Milton Santos, Martin Luther King e Mahatma Gandhi. Ao referir-se ao consumo excessivo dos mais ricos em contraste

com as necessidades não atendidas dos mais pobres, ele destaca uma resposta de Gandhi à indagação de um jornalista inglês, sobre se a terra poderia comportar tanta gente, à qual Gandhi responde que “A terra tem o suficiente para as nossas necessidades, mas se você quiser uma casa na praia, um apartamento na cidade e um mercedes-benz, não tem para todo mundo”. Com esse exemplo ele sintetiza o consumo não só excessivo, mas extremamente egoísta, que está no cerne da degradação ambiental, do esgotamento de recursos e da emissão de gases de efeito estufa, que tem impactos significativos no planeta e nas comunidades mais vulneráveis.

No quarto capítulo, “o amanhã não está à venda”, o autor reflete sobre as lições que o corona vírus poderá deixar para a humanidade. A necessidade de isolamento exigiu que o mundo parasse; mas muitas pessoas apenas adiaram compromissos como se tudo fosse voltar ao normal. O autor afirma que quem acredita na volta dessa normalidade não aprendeu nada com essa crise sanitária mundial. Com isso, ele constata que o futuro é aqui e agora, que pode não haver amanhã, pois o vírus não discrimina ninguém e, quem o contrai, tendo ou não dinheiro, pode vir a sucumbir.

No quinto e último capítulo, “a vida não é útil”, que é o título do livro, o autor tece uma crítica às teorias que insistem em dar à vida um sentido de utilidade, quando, na verdade, na sua visão, a vida deve ser fruição. Segundo ele, as religiões, a política, as ideologias se prestam muito bem a emoldurar uma vida útil. Porém, a vida humana não deve ser avaliada apenas com base em sua contribuição para a produção econômica, mas sim pelo seu valor intrínseco e pela sua conexão com a teia da vida na Terra.

Toda a obra nos obriga, o tempo todo, a nos repensarmos e às nossas ações, uma vez que não há ação isolada sobre a terra. O autor afirma que “a cada passo que damos em direção ao progresso tecnológico, estamos devorando alguma coisa por onde passamos”. Essa afirmação coloca em xeque os discursos recorrentes acerca da sustentabilidade e, através deles, as ações que vêm sendo concretizadas ao longo da história. O termo sustentabilidade vem sendo banalizado e esvaziado, de tanto ser usado para maquiagem de ações de degradação. Um exemplo disso são os discursos que antecipam o progresso no Vale do Jequitinhonha, no momento atual, através da exploração do “lítio verde”. Apesar das narrativas de uma extração pautada na sustentabilidade, tem-se os relatos de membros das comunidades que vivem no entorno das minas, que denunciam, mais uma vez, o completo desrespeito aos direitos humanos, daqueles que vivem nas proximidades das plantas de exploração.

Essa situação nos remete à reflexão inicial desse livro, na qual é proposta uma divisão da humanidade em humanos e sub-humanos. Os lucros projetados pela exploração do lítio

representariam produção de riqueza, sem dúvida, mas em benefício de quem? Ao que tudo indica, o acesso ao tão alardeado progresso estará restrito aos 20% da população mundial, incluídos na categoria privilegiada dos humanos. Aos 80%, excluídos dessa categoria de humanos (os subumanos), restariam as consequências da degradação socioambiental resultado da extração dita “sustentável”. Os ganhos na produção do “lítio verde” estão sendo vendidos como um passaporte para o futuro; mas haverá um futuro?

Assim, as reflexões e incômodos suscitados pela obra de Krenak se alinham às palavras de Greta Thunberg, em seu discurso proferido na cúpula da ação climática, em 2019:

Como ousam! Vocês roubaram meus sonhos e minha infância com suas palavras vazias. E, no entanto, sou uma das pessoas sortudas. As pessoas estão sofrendo. As pessoas estão morrendo. Ecossistemas inteiros estão em colapso. Estamos no início de uma extinção em massa, e vocês só falam de dinheiro e contos de fadas de crescimento econômico eterno. Como se atrevem! Por mais de 30 anos, a ciência tem sido clara. Como ousam continuar a olhar para o lado e vir aqui dizendo que estão fazendo o suficiente, quando a política e as soluções necessárias ainda não estão à vista.” (Fragmento do discurso de Greta Thunberg na Cúpula de Ação Climática de 2019).

Desnecessário destacar que os riscos do colapso planetário evidenciados por Krenak não podem ser uma preocupação apenas dos ambientalistas. Cada área do conhecimento deve tomar para si a tarefa de promover a reflexão, o debate, e a proposição de ações assertivas, assumindo sua responsabilidade para com o futuro do planeta. Considerando o turismo, que é a área do periódico no qual se insere o presente texto, sua responsabilidade inclui, dentre outras ações, avaliar os impactos que essa atividade traz para o meio ambiente e contribuir na elaboração de políticas que visem minimizar esses impactos.

Embora o livro “A vida não é útil” tenha sido construído utilizando uma linguagem poética e, muitas vezes, as metáforas possam não ser de fácil compreensão, principalmente se se buscar ali a literalidade da linguagem científica, é impossível ler essa obra sem se implicar. Trata-se de uma convocação que exige de todos nós tomarmos partido. Para além das perguntas sobre a utilidade da vida é importante que nos questionemos, principalmente, sobre com qual lado, nessa divisão da humanidade, queremos nos comprometer.

Referências

- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras.
MapBiomass (2023). *Relatório Anual de Desmatamento 2022*. São Paulo: MapBiomass. Recuperado de: <http://alerta.mapbiomas.org>
Thunberg, G. (2019). *Discurso apresentado na Assembleia Geral das Nações Unidas*, Nova York, NY, 23 de setembro de 2019. Recuperado de: <https://news.un.org/pt/story/2019/09/1688042>



Entrevista com Heron Laiber Bonadiman

A universidade que temos e a universidade que queremos

Raquel Faria Scalco¹
Camila Teixeira Heleno²

Apresentação do entrevistado: Heron é formador de professores e professoras, graduado em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del-Rei (2007), mestre em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares pela Universidade Federal de São João Del-Rei (2011) e doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2016), com período sanduíche na Université Cergy Paris (França). Ele é docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK, na Licenciatura em Pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas (mestrado profissional) e, desde agosto de 2023, ocupa o cargo de Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.



Fotografia: Guilherme Varajão

Nessa entrevista Heron Laiber Banadiman, reitor da UFVJM, nos fala sobre a sua trajetória profissional e acadêmica, a importância da UFVJM, seu contexto atual, após um período de ataques à ciência e de cortes de recursos nas universidades públicas brasileiras, além de um cenário interno de imposições e ingerências, e sobre as potencialidades e desafios da nossa Universidade. Tenham uma excelente e inspiradora leitura!

Editoras: *Agradecemos imensamente por ter aceitado nosso convite para a entrevista do primeiro número da REVISPATTUR! Para iniciar, fale brevemente sobre sua trajetória acadêmica até você chegar à Reitoria da UFVJM.*

Heron: Primeiramente, eu queria agradecer a presença de vocês, o espaço para uma entrevista, parabenizar o curso de Turismo pela iniciativa do lançamento de uma revista, isso enche a gente de orgulho, como reitoria e como colega de unidade acadêmica que sou. A minha trajetória, de uma maneira bem simples: eu sempre fui uma pessoa envolvida politicamente. Desde a adolescência até a universidade, quando eu fiz a graduação em Psicologia, já fui presidente do Centro Acadêmico, e isso influencia, isso interfere. Eu sempre

¹ Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Editora-Chefe da REVISPATTUR. Endereço eletrônico: raquel.scalco@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2042-783X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1858387591943845>

² Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Editora-Assistente da REVISPATTUR. Endereço eletrônico: camila.heleno@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3203-0648> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4396875037220514>

fui uma pessoa indignada com a injustiça, indignada com a ausência de democracia, com o autoritarismo, eu nunca suportei o autoritarismo e nós entramos em uma fase na nossa universidade onde eu me vi provocado, de maneira direta, a tomar posição frente a uma série de injustiças que estavam ocorrendo aqui. Então, a minha trajetória de formação ela é sempre em defesa de minorias, sempre foi politicamente em defesa da democracia e eu me vi em um momento em que precisei me organizar com um grupo maior, que foi o momento que me candidatei à reitoria. Claro que tem uma série de detalhes até chegar nisso, mas foi uma trajetória de muita, eu diria, coerência para aquilo que eu costumo falar e fazer. Eu nunca esperava, na verdade, que a nossa instituição escolhesse um reitor da área de ciências humanas, dada a condição histórica das ciências humanas e até a característica da nossa instituição, que tem o pé mais na saúde. E veio a calhar que foi o projeto eleito, mas um projeto escrito por muitas mãos. Então, eu acredito que isso, dentro da minha trajetória pessoal, me fez me filiar a um grupo tão grande e diverso que culminou com a candidatura e depois com a eleição pra cá.

Editoras: *Ainda sobre sua trajetória, quanto tempo você tem de casa, qual sua bagagem na UFVJM?*

Estou aqui a pouco mais de 10 anos. Sou um professor que forma professores, sou um professor de licenciatura. E, aqui dentro, eu estou hoje praticamente há 6 pra 7 anos no Conselho Universitário (CONSU), 2 anos como representante dos professores da FIH, 4 anos como diretor da unidade acadêmica e agora vem pela frente mais 4 anos como reitor para ficar no CONSU. Então, a minha trajetória sempre foi de presença nos órgãos colegiados do curso de graduação, sempre fui do colegiado do curso de Pedagogia, fui do colegiado da Geografia, fui da congregação da unidade, fui do Conselho Universitário e várias comissões que eu fiz parte durante esse tempo aqui. Tudo aquilo que se tratava de inovação na área de licenciatura, de formação de professores, meu envolvimento com PIBID, na área de formação, também foi muito intenso. Eu sempre participei muito ativamente de todos os colegiados, eu não fazia parte, eu efetivamente participava.

Editoras: *Qual a importância da UFVJM para Diamantina e para o Vale do Jequitinhonha? E para os demais campi e suas respectivas regiões?*

Heron: A primeira coisa para pensar a UFVJM é que ela é uma política pública em si, ela faz parte da interiorização do ensino superior, que a gente viveu mais ativamente no REUNI. Já tínhamos uma instituição federal aqui em Diamantina, que foi fundada em 1953, pelo próprio Juscelino Kubitschek, quando era governador do estado. E aqui a gente experimenta uma leve expansão na década de 1990, com o curso de Enfermagem. Só em 2005, quando a gente

se torna universidade, que a UFVJM começa a ter um projeto de expansão mais vigoroso, onde todas as áreas do conhecimento começam a ser representadas, onde as primeiras pós-graduações surgem. Então, a UFVJM foi pensada pra cá como uma política, dela ser um catalisador de desenvolvimento regional, para a formação de profissionais, para a formação de intelectuais de todas as áreas do conhecimento. Ela se juntou com o Vale do Mucuri, havia o desejo do Vale do Mucuri de ter uma universidade própria ali. Mas o presidente Lula, à época, ele escolheu que, por já ter uma instituição federal aqui, essas duas que liderariam esse processo de desenvolvimento de toda região nordeste de Minas e agora, também, da região norte e da região noroeste. Nós estamos em uma extensão territorial que, se a gente dividir Minas Gerais ao meio, nós somos a única federal com sede e atuação mais incisiva na porção norte do Estado. Na porção sul nós temos 10 universidade federais. Então, falar da importância da nossa universidade significa entender os territórios, porque são territórios, não é um único território, a população quilombola que está aqui, a população indígena, a nossa capacidade de capilaridade dentro dessas comunidades, que ainda é muito incipiente. Nossa universidade é nova, é pequena e tem uma responsabilidade grande. Nós existimos aqui para produzir desenvolvimento econômico, na minha opinião. E é um desenvolvimento de maneira sustentável, solidária, não apenas como um único modelo de desenvolvimento, levando em conta o que essas comunidades tradicionais fazem. Universidade é uma diversidade de modos de ser no mundo, e eu acho que a gente ainda não encontrou qual é o veio principal de atuação nossa. Eu só posso dizer que hoje a nossa importância transcende aquilo que está registrado no PDI, por exemplo. A gente muda a vida de pessoas aqui dentro. Nós já diplomamos, desde que nos tornamos universidade, mais de 13 mil pessoas, e pessoas que provavelmente nunca fariam uma universidade se a gente não estivesse aqui.

Editoras: *Você assumiu a reitoria em um momento delicado, após um período de ataques à ciência e de cortes de recursos nas universidades públicas brasileiras, além de um cenário interno de imposições e ingerências. O que isso representa em termos de resgate da democracia, avanços para a ciência e desafios de gestão?*

Heron: Primeira coisa é que a nossa gestão foi eleita. E isso, em si, eu chamaria de algo terapêutico para a própria instituição. O processo eleitoral, ele todo, foi um movimento de lucidez que a nossa instituição ela virou e falou: - Aqui tem um problema! E ela escolheu um projeto. E foi uma escolha maciça da comunidade, no sentido de que mais de 50% escolheu um projeto que colocou a forma de cuidar das pessoas como diferencial para o futuro. E nós passamos por isso no momento em que a universidade mais sofreu ataques desde quando as universidades se instituíram no Brasil. A gente nunca tinha experimentado sofrer ataque do

nível de crítica covarde que a gente passou a sofrer, do conhecimento ser questionado, da fake news ser implantada, da gente ser chamado de zebra gorda³ por ministro de estado, da forma como aconteceu. E isso aconteceu internamente também, pelos gestores que estavam aqui, essas críticas eram validadas. Aí nos tínhamos um problema duplo. As universidades eram atacadas no país inteiro, porém, aquelas que não tiveram escolhas anti-democráticas, elas tinham alguma imunidade, porque seus gestores defendiam sua própria comunidade. No nosso caso, nós não tínhamos defesa, nós tínhamos ataque, interno e externo. E isso se dava com ameaça constante, com muito adoecimento, e, ao mesmo tempo, com uma capacidade de resistência e organização que a gente foi forçado a colocar em prática, e com uma pandemia em curso, que foi, talvez, a parte mais difícil que a nossa comunidade sentiu. Eu sei que hoje a gente está vivendo sequelas disso, de reestabelecimento de confiança. Então, agora eu considero que a gente está juntando os cacos para construir um futuro mais promissor aqui.

Editoras: *Como você vê o cenário atual e o potencial de crescimento da Universidade, no sentido de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação?*

Heron: Hoje, nós temos um desafio que é consolidar o que existe. Nós tivemos um crescimento exponencial até o ano de 2015, aproximadamente, 2015 a 2016. Depois nós tivemos uma redução drástica de investimento. Teve ano que a gente teve mais de R\$100 milhões de investimento. Hoje nós não temos nem R\$1 milhão previsto para o ano que vem. Então, essa é a situação orçamentária atual. Nós temos a previsão de um PAC das universidades, mas que vai ser diluído durante 3 para 4 anos, e nele não há uma previsão de recursos sólidos ainda, mas talvez não passe de 20 milhões, para todo esse tempo. Então, hoje, eu prefiro que a gente fale em consolidação. E aquilo que for aumentar, a gente só aumentar se tiver o custeio correspondente. O que a gente não vai fazer é criar mais unidades acadêmicas para funcionar em situação precária. Hoje, a nossa defesa vai ser consolidar aquilo que existe. A gente tem licenciatura em Química funcionando com 12 professores, o curso de Turismo funcionando com 15, licenciaturas com 14. Não são condições adequadas. Eu acho que, primeiro, a gente tem que criar uma condição básica, mínima, mas é claro que, ao mesmo tempo, dialogar com a comunidade. Está em nosso PDI, que está sendo finalizado agora, o desejo de abertura de um campus em Araçuaí, a título de exemplo. Nós temos a obrigação moral de abrir um campus em Araçuaí, porque ele está dentro do Vale do Jequitinhonha, precisa da presença da universidade lá. Agora, o que vai mudar vai ser a forma

³ **Heron:** Ministro Abraham Weintraub realizou essa referência aos professores universitários. Nós aprovamos uma nota de repúdio que nunca foi publicada. Eu que redigi, no Conselho Universitário [explicação do atual reitor da UFVJM à expressão mencionada].

com que a gente vai fazer isso, com planejamento sólido, com estudo de análise de gestão de risco muito bem feito. A gente só vai autorizar funcionamento, e pedir isso ao MEC, quando a gente tiver a estrutura mínima montada, se o Conselho Universitário assim decidir. Então, a gente quer fazer a expansão de uma maneira responsável, essa é a ideia: consolidar primeiro e expandir depois. E, se a gente fizer alguma coisa ao mesmo tempo, vai ser em parceria com as prefeituras. Hoje, o MEC está com uma política de querer que a gente só abra curso de alta procura, a exemplo da medicina veterinária, psicologia, que é algo que está no nosso PDI, está no radar, mas a gente só vai levar à frente quando a gente tiver segurança de que esses cursos serão bem custeados.

Editoras: *Há espaço e investimento no horizonte para crescimento? Alguma área está sendo priorizada?*

Heron: Hoje, o que entendo é que o governo federal quer uma expansão de maneira particular dos cursos de medicina, por uma questão de defesa do Sistema Único de Saúde. Então, há um pedido do Ministério da Educação de que a gente amplie as vagas de Medicina, tanto no Mucuri quanto aqui, e há uma vontade de se abrir um curso de Medicina em Unai. Qual é a questão para isso: a nossa estrutura mínima do campus do Mucuri e do campus de Diamantina ela ainda não é atendida, para gente passar para a fase 2. Se a gente aumentar 10 vagas, isso significa que a gente vai receber pouco mais de 10 professores e a gente tem que garantir mais x leitos no SUS na nossa região. Nós não temos essa condição hoje. Mas, o MEC deseja é que a gente expanda sim, mas expandir de uma maneira mais eficiente possível, entendendo essa eficiência como uma contenção para a gente produzir gasto novo.

Editoras: *Você pode complementar falando um pouco sobre uma possível expansão da pós-graduação? Há esse interesse da universidade? Esse é o momento?*

Heron: Esse é o momento e ela vai crescer. Hoje a gente não tem função comissionada para nenhuma coordenação nova, por exemplo. A gente precisa que o MEC nos retorne com mais funções comissionadas para a gente expandir a pós. Ela está na nossa prioridade, está no nosso radar, ela vai experimentar um crescimento, mas ele vai passar primeiro pelo uso dos equipamentos dos nossos laboratórios multiusuários. Depende muito da área, mas, por exemplo, nós temos o CIPq-Saúde⁴ hoje, que é um laboratório multiusuário de ponta. Quase todos os nossos pesquisadores da saúde, em algum momento, eles passam por lá. Na pandemia da COVID, nós tivemos, tanto no Mucuri quanto aqui, uma atuação muito firme, e foi porque a gente tinha equipamento de pesquisa correspondente. Então, pesquisa e pós-

⁴ Centro Integrado de Pós-Graduação e Pesquisa em Saúde da UFVJM.

graduação são funções da universidade e requerem, sim, dependendo da área, investimento estrutural menor do que a gente abrir, por exemplo, um prédio, um curso novo e etc. E nós vamos fazer. Inclusive o curso que vocês estão propondo [*Pós-Graduação em Turismo e Territórios Protegidos*]. A chance é de abrir o curso e talvez vocês não terem aquela função comissionada para coordenar, que hoje não tem.

Editoras: *Qual a importância da criação de novos periódicos científicos na UFVJM e, em especial, da REVISPATTUR?*

Heron: Eu penso que os periódicos são a forma da gente falar para a comunidade aquilo que a gente faz, com aquele desafio que a gente tem dele ser mais popularizado. Hoje, já vou dizer para vocês, que a gente assinou um contrato pro DOI, para todas as revistas terem. As revistas não tinham um portal, quando esse portal foi construído, foi uma proposição da nossa Faculdade de Humanidades, que fique registrado. Mas, para nós, a publicação científica é um dos indicadores mais sólidos para a gente falar da qualidade das instituições científicas, e o nosso precisa ainda de muito investimento e planejamento. Quando vocês criam um período no curso de Turismo, vocês concentram uma tarefa para a atividade fim de todo o grupo de vocês do turismo, que passa a pensar em escrever aquilo que faz todos os dias: pensam em turismo de base comunitária, têm onde publicar, e chamar os colegas para publicarem esse estudo; pensam em desenvolvimento econômico com base no turismo vocês têm um mecanismo de publicação. Vocês têm uma região inteira para ser explorada turisticamente, para dar formação para as secretarias de turismo e de meio ambiente e vocês têm um meio de publicação para fazer esse conhecimento chegar na ponta se ele for bem divulgado. Para mim a revista é algo estratégico e deve constar no planejamento estratégico da instituição para todas as áreas. E, no caso de vocês, eu só tenho que parabenizar pela coragem, em condições precárias, dar conta de criar uma revista.

Editoras: *Obrigada! Nestes primeiros dois meses à frente da reitoria da UFVJM, quais foram as principais frentes de atuação da equipe gestora?*

Heron: Eu posso falar o que a gente acabou de encerrar, que foi o credenciamento institucional. Nós tivemos quase um mês com a gestão totalmente focada na resolução da organização documental para visita do MEC. A gente encontrou um cenário de difícil acesso a algumas informações, então, deu muito trabalho fazer esse compilado. Ele foi feito e o resultado saiu hoje e a gente acabou conseguindo nota 4. Não esperávamos, primeiramente, um aumento de nota, era 3, mas conseguimos chegar em 4, quase 5, na verdade. E o retorno foi pela organização que a nossa equipe teve em apresentar os dados. Eu fiquei muito orgulhoso, muito feliz com isso. Outra frente que nós tivemos foi de organização dos

macroprocessos da universidade. Nós paramos toda aquela correria de tentar apagar incêndio, de maneira circular, em uma metáfora clara, de ficar correndo atrás do próprio rabo, que é o que a nossa instituição estava fazendo. Hoje, a gente está avaliando cada processo, isso foi algo combinado entre a equipe gestora e voltando só aquilo que efetivamente tem sentido para a universidade. A Pró-Reitoria de Pesquisa está organizando nosso maior evento científico que é o SINTEGRA. A Pró-Reitoria de Graduação está interessada na quantidade de alunos que ingressam aqui, nessa baixa entrada, para corrigir isso; divulgar bem a nossa universidade, olhar o sistema de gestão acadêmica. A Reitoria está preocupada em criar um pouco de sanidade nessa gestão central, que não existia. Eu estou chamando de sanidade o quê: fazer uma pauta do Conselho Universitário que faça jus aquilo que a universidade dá conta de entregar como resultado depois. Se antes a gente tinha 15 itens de pauta, a última convocação que eu fiz eram 4 itens de pauta e os 4 concluídos, discutidos, com encaminhamento dado de maneira resolutiva. Então, isso é um grande macroprocesso que a gente induziu, de voltar a universidade para sua atividade fim. Se antes a gente tinha uma média de 6 reuniões de CONSU por mês, hoje a gente tem uma, que é o que deve ser. E aquilo que é extraordinário, tem que ser extraordinário. Eu chamaria isso de 2 grandes frentes, mas tem várias outras frentes. A título de exemplo, nós vamos entregar 8 máquinas de lavar roupa para a moradia estudantil; nós vamos entregar 100% de ocupação nessa mesma moradia; a gente está discutindo com os estudantes as formas de auxílio que eles recebem para eles participarem e a gente dar conta de rever e reestruturar. A Pró-Reitoria de Administração já está cuidando de coisas simples que não eram mais cuidadas, desde a poda, a capina, de pequenos ambientes, e deixar os pavilhões de aula mais bonitos. Então, esses espaços coletivos, a gente deu uma ênfase neles, para dar prioridade dentro da nossa gestão, e depois nas unidades acadêmicas, é claro, mas só que onde precisa mais a gente acha que a gente tem que estar presente.

Editoras: *Quais as perspectivas e os principais desafios para a UFVJM nos próximos 4 anos que estão na pauta da agenda da atual equipe gestora?*

Heron: O primeiro grande desafio que eu colocaria é a Gestão de Pessoas, que é algo que a nossa gestão está encarando de frente, mas nós temos uma quantidade diminuída de profissionais e uma organização que nunca foi discutida em todo o histórico da universidade. O que eu estou falando: como que distribui tarefas; como que decide onde cada servidor vai ser lotado; como que você cria um sentimento de justiça entre quem supostamente trabalha muito e quem trabalha menos; como que você premia e reconhece de maneira adequada cada servidor que entrega bem e aquilo que entrega, seja ele técnico administrativo, seja ele

docente. E a gente está com uma sequela da pandemia, que foi esse retorno às atividades totalmente presenciais, sem uma ajuda profissional correspondente, para dar conta disso. Esse reestabelecimento de confiança, a única cura pra isso, pra mim, é a atividade acadêmica voltada para seu próprio fim, quando você propõe um planejamento coletivo, uma tarefa coletiva, quando a gente dá conta de envolver as pessoas de modo satisfatório. E isso é um projeto que a nossa gestão vai desenvolver, que a gente tem como grande desafio. Animar as pessoas daqui, fazer a universidade entregar aquilo que ela precisa entregar. Quando vocês falam que estão criando uma revista, eu entendo, como gestor, que vocês estão fazendo o que vocês têm que fazer, como professores que estão lá. Mas há colegas que não têm esse desejo mais, eles perderam esse desejo de exercer, de ser reconhecido por isso, de ter um texto publicado. É nesse pessoal que a nossa gestão vai tentar se dedicar para criar de novo aquela vontade, que não é aquela obrigação simples, dou minha aula toda semana. Não, eu tenho desejo de dar a minha aula toda semana, quero orientar iniciação científica... Tem um monte de processos no meio disso que a gente quer melhorar, mas eu considero a gestão de pessoas um grande desafio, mas, para o qual a gente tem boas perspectivas. Nós vamos implementar alguns processos aqui que a gente espera ter resultados já nesse ano ainda. E, o segundo grande problema é o nosso orçamento, ele realmente é um problema. Nós não temos uma sinalização clara do governo federal, até porque dependemos de arrecadação para distribuir orçamento, de que a gente vai ter aumento. Por exemplo, o projeto orçamentário para 2024 é idêntico ao orçamento executado nesse ano de 2023, porém, todos os contratos vão ser reajustados. Esse ano, a gente deve fechar devendo, se não tiver nenhuma reposição, R\$1,5 milhão. É o cenário atual. Nós podemos pensar em captação por outras vias, nossa gestão foi em quase 30 gabinetes de deputados, nesses 2 primeiros meses, atrás de emenda parlamentar para custeio e investimento, todos para o ano que vem, mas é uma situação que não é sustentável. Então, a gente tem reorganização de processos, tem reavaliação de contratos, porém o orçamento não é algo que eu possa dizer para nossa comunidade que nós temos segurança na sua execução. Claro que isso a gente vai deixar em um tom muito claro para todas as pessoas e, em algum momento, a gente efetivamente vai ter que fazer cortes, porque não existe gestão também sem haver readequação, as universidades experimentam isso há muitos anos, não é uma novidade. A diferença, talvez, é que a gente não tem uma recomposição há mais de 5 anos, nosso orçamento é igual ao de 2019. Então, eu penso que gestão de pessoas e orçamento sejam os principais desafios. Nós temos implantação dos sistemas institucionais, tecnologia da informação para ser pensada em processos de gestão, mas eles são processos meio, não são finalísticos, nós temos muito que investir aí, também

um desafio dada a quantidade de pessoal. E aí eu vou falar de um desafio em particular, profissional de TI que tem uma rotatividade grande, profissionais médicos, sobretudo na medicina do Mucuri, por isso que eu centraria um dos grandes desafios na gestão de pessoas.

Editoras: *Para finalizar, tem algo que queira dizer para a comunidade acadêmica ou a complementar?*

Heron: Eu quero dizer que eu estou muito feliz em ter sido eleito para ser reitor pelos próximos 4 anos, eu só tenho a agradecer a confiança que a comunidade depositou em mim. Eu quero dizer que vocês podem erguer a cabeça, podem ter a confiança que vocês vão ser pelos próximos anos liderados por uma gestão que está sendo feita para vocês que querem efetivamente fazer uma revista, fazer pesquisa, ensinar, vocês vão ser liderados por uma gestão que acredita na educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. A gente está aqui para isso, para servir a nossa comunidade e fazer como que o trabalho dela na ponta aconteça da melhor maneira.

Entrevista realizada presencialmente em 31 de outubro de 2023 no gabinete da reitoria da UFVJM.

